

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

##### SUPLENTE

(MDB).  
Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura  
Ata da 197.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária)  
Realizada em 4 de Dezembro de 1972  
(Segunda-Feira)

Presidência do sr. Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos srs. Deputados Gilberto Carvalho e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (39), achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato — Igo Losso — Lázaro Dumont — Ovidio Franzoni e Pinto Dias. (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA.

com a presença de 39 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 137-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 259-71, de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 5, às 14,00 horas, terça-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 138-72.

Levanta-se a Sessão.

2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura  
Ata da 198.<sup>a</sup> Sessão Ordinária  
Realizada em 4 de Dezembro de 1972  
(Segunda-Feira)

Presidência do sr. Deputado Antonio Costa secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — David Federmann e Xenofonte Villanueva. (39); achando-se ausentes os srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel — Gabriel Manoel — Hélio Manfrinato — Igo Losso — Lázaro Dumont — Ovidio Franzoni e Pinto Dias. (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Ofício n. 376-72, do Senhor Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, comunicando haver assumida a Direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Ofício n. 131-72, do Senhor Jerônimo de Albuquerque Maranhão, Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, solicitando em seu nome e em nome dos integrantes do Ministério Público do Paraná o não prosseguimento de tramitação de Projeto de Lei pelo qual se pretende a modificação do que dispõe a Carta Magna do País e Leis Ordinárias do nosso Estado, sobre o critério de ingressos em listas de promoções na carreira do Ministério Público do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

EMENDAS:

Emenda n.º 1 — ao Projeto n. 195-72 — Mensagem n. 52-72.

Emenda ao § 2.º do art. 24.

Leia-se:

- 6%, até 90 dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;
- 10% (dez por cento) a partir do final de prazo referido no item anterior.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Domicio Scaramella.

Emenda n.º 2 ao Projeto de Lei n. 195-72

Adite-se ao número 11, do art. 56:

... quando flagrante a infração, ficando o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticadas.

JUSTIFICATIVA: em Plenário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Muggiati Filho.

Emenda n.º 3 ao Projeto de Lei n.º 795-72.

Adite-se ao número 16, do art. 56:

... por lei.

Suprima-se do mesmo número e artigo as expressões:

... "em Instrução da Secretaria da Fazenda".

JUSTIFICATIVA: em Plenário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Muggiati Filho.

Emenda n.º 4 ao Projeto de Lei n.º 795-72

Substitua-se o art. 19, pelo seguinte:

"Art. 19 — Os prazos de recolhimento do I.C.M. são os mesmos estabelecidos para o recolhimento do I.P.I.".

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1972.

(a) Nivaldo Krüger.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72

Inclua-se onde couber:

Art. O Estado poderá receber o I.C.M. por meio de duplicatas fiscais, devido pelo contribuinte que não opere em regime de vendas à vista.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1972.

(a) Nivaldo Krüger.

EMENDA

Emenda n.º 6 ao Projeto de Lei n.º 195-72, que Institui, em novas bases, o Imposto sobre Circulação de mercadorias (ICM) no Estado:

O artigo 54, § 1.º, do Projeto de lei, trata das muitas aplicáveis aos contribuintes imputuais, faltosos, etc.

No inciso 3 desse § 1.º do art. 54, é prevista a seguinte penalidade:

"Equivalente ao dobro do valor de crédito indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei".

Esse dispositivo, como se verifica, prevê uma penalidade de 200% (duzentos por cento) em relação a crédito de ICM utilizados pelos contribuintes em desacordo com a lei fiscal, sem prejuízo, ainda, do estorno dos mesmos créditos. Com base nele, por exemplo, se uma empresa, por simples engano técnico sem qualquer má-fé, creditar-se a maior nos livros fiscais do ICM, por uma quantia digamos de Cr\$ 1.000,00, e tal fato for apurado pela fiscalização fazendária, a empresa deverá recolher Cr\$ 3.000,00, o triplo da quantia, sendo Cr\$ 1.000,00 do imposto devidamente creditado e mais Cr\$ 2.000,00 de multa.

Essa multa, ao nosso ver, parece excessiva e injustificável, estando não só em conflito com outras disposições do mesmo projeto, como em notável discordância com os níveis de penalidades previstos na legislação federal do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Primeiramente a utilização indevida de crédito do ICM, no regime de apuração pela conta gráfica, segundo o princípio de não cumulatividade do imposto, gera diferença do montante a recolher em cada período. Ora, as diferenças de imposto, apuradas em levantamento fiscal, já estão previstas no inciso 2, § 1.º do art. 54, que prevê uma multa de 100% ao sujeito passivo que deixar de recolher o imposto na forma e prazo da lei, apurado em levantamento fiscal. Então, a hipótese prevista no inciso 3 (utilização indevida de crédito), já está prevista e regulada, genericamente, no inciso 2, o qual todavia prevê uma multa de 100%, e não de 200%. A utilização irregular de crédito equivale ao registro irregular de débitos, e tem o mesmo efeito. Tanto faz usar indevidamente um crédito de Cr\$ 500,00 como lançar a menor na conta gráfica, um débito de igual quantia: o efeito é o mesmo, isto é, o recolhimento a menor dessa quantia. Se no registro a menor de débito por saída de mercadorias, conforme o inciso 2, a multa é de 100%, não há razão lógica para que o registro a maior de crédito seja punido com 200%, já que o efeito econômico é o mesmo para ambas as hipóteses.

Por outro lado, não existe na legislação federal do imposto de renda e na do IPI penalidade tão drástica como essa de 200%.

No imposto de renda, conforme o sistema punitivo em vigor, oriundo do Decreto Lei 401 de 30 de dezembro de 1968, artigo 21, a multa normalmente aplicável aos contribuintes é de apenas 50% do imposto, nos casos de boa-fé, podendo somente em casos excepcionais de "evidente intuito de fraude", chegar a 150%, e não a 200%.

Também na legislação em vigor do IPI, conforme o art. 156 do Decreto 61514-67 (parcialmente em vigor, conforme o atual regulamento do IPI, Decreto 70162-72), a multa normalmente aplicada ao contribuinte, varia de 50% (atraso até 90 dias) e 100% (atrasos superiores a 90 dias), somente chegando a 150% nos casos de infração qualificada, isto é, naquelas em que efetivamente ocorre omissão dolosa ou fraudulenta do contribuinte, o que não é o caso tratado na disposição do projeto.

Assim é que, mesmo na legislação federal do IPI, similar tributo do ICM, a utilização indevida de crédito não acarreta normalmente penalidade acima de 100% da diferença a recolher, pelo que se conclui que a taxa de 200%, ora prevista no projeto não encontra paralelo na sistemática federal, sendo, pelo contrário, de volume excessivamente drástico, a ponto de por em risco a normal atividade das empresas, que embora cuidadosas e bem assessoradas em assuntos tributários podem incorrer de boa fé em equívocos na completa apuração do imposto, e tais equívocos não merecem ser punidos com mais vigor do que o são na lei federal.

A moderna técnica tributária não recomenda as penalidades muito elevadas, porque nela se reconhece que a estrutura atual das empresas brasilei-

ras não é ainda perfeita, podendo ocorrer enganos decorrentes de má interpretação dos numerosos dispositivos tributários, geralmente complexos, e tais enganos cometidos em boa fé, não justificam altas multas.

O verdadeiro ideal tributário não é de multar pesadamente o contribuinte, e sim de educá-lo, conscientizá-lo de suas obrigações fiscais, esclarecê-lo e orientá-lo para cumpri-las corretamente, o que demanda o aprimoramento geral da arrecadação pública, pela melhor capacitação dos agentes fiscais e dos outros fatores materiais e humanos utilizados pela organização fazendária.

Assim, concluindo, entendemos excessiva e mesmo exorbitante a penalidade de 200% prevista no art. 54, § 1.º, inciso 3 do projeto, e por isso propomos seja modificada a redação, do mesmo, da seguinte forma:

"Equivalente a 100% do valor do crédito indevidamente utilizado, sem prejuízos do respectivo estorno ao sujeito passivo que utilizar crédito, do imposto, em desacordo com o dispositivo nesta lei".

(a) Erondy Silvério.

#### EMENDA

Emenda n.º 7 — ao Projeto de Lei n.º 195-72, que institui, em novas bases, a cobrança do ICM no Paraná.

Tal como na legislação federal, o projeto regula, no artigo 40 e parágrafos, a restituição das quantias indevidamente recolhidas ao Estado, estando ali especificadas as condições em que tal restituição pode ser obtida, e quem deve requerê-la.

No § 3.º do art. 40 está previsto que a restituição poderá ser processada após despacho favorável da autoridade fiscal, mediante autorização de crédito em favor do contribuinte. No § 4.º do mesmo artigo, é estipulado que o contribuinte, após despacho concessivo da restituição, se não recebê-la efetivamente dentro de 180 dias, poderá creditar-se do respectivo valor em sua conta gráfica do imposto.

Como se verifica, a restituição, no sistema do projeto, está condicionada a despacho concessivo do Senhor Secretário da Fazenda, e não existe nenhum prazo para tal despacho, pelo que o pedido pode levar anos e anos para ser examinado, sem que o contribuinte tenha qualquer recurso para evitar demoras excessivas na tramitação.

Tal sistemática, que não estipula prazo certo para a autoridade fazendária deferir ou indeferir os pedidos de restituição, ao nosso ver não é correta, pois deixa o contribuinte ao arbítrio fiscal, nesse pormenor, desamparado de exigir que a autoridade fazendária aprecie o pedido em determinado prazo, com os prejuízos decorrentes das demoras prolongadas que possam ocorrer.

Ora, na legislação federal do IPI, conforme o art. 33, inciso II, do recente regulamento, Decreto 70162-72, o contribuinte tem assegurado direito de crédito do imposto, indevidamente pago, quando, após 60 dias do requerimento não tiver recebido em dinheiro a quantia requerida. Então, após 60 dias do requerimento, perante a lei federal, o contribuinte tem direito ao crédito do valor indevidamente recolhido, ainda que a autoridade fiscal não tenha examinado o pedido.

Tal sistemática é das mais sadias, evitando que ocorram demoras excessivas nos pedidos de restituição. Assim, propomos, a exemplo da legislação federal, a estipulação de prazo certo para o fisco examinar os pedidos de restituição, dando-se ao § 4.º, art. 40 do projeto, a seguinte redação: "§ 4.º — Decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser restituída, ou identificada ao contribuinte a denegação do pedido, este poderá escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente".

Com essa nova redação, a autoridade fazendária disporia de 180 dias para apreciar o pedido, deferindo-o ou indeferindo-o motivadamente. Findo esse prazo, e não havendo solução identificada ao interessado, poderia ele creditar-se pelo respectivo valor, medida que nos parece das mais corretas e acertadas.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Erondy Silvério

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 198-72.

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando preferência da discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 175-72.

— de autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 202-72.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Romanus esposa do Senhor João Romanus. Outrossim, solicita que da decisão da Casa dê-se ciência à família entulada.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Antônio Costa

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Transcorre hoje o aniversário natalício do eminente Presidente Emílio Médici.

Pedimos, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a S. Exa. telegrama de congratulações e os votos da Assembléia Legislativa do Estado, pela sua saúde.

O povo brasileiro, espalhado por todo o mapa da Pátria, neste dia, temos certeza, eleva as suas orações a Deus, pedindo pelo Presidente de todos os brasileiros, General Emílio Médici.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer, uma vez ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", órgão de nossa imprensa cidadina, que vem de receber moderno maquinário para seu parque gráfico, incluindo uma rotativa marca "Pacer-36", fabricada pela Mergenthaler-Linotype Company inglesa, com capacidade para

imprimir, em off-set, 30.000 exemplares por hora, em cores, podendo produzir todas suas páginas em policromia.

A iniciativa de importar as máquinas modernas do mundo, visando a dar ao público leitor curitibano um jornal graficamente perfeito, merece uma manifestação desta Casa que já reconheceu, em vezes anteriores, o esforço do jornalista Abdo Aref Kudri no sentido de engrandecer a imprensa paranaense com a melhoria crescente de suas qualidades técnicas e editoriais.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Maurício Fruct

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão voto de congratulações para Paulo Sá — Produções Artísticas —, responsável pela bela e brilhante encenação, no Teatro Guaíra, da Peça Via Crucis, direção de Oraci Gemba.

Trata-se, realmente, de uma vitória do bom teatro, uma imposição do qualificado elenco que honra o Paraná ombreado-se com os do Estado bandeirante, atualmente na liderança de espetáculos de tal natureza.

A aprovação desta proposição importará, inevitavelmente, num tributo de reconhecimento àqueles que, como Oraci Gemba, mantêm aceso o ideal do teatro-qualidade, não medindo toda sorte de sacrifícios pessoais para levar um nobre desiderato ao melhor destino, recomendando, no terreno artístico, o nosso Estado ante os demais Estados da Federação.

As músicas a cargo de Maecia Constantino e Cristina Beduschi valem como poderosa contribuição ao êxito já experimentado pela citada peça, aivo de indiscutível preferência popular e de aplausos generalizados de nossa boa crítica teatral.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com o Regimento Interno, requer de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura e da Fazenda solicitando que sejam adotadas as seguintes medidas essenciais e urgentes para a ramicultura.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Borsari Netto

#### JUSTIFICATIVA:

A Ramicultura se concentra em todo o Norte do Paraná, onde a fibra encontrou condições ecológicas ideais para o seu desenvolvimento.

As múltiplas utilizações da matéria-prima rami, permitem a classificação desta fibra entre os produtos prioritários de nossa exploração rural. Constatase, a urgente necessidade de amparo à ramicultura, evitando-se que o ramicultor abandone ou erradique suas lavouras e a fim de que haja maior produtividade e aumento de área plantada.

A inclusão do rami na pauta de preços mínimos, assegurando ao produtor a colocação de sua produção a preço compensador, o retorno proporcional dos benefícios do ICM diretamente ao próprio produtor e a elevação dos limites de financiamento para as lavouras de alta rentabilidade, possibilitando aumento de produtividade e emprego de melhor tecnologia, são medidas que julgamos concretas para amparar a cultura do rami que tem amplas condições para se transformar em importante item na pauta nacional das exportações.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Doutor Júlio Barata, no sentido de que aquela autoridade federal encontre solução que evite o fechamento do Ginásio Ferroviário "Cel. José Machado Lopes", sediado no Município catarinense de Mafra.

Funcionando desde 1952, o citado ginásio deverá, em 1974, encerrar as suas atividades, pela resolução do Presidente da RFFSA, para ser transformado em Centro de Formação Profissional, apesar da viabilidade comprovada de funcionamento dos dois cursos.

Pode-se estranhar, Senhor Presidente, que um parlamentar do Paraná, venha a se preocupar com problemas atinentes a outro Estado.

Não é desconhecido de todos os nossos Pares, a proximidade entre o Município de Mafra, em SC, e o de Rio Negro no Paraná.

Com apenas uma ponte sobre o rio Negro a dividir os dois Estados, Mafra e Rio Negro, são, na verdade, uma cidade em dois Municípios.

No Ginásio Ferroviário, mais da metade de seus alunos, são estudantes que residem no lado paranaense. O fechamento do citado estabelecimento atingirá os dois Estados indistintamente.

Por se tratar do único colégio de ensino profissionalizante da região, o seu fechamento tolherá o aprendizado de muitas especializações tais como: Auxiliar de Mecânico, Eletricista, Caldeireiro, Ajustador, Torneiro Soldador, Ferreiro e muitos outros mais que, neste ano, formaram aproximadamente 360 jovens.

Atualmente 60 alunos lá estudam na 3.ª e 4.ª séries, já que os dois primeiros anos, desde 1969, foram abolidos visando o fechamento do estabelecimento.

Até o seu funcionamento pleno, três anos atrás, o Ginásio Ferroviário, desde sua criação, já havia formado: 26 Auxiliares de Artífice, 77 Ajustadores Mecânicos, 66 Torneiros Mecânicos, 23 Soldadores Mecânicos, 41 Auxiliares de Estação com prática em telefonia, 19 Eletricistas Mecânicos, 13 Ferreiros Mecânicos, 7 Caldeireiros Mecânicos, 2 Funileiros e 1 Serralheiro Mecânico.

O fechamento do Ginásio Ferroviário "Cel. José Machado Lopes", além de prejudicial é inadmissível. No momento em que as autoridades federais, em conjunto com os Estados e Municípios, procuram profissionalizar todo o País, na busca do aprimoramento do trabalho, torna-se incongruente o cessamento de atividades daquele estabelecimento. O ensino paralelo entre o atual ginásio e o Centro de Formação Profissional que se quer criar são compatíveis. Uma pronta atuação do Ministro Júlio Barata solucionaria o problema.

Outrossim, este Deputado requer, seja enviada cópia deste Plano de Lei aos Srs. Cel. Mário David Andreazza, Ministro dos Transportes e Pre-

sidente da Rede Ferroviária Federal S. A., bem como dos dados históricos, inclusos.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Maurício Fruet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final requer, na forma do Regimento Interno, solicita seja novamente tramitado o Projeto de Lei n.º 195-72, com origem do Poder Executivo, a fim de que o mesmo se adequue ao art. 189 e seguintes do Regimento.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a.) Luiz Roberto Soares

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, nos termos de suas razões de Plenário, do dia 30 de novembro de 1972, a serem acrescidas nesta data por outras razões do signatário, que serão oferecidas em Plenário, tendo em vista a relevância da matéria encerrada no bojo do projeto em foco e que, tudo está a indicar, vem se processando de forma antiregimental e inconstitucional, pede e requer, ouvida a Casa, seja o mesmo Projeto de Lei n.º 195-72, retirado da Ordem do Dia para exame, inclusive, da matéria de competência.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Muggiati Filho

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R e s o l v e :

#### TÍTULO I INTRODUÇÃO

##### CAPÍTULO ÚNICO Disposições Preliminares

Artigo 1.º — A organização e funcionamento dos serviços da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a superintendência do 1.º Secretário, são regidos pelas disposições desta Resolução, que consolida normas já vigentes e estabelece outras providências, concernentes à estrutura e atividade administrativa.

Artigo 2.º — A Secretaria da Assembléia é dirigida pelo Diretor Geral, a cuja autoridade se subordinam administrativamente todos os órgãos que a integram, bem como o respectivo pessoal, independentemente de quaisquer outras linhas de vinculação técnica.

#### TÍTULO II Da Estrutura Administrativa

##### CAPÍTULO I Órgãos de Assessoramento Direto à Comissão Executiva

Artigo 3.º — São os seguintes os órgãos de assessoramento direto da Comissão Executiva:

- I) GABINETES DE REPRESENTAÇÃO
- II) ASSISTÊNCIA MILITAR
- III) SECRETARIA GERAL
  - a) Gabinete do Secretário Geral
  - b) Divisão de Expediente
  - c) Divisão de Assistência Parlamentar
- IV) PROCURADORIA LEGISLATIVA
  - a) Gabinete do Procurador Geral
  - b) Divisão Jurídica
  - c) Divisão Legislativa
  - d) Divisão Administrativa

#### TÍTULO I INTRODUÇÃO

##### CAPÍTULO ÚNICO Disposições Preliminares

Artigo 1.º — A organização e funcionamento dos serviços da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a superintendência do 1.º Secretário, são regidos pelas disposições deste Decreto Legislativo, que consolida normas já vigentes e estabelece outras providências, concernentes à estrutura e atividade administrativa.

Art. 2.º — A Secretaria da Assembléia é dirigida pelo Diretor Geral, a cuja autoridade se subordinam administrativamente todos os órgãos que integram, bem como o respectivo pessoal, independentemente de quaisquer outras linhas de vinculação técnica.

#### TÍTULO II Da Estrutura Administrativa

##### CAPÍTULO I Órgãos de Assessoramento Direto à Comissão Executiva

Artigo 3.º — São os seguintes os órgãos de assessoramento direto da Comissão Executiva:

- I) GABINETES DE REPRESENTAÇÃO
- II) ASSISTÊNCIA MILITAR
- III) SECRETARIA GERAL
  - a) Gabinete do Secretário Geral
  - b) Divisão de Expediente
  - c) Divisão de Assistência Parlamentar
- IV) PROCURADORIA LEGISLATIVA
  - a) Gabinete do Procurador Geral
  - b) Divisão Jurídica

- c) Divisão Legislativa
- d) Divisão Administrativa
- e) Divisão de Pesquisa
- f) Divisão de Biblioteca
  - 1) Seção de Literatura
  - 2) Seção de Informação e Doutrina

##### V) CONSULTORIA JURÍDICA

- a) Gabinete do Consultor Geral
- b) Corpo de Consultores

##### VI) ASSESSORIA LEGISLATIVA

- a) Gabinete do Assessor-Chefe

##### VII) SECRETARIA DE DIVULGAÇÃO

- a) Gabinete do Secretário
- b) Divisão de Imprensa e Rádio
- c) Divisão de Cinema e Televisão
- d) Divisão de Fotografia e Laboratório

##### VIII) ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL

- a) Gabinete do Assessor de Relações Públicas e Cerimonial.

#### CAPÍTULO II

##### Órgãos de Subordinação Direta à Diretoria Geral

Artigo 4.º — São os seguintes os órgãos de subordinação direta à Diretoria Geral:

- I) GABINETE DE REPRESENTAÇÃO
- II) ASSESSORIA TÉCNICA
- III) AUDITORIA INTERNA
- IV) COMISSÃO DE TOMADA DE PREÇOS
- V) COORDENADORIA DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
  - a) Divisão Médica
    - 1) Seção Administrativa
    - 2) Seção de Enfermagem
  - b) Divisão Odontológica
  - c) Divisão de Assistência Social
    - 1) Seção Administrativa
    - 2) Seção de Ambulatório
    - 3) Seção de Internamentos e Visitas
- VI) DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
- VII) DIVISÃO DE SEGURANÇA

#### CAPÍTULO III

##### Diretoria dos Serviços Legislativos

Artigo 5.º — São os seguintes os órgãos que integram a Diretoria dos Serviços Legislativos:

- I — GABINETE DE REPRESENTAÇÃO
- II — DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Divisão de Assistência às Comissões
  - c) Divisão Administrativa
- III — DEPARTAMENTO DE REDAÇÃO E DEBATES
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Divisão de Diário da Assembléia
  - c) Divisão de Anais e Publicidade
  - d) Divisão da Ata Resumida
- IV — DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Divisão de Registros
  - c) Divisão de Revisão Taquigráfica
- V — DIVISÃO DA ORDEM DO DIA E AUTOGRAFIA
  - 1) Seção de Autografia
  - 2) Seção da Ordem do Dia
- VI — DIVISÃO DE IMPRENSA LEGISLATIVA

#### CAPÍTULO IV

##### Diretoria Administrativa

Artigo 6.º — São os seguintes os órgãos que integram a Diretoria Administrativa:

- I — GABINETE DE REPRESENTAÇÃO
- II — DEPARTAMENTO DE PESSOAL
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Assessoria Jurídica
  - c) Divisão de Regime Legal
    - 1) Seção Administrativa do Pessoal
    - 2) Seção de Administração de Cargos e Vencimentos
  - d) Divisão de Cadastro de Pessoal
    - 1) Seção de Cadastro de Funcionários
    - 2) Seção de Cadastro de Deputados
  - e) Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento
- III — DEPARTAMENTO DE MATERIAL
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Divisão de Compras
    - 1) Seção de Cadastro e Fornecedores
    - 2) Seção de Licitações
  - c) Divisão de Almoxarifado
    - 1) Seção de Controle de Estoque
    - 2) Seção de Conservação e Manutenção
- IV — DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Divisão de Administração Geral
    - 1) Seção de Portaria
    - 2) Seção de Telefonia

- 3) Seção de Atendimento ao Plenário
- 4) Seção de Transmissões
- 5) Seção de Copa e Cozinha
- c) Divisão de Transportes
  - 1) Seção de Administração de Viaturas
  - 2) Seção de Oficinas

#### V — DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO E DOCUMENTAÇÃO

- a) Assistente de Chefia
- b) Divisão de Protocolo
  - 1) Seção de Controle e Movimentação Legislativa
  - 2) Seção de Controle de Movimentação Administrativa
  - 3) Seção de Expedição
- c) Divisão de Documentação
  - 1) Seção de Arquivo Administrativo
  - 2) Seção de Arquivo Histórico
  - 3) Seção de Estatística

#### CAPÍTULO V Diretoria de Finanças

Artigo 7.º — São os seguintes os órgãos que integram a Diretoria de Finanças:

- I) CONSELHO DELIBERATIVO
- II) GABINETE DE REPRESENTAÇÃO
- III) DEPARTAMENTO DA TESOUREARIA
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Tesouraria Administrativa
  - c) Divisão de Processamento de Contas
  - d) Divisão de Processamento de Pagamento do Pessoal
  - e) Pagadoria
- IV) DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
  - a) Assistente de Chefia
  - b) Divisão de Contabilidade
    - 1) Seção de Registros Contábeis
    - 2) Seção de Elaboração e Execução Orçamentária
    - 3) Seção de Controle Orçamentário
    - 4) Seção de Administração Contábil
  - c) Divisão de Patrimônio
    - 1) Seção de Controle Patrimonial
    - 2) Seção de Cadastro de Bens
  - d) Divisão de Controle Financeiro do Pessoal
    - 1) Seção de Folhas
    - 2) Seção de Imposto de Rendas
    - 3) Seção de Consignações e Descontos

#### V) DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

- a) Assistente de Chefia
- b) Divisão de Registros
  - 1) Seção de Cadastro de Entidades
  - 2) Seção de Lançamentos
- c) Divisão de Aplicações
  - 1) Seção Administrativa
  - 2) Seção de Pagamentos e Controle de Caixa.

### TÍTULO III COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

#### CAPÍTULO I

##### Do Diretor Geral

Art. 8.º — Compete ao Diretor Geral, afora outras atribuições que lhe sejam delegadas pela Comissão Executiva:

- I — planejar, organizar, orientar, coordenar e controlar os serviços da Secretaria;
- II — cumprir e fazer com que se cumpram, com oportunidade e eficiência, as deliberações da Comissão Executiva, observadas as disposições estatutárias e regulamentos atinentes aos Servidores do Poder Legislativo;
- III — autorizar a realização das despesas da Secretaria nos limites legais;
- IV — baixar ordens de serviço e despachar papeis relativos aos serviços internos da Secretaria;
- V — prestar as informações que lhe forem solicitadas pela Comissão Executiva, ou qualquer dos seus membros, pelas Comissões e por Deputados;
- VI — assinar as folhas de pagamento de Deputados e funcionários;
- VII — fiscalizar a execução dos contratos celebrados pela Comissão Executiva que interessem à Secretaria;
- VIII — apresentar à Comissão Executiva, anualmente, ou sempre que solicitado, relatório circunstanciado dos trabalhos da Secretaria;
- IX — submeter à Comissão Executiva, até quinze (15) dias após a instalação da Sessão Legislativa, o balanço da Assembléia, relativo ao exercício anterior;
- X — submeter ao Primeiro Secretário o relatório da movimentação financeira;
- XI — despachar, com o Presidente da Assembléia e com o Primeiro e Segundo Secretários, os assuntos administrativos, segundo a competência de cada um;
- XII — representar a Assembléia em todos os assuntos administrativos, junto aos demais Poderes constituídos, ressalvados os assuntos de competência hierárquica superior;
- XIII — corresponder-se com as repartições e órgãos públicos, em matéria de sua competência e do interesse da Secretaria, exceto se a correspondência, pela natureza do assunto que envolver ou pela hierarquia do destinatário, exigir a assinatura do Presidente ou de qualquer outro membro da Comissão Executiva;
- XIV — autenticar títulos, certidões e cópias de peças oficiais;
- XV — assinar portarias, editais e quaisquer atos administrativos que versem sobre matéria de sua competência;
- XVI — abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria que estejam sob sua responsabilidade direta;
- XVII — assinar contratos de fornecimento de material, prestação de serviços de terceiros, locações, seguros de qualquer natureza sobre bens do Pa-

trimônio da Assembléia, desde que previamente autorizados pelo Primeiro Secretário;

- XVIII — autorizar entrega de material em estoque no Almoxarifado para uso dos serviços da Assembléia, mediante requisição de quem de direito;
- XIX — dar posse aos funcionários da Secretaria;
- XX — autorizar lotação, remoção ou desvio de função dos servidores nos diversos órgãos da Secretaria;
- XXI — atribuir serviços a órgãos ou funcionários da Secretaria;
- XXII — promover e presidir, periodicamente, reuniões do Conselho Diretor, composto pelo Assistente Militar, Secretário Geral, Procurador Geral, Consultor Geral, Assessor-Chefe, Secretário de Divulgação, Assessor de Relações Públicas e Cerimonial, Diretores e Chefe da Divisão Administrativa da Procuradoria Legislativa;
- XXIII — determinar auditoria administrativa ou contábil em qualquer órgão da Secretaria;
- XXIV — autorizar e fiscalizar a alienação de material em desuso ou inservível para os serviços da Secretaria;
- XXV — zelar pela ordem geral e disciplinar a segurança nos serviços administrativos;
- XXVI — conceder férias ao pessoal da Secretaria e fazer instruir, previamente, os requerimentos da licença e, de um modo geral, todas as solicitações dirigidas à Comissão Executiva, envolvendo matéria de natureza administrativa ou funcional;
- XXVII — justificar faltas de funcionários, nos termos da legislação vigente;
- XXVIII — determinar a abertura de inquéritos administrativos ou sindicâncias, designando as respectivas comissões;
- XXIX — impor as penas disciplinares de sua alçada, representando à Comissão Executiva, quando a falta deva ser por esta conhecida, para aplicação da competente sanção;
- XXX — prorrogar ou antecipar o horário do expediente, de acordo com a necessidade do serviço e as instruções emanadas da Comissão Executiva;
- XXXI — autorizar a publicação do edital de concurso para provimento de cargos, depois de devidamente aprovados, supervisionando o processo de concurso e fiscalizando sua correta aplicação, com a colaboração da Procuradoria Legislativa;
- XXXII — autorizar a prestação de serviços extraordinários;
- XXXIII — aprovar a programação anual de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, proposta pelo Departamento de Pessoal;
- XXXIV — decidir sobre os casos de acumulação de cargo ou função, tendo em vista parecer da Procuradoria Legislativa;
- XXXV — participar das reuniões da Comissão Executiva, sempre que das respectivas pautas constem matérias relacionadas com a administração da Assembléia, e,
- XXXVI — exercer a presidência ou indicar o Presidente das Comissões que se constituírem para tratar de assuntos de interesse administrativo da Secretaria.

Parágrafo único — São indelegáveis as funções declaradas nos itens III, — VII — VIII — XII — XVI — XVII — XVIII — XXI — XXII — XXIII — XXIV — XXV — XXVI — XXVIII — XXX — XXXI — XXXII — XXXIV — XXXV, podendo as funções delegadas ser avocadas, a seu exclusivo critério, pelo Diretor Geral, em qualquer momento.

Artigo 9.º — O cargo de Diretor Geral será exercido em Comissão por funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Titulares dos órgãos, dos Diretores e dos Chefes em Geral

Artigo 10 — Aos titulares dos órgãos da Secretaria e Diretores, escolhidos dentre funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, salvo as exceções expressamente estabelecidas, compete:

- I — orientar, programar e controlar as atividades dos órgãos que lhe estiver subordinados;
- II — receber, despachar e encaminhar todos os papeis e processos distribuídos ao seu setor administrativo;
- III — dar exercício aos funcionários lotados na sua jurisdição;
- IV — indicar ao Diretor Geral, para efeito de designação pela Comissão Executiva, os funcionários que exercerão as Chefias de Departamento, Divisão e Seção sob sua jurisdição;
- V — visar as certidões e cópias oficiais expedidas por qualquer dos órgãos que lhe são subordinados;
- VI — indicar e convocar funcionários para prestarem serviços, além do expediente normal, mediante percepção das respectivas gratificações de lei, segundo as instruções do Diretor Geral e conforme as necessidades;
- VII — receber e dar encaminhamento e solução às solicitações de serviço oriundas da Comissão Executiva, de qualquer dos seus membros, da Diretoria Geral, ou de outros setores administrativos de igual hierarquia;
- VIII — prestar esclarecimentos, sempre que solicitados, à Comissão Executiva, ou ao Diretor Geral, sobre o andamento dos trabalhos do setor que dirige;
- IX — abrir, autenticar ou encerrar com sua rubrica os livros dos Departamentos que lhe forem subordinados;
- X — informar os pedidos relativos à atividade funcional dos servidores lotados na sua jurisdição administrativa;
- XI — compor o Conselho Diretor;
- XII — assinar portarias e ordens de serviço que digam respeito à atividade interna da sua Diretoria;
- XIII — encaminhar justificativa de faltas ao Diretor Geral.

Artigo 11 — Ao titular da Diretoria dos Serviços Legislativos compete, além dos previstos no artigo anterior, mais o seguinte:

- I — encaminhar, para publicação, as leis e resoluções promulgadas pela Presidência ou pela Assembléia;
- II — organizar e manter em dia coleção de leis e resoluções aprovadas pela Assembléia e promulgadas pela Presidência ou pela Mesa, e,
- III — encaminhar os processos para preparo dos autógrafos.

Artigo 12 — Ao titular da Diretoria de Finanças compete, além do previsto no artigo 10, mais o seguinte:

- I — assinar, juntamente com o Diretor Geral e o Tesoureiro, as folhas de pagamento dos deputados e funcionários;
- II — emitir parecer em todos os processos e papeis que envolvam, de qualquer maneira, a responsabilidade financeira da Assembléia Legislativa, antes de encaminhá-los à apreciação da autoridade superior, e,
- III — fazer organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado e do País, que interesse à atividade da Diretoria.

Artigo 13 — Aos chefes de qualquer nível hierárquico, escolhidos dentre funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, com exceção dos expressamente declarados, compete:

- I — planejar, organizar, orientar ou dirigir, coordenar, fiscalizar ou controlar as atividades dos órgãos sob sua responsabilidade, tendo em vista a plena consecução dos objetivos deste;
- II — zelar pela ordem geral, disciplina e segurança nos serviços;
- III — zelar pelo fiel cumprimento das atribuições do órgão, observadas as disposições regulamentares gerais ou especiais que o disciplinam;
- IV — cometer serviços aos subordinados, observadas as especificações das classes correspondentes, e zelar pela sua eficiente e oportuna execução;
- V — zelar pela rigorosa observância, nos atos de administração praticados pelos subordinados, dos preceitos de legalidade e justiça, adotando o que for necessário à sua preservação;
- VI — elaborar relatório de execução, nos prazos determinados;
- VII — requisitar o material e controlar seu consumo;
- VIII — promover a apuração de irregularidades, representando à autoridade imediatamente superior, para fins de direito;
- IX — zelar pelo aperfeiçoamento pessoal e funcional dos subordinados;
- X — controlar a presença e frequência dos subordinados, e,
- XI — fornecer certidões e atestados sobre assuntos da competência do órgão que dirige.

### CAPÍTULO III

#### Dos Gabinetes de Representação

Artigo 14 — Contarão com Gabinetes, para os serviços de expediente privativo e de representação, os seguintes órgãos:

- a) Presidência
- b) Vice-Presidências
- c) Secretarias
- d) Secretaria Geral
- e) Procuradoria Legislativa
- f) Consultoria Jurídica
- g) Assessoria Legislativa
- h) Secretaria de Divulgação
- i) Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial
- j) Diretoria Geral
- k) Diretorias
- m) Lideranças

Parágrafo único — Os Gabinetes, salvo as Chefias, serão integrados por funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, por escolha dos respectivos titulares e designação da Comissão Executiva.

Artigo 15 — Aos Gabinetes de Representação compete:

- I — desempenhar atividades de coordenação, assistência e representação;
- II — estabelecer contatos com os demais órgãos da Assembléia, Poderes e com as entidades em geral;
- III — recepcionar autoridades;
- IV — atender às partes e fazer a triagem dos assuntos que devam ser submetidos ao titular do Gabinete;
- V — receber solicitações, examiná-las e dar-lhes a solução que couber, encaminhando-as, se for o caso, a outro órgão ou entidade.
- VI — controlar o andamento dos assuntos, na Assembléia ou junto a outro órgão ou entidade a que tenham sido encaminhados;
- VII — emitir parecer sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo titular do Gabinete;
- VIII — fazer estudos e coligir elementos a serem utilizados pelo titular do Gabinete em seus pronunciamentos;
- IX — colaborar com o titular do Gabinete na formalização de seus pronunciamentos, consolidando-os ou dando-lhes redação final;
- X — executar trabalhos de datilografia;
- XI — organizar e manter atualizados os arquivos e fichários de controle de assuntos, correspondência e endereços;
- XII — incumbir-se da redação, expedição e controle da correspondência privativa;
- XIII — divulgar as atividades desenvolvidas pelo órgão, e,
- XIV — fazer os registros relativos a audiências, visitas, conferências e solenidades.

Artigo 16 — Os Gabinetes terão as seguintes composições:

- I — GABINETE DA PRESIDÊNCIA:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 3 (três) Assessores
  - c) 3 (três) Oficiais
  - d) 3 (três) Auxiliares
  - e) Motoristas
- II — GABINETE DA 1.ª SECRETARIA:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 3 (três) Assessores
  - c) 3 (três) Oficiais
  - d) 3 (três) Auxiliares
  - e) Motoristas
- III — GABINETES DA 1.ª e 2.ª VICE-PRESIDÊNCIAS:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 2 (dois) Auxiliares
  - c) 1 (um) Motorista
- IV — GABINETE DA 2.ª SECRETARIA:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 3 (três) Assessores
  - c) 2 (dois) Oficiais
  - d) 2 (dois) Auxiliares
  - e) 1 (um) Motorista
- V — GABINETE DA 3.ª SECRETARIA:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 2 (dois) Auxiliares
  - c) 1 (um) Motorista
- VI — GABINETE DA 4.ª SECRETARIA:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 2 (dois) Auxiliares
  - c) 1 (um) Motorista
- VII — SECRETARIA GERAL:
  - a) 1 (um) Chefe
  - b) 2 (dois) Auxiliares
  - c) 1 (um) Motorista

### VIII — PROCURADORIA LEGISLATIVA:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Auxiliares
- c) 1 (um) Motorista

### IX — CONSULTORIA JURÍDICA:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Auxiliares
- c) 1 (um) Motorista

### X — ASSESSORIA LEGISLATIVA:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Auxiliares
- c) 1 (um) Motorista

### XI — SECRETARIA DE DIVULGAÇÃO:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Auxiliares
- c) 1 (um) Motorista

### XII — ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 1 (um) Auxiliar
- c) 1 (um) Motorista

### XIII — DIRETORIA GERAL:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Oficiais
- c) 2 (dois) Auxiliares
- d) 1 (um) Motorista

### XIV — DIRETORIAS:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Auxiliares
- c) 1 (um) Motorista

### XV — LIDERANÇAS:

- a) 1 (um) Chefe
- b) 2 (dois) Auxiliares
- c) 1 (um) Motorista

### CAPÍTULO IV

#### Dos Órgãos de Assessoramento Direto à Comissão Executiva

#### SEÇÃO I

##### Do Assistente Militar

Artigo 17 — O cargo de Assistente Militar será exercido, em comissão, por oficial superior da Polícia Militar do Estado do Paraná, posto à disposição da Assembléia Legislativa por ato do Governador, mediante prévia indicação da Comissão Executiva.

Artigo 18 — Compete ao Assistente Militar prestar assessoramento à Comissão Executiva em assuntos de natureza militar e exercer, junto à Presidência, as funções de representação específica.

#### SEÇÃO II

##### Da Secretaria Geral

Artigo 19 — Ao Secretário Geral, de livre nomeação da Comissão Executiva, compete:

- I — coordenar e dirigir as atividades da Secretaria Geral;
- II — secretariar as reuniões da Comissão Executiva;
- III — elaborar a pauta das reuniões da Comissão Executiva;
- IV — prestar assistência administrativa à Mesa, durante as Sessões da Assembléia, no preparo, encaminhamento e movimentação dos papéis e proposições, e,
- V — preparar os despachos ordenados pela Mesa, ou por qualquer de seus membros.

Artigo 20 — A Secretaria Geral tem as seguintes atribuições:

- I — Pela Divisão de Expediente Administrativo:
  - a) — elaborar, datilografar e fazer expedir correspondência oficial da Comissão Executiva, fazendo arquivar, em fichário próprio, as respectivas cópias;
  - b) receber a correspondência dirigida à Comissão Executiva e dar-lhe o devido encaminhamento;
  - c) organizar e datilografar, sob forma de súmula, o expediente das sessões da Assembléia;
  - d) providenciar o arquivamento da matéria cujo processo e tramitação se encerrem com a execução de correspondência oficial, e,
  - e) providenciar o encaminhamento à sanção dos Projetos de Lei aprovados pela Assembléia.
- II — Pela Divisão de Assistência Parlamentar:
  - a) prestar assistência aos Deputados Estaduais na elaboração e preparo das proposições;
  - b) executar o trabalho datilográfico correspondente, e,
  - c) realizar as tarefas externas, junto aos órgãos de administração pública, determinadas pela Comissão Executiva.

#### SEÇÃO III

##### Da Procuradoria Legislativa

Artigo 21 — A Procuradoria Legislativa, como órgão superior de consulta e assessoramento, delibera coletivamente e procede à instrução dos processos, papéis e matérias submetidos à sua apreciação, pela Comissão Executiva, ou pela Diretoria Geral, através das suas Divisões especializadas.

Artigo 22 — A Procuradoria Legislativa tem as seguintes atribuições:

- I — Pela Divisão Jurídica:
  - a) prestar assistência à Mesa, submetendo-lhe a matéria a ser despachada, ou a ser discutida e votada;
  - b) receber e fazer registrar os papéis e processos remetidos à Mesa, providenciando quanto ao seu encaminhamento;
  - c) organizar e manter atualizado ementário de questões de ordem propostas em Plenário e dirimidas pela Presidência;
  - d) prestar os esclarecimentos que forem pedidos pela Mesa, ou por qualquer dos seus membros, quer quanto ao Regimento Interno, quer quanto ao andamento das proposições, e,
  - e) anotar os prazos regimentais das proposições.
- II — Pela Divisão Legislativa:
  - a) proceder à instrução prévia das proposições apresentadas à consideração da Assembléia, quando solicitado;
  - b) colaborar com os Deputados, bem como com as Comissões, no processo legislativo;

c) prestar assistência técnica ao Diretor dos Serviços Legislativos, no que concerne à execução de suas atribuições;

d) prestar assistência e colaboração na redação final das proposições e no preparo dos autógrafos, e,

e) prestar assessoramento, em assuntos legislativos, sempre que solicitado, a qualquer órgão ou serviço da Secretaria e, ainda, aos Gabinetes de Representação.

### III — Pela Divisão Administrativa:

a) prestar assistência técnica ao Diretor Geral e demais Diretorias, ressalvado o disposto na letra "c", do inciso anterior, no que concerne à execução de suas atribuições;

b) prestar assistência na elaboração dos atos de natureza administrativa, a serem firmados pela Comissão Executiva, por qualquer dos seus membros, ou, ainda, pelo Diretor Geral;

c) proceder a estudos e pesquisas destinados ao aperfeiçoamento da organização e funcionamento dos serviços internos da Secretaria da Assembléia Legislativa, e,

d) colaborar com a Diretoria Geral na organização e realização de concursos e provas para admissão, readaptação ou classificação de pessoal para a Secretaria.

### IV — Pela Divisão de Pesquisa:

a) proceder a estudos sobre os problemas em geral da administração pública;

b) proceder a estudos e pesquisas sobre as questões econômicas, jurídicas, sociais e políticas da vida brasileira, particularmente as que mais diretamente possam interessar ao Estado do Paraná, e,

c) organizar e manter atualizado fichário sobre as matérias que houverem sido objeto de estudos e pesquisas, com o objetivo de fornecer subsídios à instrução e exame dos processos submetidos à Procuradoria Legislativa, bem como para colaborar com a atividade legislativa em geral da Assembléia.

### V — Pela Divisão de Biblioteca:

#### a) Pela Seção de Literatura:

1) manter sob sua guarda e conservação os livros, revistas e publicações pertencentes à Assembléia, classificando-as e catalogando-as convenientemente, e,

2) organizar e superintender, em horários adequados, serviços de consulta de livros e publicações, para Deputados e funcionários, vedada a retirada de exemplares de coleções e outros considerados raros do recinto da Biblioteca.

#### b) Pela Seção de Informação e Doutrina:

1) tender às consultas e requisições dos órgãos da Assembléia, no que concerne à literatura técnica e jurídica, legislação, doutrina e jurisprudência, para o que manterá organizados fichários e ementários;

2) superintender e fiscalizar a execução de trabalhos técnicos e científicos mandados imprimir pela Assembléia, e,

3) conservar, para permuta, exemplares de anais e outras publicações da Assembléia.

Artigo 23 — O Procurador Geral, como titular da Procuradoria Legislativa, e os Chefes de Divisão do mesmo órgão, ressalvada a Divisão de Biblioteca, serão escolhidos dentre os Procuradores Legislativos.

Artigo 24 — Todos os pronunciamentos da Procuradoria Legislativa, nos processos e papéis de natureza administrativa submetidos a seu exame, deverão conter, além do parecer do relator, o aprova do chefe da Divisão e o visto do Procurador Geral.

Artigo 25 — As deliberações do Conselho de Procuradores serão regidas pelo que dispuser o Regimento Interno da Procuradoria Legislativa, aprovado pelo próprio Conselho.

### SEÇÃO IV

#### Da Consultoria Jurídica

Artigo 26 — A Consultoria Jurídica compete a representação dos interesses legais da Assembléia Legislativa, em juízo, ou fora dele.

Artigo 27 — O titular da Consultoria Jurídica é o Consultor Geral, escolhido dentre os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portadores de diploma de Bacharel em Direito, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

Artigo 28 — O Corpo de Consultores, em número de 5 (cinco), será recrutado entre os funcionários da carreira de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

### SEÇÃO V

#### Da Assessoria Legislativa

Artigo 29 — A Assessoria Legislativa é encarregada de coletar dados técnicos para elaboração de proposições de interesse dos Deputados Estaduais e fornecer subsídios aos órgãos técnicos da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único — A Assessoria Legislativa funcionará em núcleos de trabalho especializado.

Artigo 30 — O titular da Assessoria Legislativa é o Assessor Chefe, escolhido entre o corpo de Assessores Legislativos.

### SEÇÃO VI

#### Da Secretaria de Divulgação

Artigo 31 — A Secretaria de Divulgação tem as seguintes atribuições:

#### I — Pela Divisão de Imprensa e Rádio:

elaborar e distribuir noticiário oficial da Assembléia Legislativa aos órgãos de imprensa escrita, radiofonizada e televisada, da Capital, do Interior do Estado e, quando necessário, dos grandes centros de divulgação do País.

#### II — Pela Divisão de Cinema e Televisão:

Elaborar e distribuir filmes oficiais, inclusive "vídeo-tape", com o respectivo texto, às empresas cinematográficas e estações de televisão do Paraná e de outros Estados.

#### III — Pela Divisão de Fotografia e Laboratório:

Executar os trabalhos de elaboração de filmes oficiais, para cinema e televisão, além dos fotográficos propriamente ditos, para fins de promoção, divulgação e arquivamento.

Artigo 32 — O titular da Secretaria de Divulgação é o Secretário de Divulgação, escolhido dentre os jornalistas profissionais, devidamente inscritos na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, integrantes do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

### SEÇÃO VII

#### Da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial

Artigo 33 — A Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial tem as seguintes atribuições:

I — exercer todas as atribuições inerentes às relações públicas, mantendo intercâmbio com as entidades administrativas, culturais e recreativas do Estado, dos Municípios e da União, num permanente contacto com o povo paranaense, em particular, e o brasileiro, em geral, no sentido de manter o Poder Legislativo Estadual perfeitamente entrosado com a opinião pública;

II — providenciar a representação da Assembléia nos atos e festejos para que for convidada;

III — elaborar a correspondência que interesse, por qualquer modo, às relações sociais entre a Assembléia e outros Poderes e entidades públicas ou particulares;

IV — organizar e manter atualizado fichário dos nomes e endereços das autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como do corpo consular;

V — organizar o programa de visitas oficiais ao Palácio "Dezenove de Dezembro";

VI — providenciar, quando da realização de atos solenes, a recepção às autoridades e demais convidados, bem como a distribuição, segundo os princípios e normas protocolares, de lugares na Mesa ou nas dependências do Plenário;

VII — providenciar, de acordo com instruções da Comissão Executiva e do Diretor Geral, recepções e comemorações de gala ou de luto, e,

VIII — adotar as providências que se fizerem necessárias para o transporte e hospedagem de personalidades especialmente convidadas pela Assembléia Legislativa.

### CAPÍTULO V

#### Dos Órgãos de Subordinação Direta à Diretoria Geral

### SEÇÃO I

#### Da Assessoria Técnica

Artigo 34 — A Assessoria Técnica compete prestar assistência e colaboração especializada, quando solicitada pelo Diretor Geral.

Parágrafo único — A Assessoria Técnica da Diretoria Geral será composta por três Diretores Adjuntos e por cinco Assessores Técnicos, escolhidos dentre funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa.

### SEÇÃO II

#### Da Auditoria Interna

Artigo 35 — A Auditoria Interna compete realizar inspeções, por determinação do Diretor Geral, obedecendo a planos e programas de trabalho pre-estabelecidos, aplicando técnicas e sistemas de auditoria mais adequados à natureza do serviço, apresentando relatório.

Parágrafo único — A Auditoria Interna será composta por 5 (cinco) funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portadores de diploma de nível superior, sendo três deles, obrigatoriamente, contadores, inscritos no Conselho Regional de Contabilidade.

### SEÇÃO III

#### Da Comissão de Tomada de Preços

Artigo 36 — A Comissão de Tomada de Preços será composta, em caráter permanente, por 3 (três) funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, cabendo-lhe a apreciação e julgamento de processos de compras, quando determinado pelo Diretor Geral.

### SEÇÃO IV

#### Da Divisão de Assistência Judiciária

Artigo 37 — A Divisão de Assistência Judiciária tem as seguintes atribuições:

I — dar orientação jurídico-legal às partes que lhe forem encaminhadas pela Comissão Executiva, ou pelo Diretor Geral, e,

II — patrocinar em juízo, mediante a expressa determinação da Comissão Executiva, os interesses das partes.

### SEÇÃO V

#### Da Divisão de Segurança

Artigo 38 — A Divisão de Segurança tem as seguintes atribuições:

I — exercer vigilância permanente nos edifícios da Assembléia, mesmo nos dias e horas em que a Secretaria não se encontra em atividade;

II — zelar pela ordem dentro da Assembléia, em conformidade com as instruções superiores que forem baixadas;

III — prover, de modo geral, a segurança no recinto do plenário e das salas de reuniões, e,

IV — policiar e disciplinar o estacionamento de veículos nas áreas adjacentes aos edifícios da Assembléia.

Parágrafo único — A Chefia da Divisão de Segurança será exercida, em comissão, por oficial da Polícia Militar do Estado.

### SEÇÃO VI

#### Da Coordenadoria de Serviços Assistenciais

Artigo 39 — A Coordenadoria de Serviços Assistenciais compete superintender, orientar e supervisionar as atividades das Divisões Médica, Odontológica e de Assistência Social e será exercida, em comissão, por funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portador de diploma de curso superior que tenha correlação com a coordenação a ser desempenhada.

Artigo 40 — A Divisão Médica tem as seguintes atribuições:

a) prestar assistência médica, inclusive domiciliar, aos Deputados e servidores da Assembléia, bem como aos respectivos familiares e dependentes;

b) expedir laudos de inspeção médica, de conformidade com as normas do Regimento Interno, para efeito de concessão de licença para tratamento de saúde aos Deputados Estaduais;

c) realizar exames médicos e expedir atestados e laudos, nos casos e para os fins previstos na legislação referente a pessoal, e,

d) colaborar no estudo e preparo de pareceres, quando solicitados, sobre problemas e questões médicas que dependam da apreciação da Assembléia, ou interessarem a qualquer dos órgãos da Secretaria.

Artigo 41 — A Divisão Médica, administrativamente, abrange as seguintes Seções:

a) Seção Administrativa, à qual compete prover aos serviços burocráticos da Divisão, inclusive cadastramento dos pacientes;

b) Seção de Enfermagem, à qual compete o exercício das tarefas auxiliares de enfermagem.

Artigo 42 — Compete à Divisão Odontológica prestar assistência especializada aos Deputados Estaduais, funcionários da Assembléia e respectivos dependentes.

Artigo 43 — A Divisão de Assistência Social, como setor encarregado de executar tarefas específicas em favor de pessoas comprovadamente necessitadas, que lhe forem encaminhadas pela Comissão Executiva, pelos Deputados Estaduais ou pela Diretoria Geral, tem as seguintes atribuições:

- a) Pela Seção Administrativa:
  - 1) proceder ao registro e cadastramento dos assistidos;
  - 2) prestar informações, em matéria de assistência social, quando solicitadas pela Comissão Executiva, Deputados ou pela Diretoria Geral;
  - 3) elaborar correspondência e relatórios;
  - 4) manter intercâmbio com as instituições assistenciais da União, do Estado e dos Municípios, visando ao estabelecimento de convênios que permitam o melhor cumprimento das finalidades da Divisão;
  - 5) providenciar o deslocamento das viaturas, solicitando a necessária autorização do Coordenador dos Serviços Assistenciais, quando implique em viagem para o interior do Estado ou outros pontos do território nacional;
  - 6) providenciar as requisições de abastecimento das viaturas, bem como solicitar os serviços de reparos e manutenção, quando necessários;
  - 7) proceder à requisição de diárias e manter o respectivo controle;
  - 8) exercer o controle financeiro das contribuições e auxílios prestados à Divisão, por Prefeituras ou terceiros interessados;
  - 9) manter sob sua guarda e administração os imóveis, instalações, equipamentos e materiais pertencentes à Divisão; e,
  - 10) executar os demais serviços burocráticos da Divisão.

b) Pela Seção de Ambulatório:

- 1) realizar a inspeção médica preliminar dos assistidos, para fins de triagem;

- 2) dar atendimento médico ambulatorial, quando for o caso;
- 3) expedir guias de internamento;
- 4) requisitar exames laboratoriais e outros especializados, e,
- 5) autorizar o fornecimento de medicamentos aos assistidos e manter o controle de estoques e distribuição.

- c) Pela Seção de Internamentos e Visitas:
  - 1) encaminhar assistidos, mediante a competente guia de internamento e usando das viaturas da Divisão, aos hospitais e casas de saúde;
  - 2) realizar visitas periódicas aos assistidos, mantendo fichário de controle;
  - 3) providenciar o retorno dos assistidos, após alta, aos pontos de origem;
  - 4) providenciar hospedagem para os assistidos que aguardam internamento, e,
  - 5) providenciar o encaminhamento de menores desamparados a estabelecimentos adequados do Estado.

Parágrafo único — A Chefia da Divisão de Assistência Social será exercida por funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portador de diploma de curso superior.

## CAPÍTULO VI

### Da Diretoria dos Serviços Legislativos

#### SEÇÃO I

##### Departamento das Comissões

Artigo 44 — O Departamento das Comissões tem as seguintes atribuições:

- I — Pela Divisão de Assistência às Comissões:
  - a) Secretariar as reuniões das Comissões, lavrando as atas e providenciando sua publicação no órgão oficial;
  - b) submeter a despacho dos Presidentes das Comissões os processos e papéis a elas distribuídos;
  - c) comunicar à Divisão Administrativa os trâmites dos papéis e processos encaminhados às Comissões, para efeito de registro e anotação;
  - d) providenciar, quando solicitado, a instrução das proposições em andamento nas Comissões;
  - e) obter, dos órgãos da administração, esclarecimentos necessários ao cabal desempenho das tarefas atribuídas às Comissões, e,
  - f) manter em cada Comissão, registro e protocolo dos processos e papéis a ela distribuídos.

II — Pela Divisão Administrativa:

- a) Executar os trabalhos datilográficos afetos ao Departamento das Comissões;
- b) fornecer, por cópia autêntica, o teor de processos, ou de peças de processos e proposições em trâmites pelas Comissões;
- c) executar todos os trabalhos auxiliares, de natureza burocrática, que incumbam ao Departamento das Comissões;
- d) registrar e anotar, em fichário próprio, o andamento dos papéis e processos em tramitação pelas Comissões e por outros órgãos da Secretaria, desde que, por qualquer forma, interessem à elaboração legislativa;
- e) prestar informações sobre a movimentação descrita no item anterior;
- f) proceder, anualmente, ao levantamento dos processos em trâmites ou ultimados, elaborando relatório que ficará à disposição dos autores ou interessados;
- g) autuar, numerar e registrar todas as proposições e papéis encaminhados ao Departamento;
- h) fazer junta, aos autos dos Projetos de Lei que visem modificar, alterar, extinguir ou dar nova redação a dispositivos legais em vigor, de cópia do texto a ser modificado, alterado, extinto ou que venha a receber nova redação;
- i) receber e encaminhar, mediante protocolo, os papéis e processos destinados às Comissões;
- j) fazer extrair cópia autêntica de todos os papéis e processos que, por qualquer forma, tenham relação com a elaboração legislativa, de modo a dispor de elementos para a restauração dos processos, e,
- l) registrar e anotar a destinação das proposições enviadas ao Poder Executivo, ou a qualquer outro órgão da administração ou entidades particulares, acompanhando-lhes os trâmites até sua finalização.

#### SEÇÃO II

##### Departamento de Redação de Debates

Artigo 45 — O Departamento de Redação de Debates tem as seguintes atribuições:

I — Pela Divisão de Diário da Assembléia:

a) organizar, com as traduções taquigráficas, os documentos e demais elementos fornecidos pelo Departamento de Taquigrafia, a ata integral dos trabalhos da Assembléia, ou de suas Comissões, para publicação no "Diário da Assembléia";

b) proceder à composição e revisão dos discursos, documentos e restante da matéria, para confecção do "Diário da Assembléia";

c) ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos destinados à inserção no "Diário da Assembléia";

d) registrar, na publicação a observação, quando for o caso, de que o discurso não foi encaminhado ao Departamento de Redação de Debates, e,

e) publicar, na devida oportunidade, os discursos não devolvidos em tempo e encaminhar aos órgãos oficiais a matéria lida no decorrer das sessões, ou das reuniões de Comissão, que deva ser publicada na íntegra, ou em súmula.

II — Pela Divisão de Anais e Publicidade:

a) organizar os anais da Assembléia para publicação;

b) revisar a matéria destinada à publicação nos anais;

c) elaborar índice onomástico e remissivo das proposições lidas no expediente das sessões e de toda matéria transcrita nos anais, e,

d) revisar as publicações oficiais da Assembléia, bem como as provas destinadas à impressão, superintendendo, ainda, a execução dos respectivos trabalhos gráficos.

III — Pela Divisão da Ata Resumida:

a) elaborar, com os dados colhidos em plenário, ata resumida das sessões da Assembléia;

b) executar o correspondente trabalho datilográfico, e,

c) remeter à Divisão de Redação de Debates, após elaborada a ata resumida, os documentos apreciados na correspondente sessão plenária.

#### SEÇÃO III

##### Departamento de Taquigrafia

Artigo 46 — O Departamento de Taquigrafia tem as seguintes atribuições:

I — Pela Divisão de Registros:

a) taquigrafar, na íntegra, traduzir e datilografar os discursos, debates e falas da Mesa em plenário ou nas Comissões, exceto os documentos lidos ou destinados à inserção nos anais;

b) recolher, após os discursos, as matérias lidas em sessão, encaminhando-as à Divisão de Revisão Taquigráfica, para inclusão no texto dos respectivos discursos ou debates, salvo se houver extravio da referida matéria, quando, então, fará expressa advertência no texto datilografado;

c) anotar o horário do início das sessões e dos trabalhos, registrando ainda as alterações na composição da Mesa, e,

d) prestar serviços taquigráficos, quando solicitados pela Comissão Executiva, Diretoria Geral ou por qualquer das outras Diretorias da Casa.

II — Pela Divisão de Revisão Taquigráfica:

a) revisar e datilografar os textos preparados pela Divisão de Registros, inserindo neles as peças lidas, para compor a íntegra dos trabalhos;

b) remeter ao Departamento de Redação de Debates os originais de toda matéria organizada pela Divisão, conservando para si pelo menos uma cópia; e,

c) fornecer, em outras cópias, aos Deputados e Jornalistas credenciados, os textos já elaborados, mediante autorização da Mesa.

Artigo 47 — A Divisão da Ordem do Dia e Autografia tem as seguintes atribuições:

a) — Pela Seção de Autografia:

I) preparar as autografias dos Projetos de Lei, Resoluções e Proposições aprovadas, encaminhando-as à Comissão Executiva para assinatura e dando ciência ao Departamento das Comissões da data de expedição das autografias, e,

2) manter, em arquivo, cópias autênticas das autografias elaboradas, com a respectiva data de expedição.

b) — Pela Seção da Ordem do Dia:

1) organizar a matéria destinada à Ordem do Dia, aos avulsos e à pauta, e,

2) executar o respectivo serviço datilográfico.

Artigo 48 — A Divisão de Imprensa Legislativa tem as seguintes atribuições:

a) proceder à impressão, ou providenciar a sua execução, de toda a matéria da Assembléia, especialmente dos avulsos, da Ordem do Dia e da matéria em pauta;

b) encaminhar as provas gráficas, para efeito de revisão, ao Departamento de Redação de Debates;

c) distribuir os avulsos, a Ordem do Dia e a matéria em pauta, depois de devidamente impressa;

d) proceder ao recebimento, guarda, distribuição e expedição do "Diário da Assembléia" e do "Diário Oficial";

e) manter em ordem e zelar pela conservação da maquinaria de impressão;

f) requisitar o material empregado na confecção dos trabalhos gráficos e manter registro, em livro próprio, das entradas, saídas e consumo de material, e,

g) manter em arquivo, pelo menos, dez exemplares de cada uma das publicações da Assembléia.

#### CAPÍTULO VII

##### Da Diretoria Administrativa

#### SEÇÃO I

##### Departamento de Pessoal

Artigo 49 — O Departamento de Pessoal da Diretoria Administrativa tem as seguintes atribuições:

I — Pela Assessoria Jurídica do Pessoal, exercida por Procurador Legislativo:

a) prestar assessoramento nos assuntos referentes ao pessoal, sempre que solicitado pelo Chefe do Departamento; e,

b) organizar e manter atualizada coleção de leis, decretos e resoluções atinentes ao pessoal.

II — Pela Divisão de Regime Legal:

a) Pela Seção Administrativa do Pessoal;

1) elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

2) informar os processos referentes a pessoal, e,

3) enviar à Diretoria dos Serviços Legislativos, para efeito de publicação, os atos oficiais referentes ao pessoal.

b) Pela Seção de Administração de Cargos e Vencimentos:

1) elaborar contagem de tempo de serviço dos funcionários, fazendo-a publicar anualmente;

2) organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

3) organizar mapa de comparecimento, de férias e de licenças dos funcionários;

4) prestar assistência à Comissão de Promoções;

5) manter registro de vagas nas diversas carreiras;

6) promover, de ofício, a implantação das vantagens do pessoal, e,

7) elaborar os boletins de merecimento.

III — Pela Divisão de Cadastro de Pessoal:

a — Pela Seção de Cadastro de Funcionários:

1) lavrar termos de posse e outros;

2) fornecer carteiras de identidade;

3) elaborar e apostilar títulos de nomeação;

4) elaborar certidões e atestados relativos à vida funcional, e,

5) manter atualizada a ficha funcional.

b Pela Seção de Cadastro de Deputados:

1) manter atualizada as pastas individuais dos Deputados em exercício;

2) preparar carteira de identidade dos Deputados;

3) manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados;

4) elaborar, mensalmente, síntese de controle de frequência dos Deputados, em mapa próprio, para os fins legais;

5) elaborar o relatório mensal sobre a frequência dos Deputados às sessões plenárias, para ser encaminhado ao 1.º Secretário;

6) fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados, informações relativas à situação pessoal de cada um, em relação à frequência, e,

7) fornecer certidões e atestados relativos à situação dos Deputados, quando solicitadas.

IV — Pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal:

a) promover pesquisas sobre as necessidades de treinamento de servidores, orientando-se pelas indicações da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos;

b) planejar e promover cursos, visando à formação, aperfeiçoamento e especialização profissional do Pessoal;

c) promover a seleção de bolsistas para cursos de treinamento e aperfeiçoamento em organizações especializadas;

d) sugerir celebração de convênios com entidades especializadas em ministração de cursos especializados, e,

e) expedir certificados de conclusão de cursos e promover o registro na ficha funcional.

Parágrafo único — As atribuições da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal serão cumpridas sempre com a colaboração e assistência da Divisão Administrativa da Procuradoria Legislativa.

#### SEÇÃO II Departamento de Material

Artigo 50 — O Departamento de Material tem as seguintes atribuições:

I — Pela Divisão de Compras:

a) Pela Seção de Cadastro de Fornecedores:

1) organizar e manter atualizado o Cadastro de Fornecedores, com especificação por anos, endereços e operações já realizadas com a Secretaria, e,

2) informar, com base em seus registros, a situação e qualificação dos fornecedores nos processos de compra.

b) Pela Seção de Licitações:

1) organizar os processos de licitação;

2) prestar assistência à Comissão de Tomada de Preços na execução das tarefas que lhe estão afetas;

3) organizar os processos de compra e promover as respectivas aquisições de material necessário aos serviços da Secretaria, e,

4) manter sob sua guarda os processos de compra, até o pagamento das respectivas faturas.

II — Pela Divisão de Almoxarifado:

a) Pela Seção de Controle de Estoque:

1) receber o material adquirido pela Seção de Compras, conferindo-o com as respectivas notas e faturas;

2) guardar e conservar em depósito o material adquirido, registrando-o, a fim de manter, através de fichas, controle de sua movimentação e consumo;

3) fornecer às dependências da Secretaria da Assembléia o material que, através do Diretor Geral, for por elas requisitado, e,

4) manter controle, através de fichas, do consumo do material nos diversos departamentos, providenciando para que os seus estoques mínimos sejam calculados na razão de dois meses de consumo.

b) Pela Seção de Conservação e Manutenção:

1) zelar pela conservação dos móveis e equipamentos da Assembléia, providenciando o que, para este fim, for necessário;

2) promover as operações de manutenção, reparação e consertos que se fizerem necessários para o bom funcionamento dos equipamentos e instalações da Assembléia; e,

3) promover a execução e fiscalização dos serviços de manutenção dos elevadores e do sistema telefônico.

#### SEÇÃO III Departamento de Serviços Gerais

Artigo 51 — O Departamento de Serviços Gerais tem as seguintes atribuições:

I — Pela Chefia da Divisão de Administração Geral:

1) supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços de conservação e limpeza dos edifícios e respectivas instalações da Assembléia;

2) providenciar, junto a quem de direito, os consertos e reparações que se fizerem necessários nos edifícios e instalações, móveis, máquinas e utensílios em geral da Assembléia, e,

3) providenciar o hasteamento e arriamento das bandeiras nacional e estadual, nos dias próprios e de acordo com as instruções superiores.

a) Pela Seção de Portaria:

1) abrir e fechar os edifícios da Assembléia e suas dependências internas, na conformidade do que for determinado pela Diretoria Geral e segundo as necessidades do serviço;

2) recepcionar as pessoas que procuram deputados ou funcionários, ou desejarem acesso a qualquer dependência da Assembléia, após a triagem feita pela Divisão de Segurança;

3) receber e distribuir a correspondência de Deputados e funcionários, e,

4) dirigir os elevadores.

b) — Pela Seção de Telefonia:

1) promover a execução dos serviços telefônicos internos e externos;

2) receber chamadas e fazer ligações, anotando recados e transmitindo-os aos destinatários com a possível brevidade, e,

3) providenciar as reparações que se fizerem necessárias, junto ao Departamento de Material.

c) — Pela Seção de Atendimento do Plenário:

1) fornecer material e documentos solicitados pela Mesa, Deputados ou funcionários, no decurso das Sessões da Assembléia e reuniões das Comissões;

2) realizar, nas sessões e reuniões, sempre que solicitado, e conforme a praxe, serviços auxiliares, tais como: distribuição de café, mate ou refrigerantes, transporte de papéis e processos, locomoção de móveis, etc, e

3) tem sob sua guarda, para pronto suprimento, todo o material necessário aos serviços de plenário.

b) — Pela Seção de Transmissões:

1) manter os serviços de som em geral da Assembléia quer em matéria de execução, quem em matéria de conservação e reparações;

2) executar os serviços de gravação sonora dos trabalhos da Assembléia, cedendo-as por empréstimo, mediante autorização expressa do 1.º Secretário, contra recibo de carga, a interessados que eventualmente as solicitem, e,

4) auxiliar e dar atendimento nas transmissões externas de rádio e televisão.

e) — Pela Seção de Copa e Cozinha:

1) manter os serviços de copa e cozinha, zelando pelo asseio e higiene dos utensílios e instalações;

2) providenciar quanto à perfeita ordem na execução dos serviços de distribuição de café e refeições a deputados e funcionários, e,

3) prover aos serviços de fornecimento de distribuição de mate e refrigerantes aos deputados e funcionários.

II — Pela Divisão de Transportes:

a) — Pela Seção de Administração de Viaturas:

1) orientar e fiscalizar o trabalho dos motoristas da Assembléia;

2) executar, por intermédio dos motoristas, todos os trabalhos atinentes à condução dos veículos oficiais da Assembléia, e,

3) manter registro do consumo de combustível e lubrificantes, bem como das peças e acessórios dos veículos sob sua guarda.

b) — Pela Seção de Oficina:

1) proceder aos serviços de manutenção e reparação dos veículos da Assembléia Legislativa, com os seus próprios recursos ou, se necessário e mediante prévia autorização do Diretor Geral, em estabelecimentos especializados, sob a sua rigorosa e efetiva fiscalização;

2) registrar e comunicar, em relatório, à Diretoria Geral, todos os serviços de reparação efetuados fora da oficina, discriminando peças e acessórios substituídos, custos e motivos da operação, e,

3) manter serviço de almoxarifado próprio, com fichários de controle, em que conservará peças e acessórios para eventuais substituições e onde serão recolhidas as peças e acessórios substituídos, para futura destinação.

#### SEÇÃO IV Departamento de Protocolo e Documentação

Artigo 52 — O Departamento de Protocolo e Documentação tem as seguintes atribuições:

I — Pela Divisão de Protocolo:

a) — Pela Seção de Controle de Movimentação Legislativa:

1) receber, numerar e registrar os papéis e processos de cunho legislativo, encaminhados ao Departamento de Protocolo, dando-lhes a devida tramitação;

2) controlar, mediante as guias de trânsito e fichário, a tramitação e localização de papéis e processos legislativos já protocolados, e,

3) informar às partes interessadas sobre a tramitação e localização dos papéis e processos legislativos.

b) — Pela Seção de Controle de Movimentação Administrativa:

1) receber, numerar e registrar a concorrência ou processos administrativos encaminhados à Assembléia Legislativa, dando-lhes a devida tramitação;

2) controlar, mediante as guias de trânsito e fichário, a tramitação e localização de papéis e processos administrativos já protocolados, e,

3) informar às partes interessadas sobre a tramitação e localização de papéis e processos administrativos.

c) — Pela Seção de Expediente:

1) registrar a correspondência oficial e providenciar a sua expedição;

2) registrar processos, proposições e documentação destinados aos órgãos do Poder Público e entidades ou pessoas outras, providenciando a sua expedição;

3) movimentar os valores necessários às suas tarefas, prestando contas à Diretoria de Finanças, e,

4) organizar fichário de controle de expedição e retorno de papéis, bem como de processos e proposições que lhe sejam entregues para encaminhamento.

II — Pela Divisão de Documentação:

a) — Pela Seção de Arquivo Administrativo:

1) verificar as proposições, papéis, atas e livros findos que devem ser arquivados, ordenando-os e reconstituindo eventuais folhas dilaceradas;

2) coleccionar as proposições, processos, papéis e livros de registros a serem arquivados, organizando o respectivo fichário de controle;

3) atender aos pedidos de desarquivamento;

4) proceder, com as cautelas de praxe, às devoluções de documentos arquivados, após a competente autorização;

5) extrair certidões de documentados sob sua guarda, depois da competente autorização, e,

6) organizar coleção de, pelo menos, cinco exemplares de cada número dos impressos da Ordem do Dia, do Diário Oficial do Estado e do Diário da Assembléia.

b) — Pela Seção de Arquivo Histórico:

1) proceder ao levantamento e classificação de todos os documentos, papéis e processos pertencentes à Assembléia que, de qualquer modo, interessem a História do Poder Legislativo e do Estado do Paraná;

2) proceder a pesquisas destinadas a elucidar a vida e a obra de quantos, havendo passado pelo Poder Legislativo Estadual, tenham os seus nomes ligados à História do Paraná, e,

3) organizar e classificar todos os elementos informativos sobre acontecimentos e episódios relativos à vida do Poder Legislativo Estadual, para servirem de subsídios a futuras pesquisas dos estudiosos de sua história.

c) — Pela Seção de Estatística:

1) fazer o levantamento estatístico de todas as atividades da Assembléia e dos Deputados, principalmente no que se refere a discursos pronunciados, proposições apresentadas, número de sessões realizadas, número de reuniões de Comissão, etc.;

2) organizar a sinopse das Resoluções, Leis, Atas, Decretos Legislativos, Portarias e outros atos administrativos, com dados extraídos dos órgãos oficiais, e,

3) elaborar, com especificação das fases por que passaram as proposições, sinopse dos trabalhos realizados durante cada sessão legislativa, ordinária ou extraordinária, providenciando a respectiva publicação.

## CAPÍTULO VIII

Da Diretoria de Finanças

### SEÇÃO I

Do Conselho Deliberativo

Artigo 53 — Ao Conselho Deliberativo da Diretoria de Finanças, presidido pelo titular da Diretoria e integrado pelos chefes dos Departamentos de Tesouraria, de Contabilidade de Execução das Subvenções Sociais compete:

I — apreciar e deliberar em processos que lhe forem enviados pelo Diretor de Finanças;

II — coordenar a administração financeira da Assembléia Legislativa;

III — apreciar as prestações de contas e adiantamentos, e,

IV — elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

### SEÇÃO II

Departamento da Tesouraria

Artigo 54 — O Departamento da Tesouraria tem as seguintes atribuições:

I — Pela Tesouraria Administrativa:

a) confeccionar o Boletim de Operações Diárias, enviando-o, conjuntamente com os documentos respectivos, ao Departamento de Contabilidade;

b) controlar as contas bancárias mantidas pela Assembléia Legislativa;

c) confeccionar relatório mensal das operações realizadas pelo Departamento, e,

d) auxiliar o titular do Departamento no desempenho de suas atribuições, quando assim solicitado.

II — Pela Divisão de Processamento de Contas:

a) confeccionar ordens e cheques para pagamento de contas devidamente processadas e liquidadas;

b) manter cadastro das contas efetivamente pagas, bem como dos respectivos credores;

c) confeccionar e enviar avisos aos credores, referentes a créditos bancários, e,

d) remeter, diariamente, à Tesouraria Administrativa o relatório das operações.

III — Pela Divisão de Pagamento do Pessoal:

a) — confeccionar ordens e cheques para pagamento do Pessoal;

b) — confeccionar ordens para pagamento dos credores em consignação de Folhas de Pagamento, confeccionando e enviando avisos aos mesmos;

c) — manter controle e solicitar o atestado de vida do Pessoal, enviando aviso ao Departamento de Contabilidade quando faltar, para ser retirado da Folha o faltante, e,

d) — remeter, diariamente, à Tesouraria Administrativa o relatório das operações.

IV — Pela Pagadoria:

a) — efetuar os pagamentos autorizados;

b) — remeter os processos pagos às respectivas Divisões, e,

c) — ter sob sua guarda numerário para atender às despesas de Pronto Pagamento

§ 1.º — O Chefe do Departamento de Tesouraria receberá o numerário destinado ao atendimento da Assembléia Legislativa, sendo por ele responsável.

§ 2.º — Caberá ao Chefe do Departamento firmar, juntamente com o 1.º Secretário, as ordens e cheques de pagamento emitidos em nome da Assembléia Legislativa.

### SEÇÃO III

Departamento de Contabilidade

Artigo 55 — O Departamento de Contabilidade tem as seguintes atribuições:

I — Pela Divisão de Contabilidade:

a) — Pela Seção de Registro Contábil:

1) registrar as operações contábeis da Assembléia Legislativa, elaborando balancetes mensais e balanço anual;

b) elaborar relatório trimestral das operações financeiras da Assembléia Legislativa, e,

3) prestar informações relativas às operações registradas.

b) — Pela Seção de Elaboração e Execução Orçamentária:

1) elaborar a proposta orçamentária, sob a coordenação de Comissão Especial;

2) manter fichário que auxilie na elaboração orçamentária;

3) estar em contacto com os serviços da Assembléia Legislativa, obtendo dados que auxiliem a elaboração orçamentária;

4) confeccionar a documentação necessária para obter as liberações das dotações orçamentárias junto às entidades competentes;

5) manter fichário que possibilite fiscalizar os saldos das dotações orçamentárias;

6) solicitar, quando necessário, mediante medidas que possibilitem reforçar ou suplementar as dotações orçamentárias;

7) elaborar relatório mensal das operações, e,

8) confeccionar os demonstrativos da Assembléia Legislativa.

c) — Pela Seção de Controle Orçamentário:

1) emitir notas de empenho em processos de compra autorizados;

2) manter fichário das dotações orçamentárias, dando o saldo do requisitado, e,

3) registrar nas fichas as notas de empenho emitidas.

d) — Pela Seção de Administração Contábil:

1) confeccionar as autorizações de pagamento e manter o respectivo controle;

2) manter fichário dos empenhos por estimativa e globais;

3) instruir os processos de despesas da Assembléia Legislativa;

4) conservar em perfeita ordem a documentação referente às operações financeiras da Assembléia Legislativa;

5) confeccionar Ordens de Recebimento e Guias de Estorno;

6) manter atualizado o Plano de Contas;

7) confeccionar avisos aos serviços da Assembléia Legislativa para o perfeito entrosamento da administração financeira, e,

8) executar o serviço administrativo especializado do Departamento.

II — Pela Divisão de Patrimônio:

a) — Pela Seção de Controle Patrimonial:

1) organizar e manter atualizado o arquivo de fichário, para determinar a localização dos bens da Assembléia Legislativa;

2) promover, anualmente, o inventário dos bens existentes;

3) providenciar o arquivamento de documentos referentes aos bens da Assembléia Legislativa;

4) propor, quando necessário, adoção de medidas para conservação de bens, e,

5) coordenar o recolhimento de bens, quando julgados inservíveis.

b) — Pela Seção de Cadastro de Bens:

1) organizar e manter atualizado o cadastro de bens da Assembléia Legislativa;

2) comunicar à Seção de Conservação e Manutenção o número atribuído aos bens cadastrados, para que seja feita a catalogação;

3) classificar os bens patrimoniais da Assembléia Legislativa, conforme plano de contas, registrando analiticamente em fichário próprio, e,

4) prestar informações sobre os bens cadastrados.

III — Pela Divisão de Controle Financeiro do Pessoal:

a) — Pela Seção de Folhas:

1) confeccionar as folhas de pagamento;

2) providenciar o encaminhamento das folhas de pagamento, para que se cumpram as formalidades legais;

3) registrar, em fichas individuais, todas as alterações relativas ao pessoal para efeito de controle de pagamento, descontos, reposições e consignações, e,

4) informar e instruir processos relativos ao pagamento do pessoal.

b) — Pela Seção de Imposto de Renda:

1) calcular o Imposto de Renda para o respectivo desconto em folha de pagamento;

2) confeccionar e distribuir demonstrativo para efeito de declaração de Imposto de Renda;

3) informar, quando solicitado, sobre problemas relativos ao Imposto de Renda, e,

4) manter atualizada coletânea de leis que interessem ao setor.

c) — Pela Seção de Consignação e Descontos:

1) organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos efetuados em folhas de pagamento;

2) organizar os processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores por descontos em folha de pagamento, e,

3) informar e instruir processos relativos a descontos e consignações.

Parágrafo único — Caberá ao Chefe do Departamento de Contabilidade firmar, junto com outras autoridades, os documentos necessários para a liberação das dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa.

### SEÇÃO IV

Departamento de Execução das Subvenções Sociais

Artigo 56 — O Departamento de Execução das Subvenções Sociais tem as seguintes atribuições:

I — Pela Divisão de Registros:

a) — pela Seção de Cadastro de Entidades:

1) organizar e manter atualizado o cadastramento de entidades beneficiadas com auxílios financeiros autorizados pelos Deputados;

2) instruir processos relativos a novos auxílios financeiros às entidades cadastradas, e,

3) elaborar certidões e atestados atinentes às entidades cadastradas.

b) — Pela Seção de Lançamentos:

1) registrar nas fichas próprias as operações diárias;

2) confeccionar aviso de crédito aos Deputados, e,

3) confeccionar relatório mensal das operações.

II — Pela Divisão de Aplicações:

a) — Pela Seção Administrativa:

1) confeccionar ordens e cheques para pagamento dos auxílios financeiros autorizados pelos Deputados;

2) manter arquivado sob a sua guarda os processos liquidados, para a posterior prestação de contas;

3) informar aos Deputados sobre os processos sob sua guarda;

4) elaborar os processos de prestação de contas à Diretoria Legislativa;

5) manter controle das contas bancárias abertas, relativas à Verba de Assistência Social dos Deputados, e,

6) executar os serviços administrativos do Departamento.

b) — Pela Seção de Pagamento se Controle de Caixa:

1) efetuar os pagamentos autorizados;

2) remeter os processos pagos à Divisão de Registros;

3) escriturar, diariamente, o Livro Caixa, e,

4) ter sob sua guarda o numerário destinado a atender os auxílios.

Parágrafo único — Caberá ao Chefe do Departamento de Execução das Subvenções Sociais firmar, juntamente com o 1.º Secretário, ordens e cheques para pagamento dos auxílios financeiros autorizados pelos Deputados.

## TÍTULO VI

Das Disposições Finais

### CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Artigo 57 — O Diretor Geral será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo titular da Diretoria Administrativa.

§ 1.º — Os titulares da Secretaria Geral, da Procuradoria Legislativa, da Secretaria de Divulgação e das Diretorias dos Serviços Legislativos, Administrativa e de Finanças serão substituídos, em suas faltas, impedimentos e afastamentos eventuais, respectivamente, pelo Chefe da Divisão de Expediente, Chefe da Divisão Administrativa, Chefe da Divisão de Imprensa e Rádio, Chefe do Departamento de Redação de Debates, Chefe do Departamento de Pessoal e Chefe do Departamento de Contabilidade.

§ 2.º — Os Chefes de Departamento, Divisão e Seção, em suas faltas e im-

pedimentos, terão seus substitutos designados pelos titulares das respectivas Diretorias, cabendo ao Diretor Geral a designação dos substitutos não previstos expressamente neste artigo.

Artigo 58 — Os cargos e funções do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, adiante especificados, serão exercidos em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, atribuindo-se aos respectivos ocupantes as seguintes gratificações:

I — de 100% (cem por cento) sobre os vencimentos básicos:

- 1 — Diretor Geral
- 2 — Chefes de Gabinete da Comissão Executiva
- 3 — Assistente Militar
- 4 — Secretário Geral
- 5 — Procurador Geral
- 6 — Consultor Geral
- 7 — Assessor Legislativo Chefe
- 8 — Secretário de Divulgação
- 9 — Titulares de Diretorias

II — De 95% (noventa e cinco por cento) sobre os vencimentos básicos:

1 — Chefes dos demais Gabinetes da Comissão Executiva, e da Diretoria Geral e das Lideranças

- 2 — Titulares de Departamento
- 3 — Assessor de Relações Públicas e Cerimonial
- 4 — Auditor Chefe
- 5 — Coordenador de Serviços Assistenciais

III — de 90% (noventa por cento) sobre os vencimentos básicos:

- 1 — Chefes dos demais Gabinetes
- 2 — Chefes de Divisão
- 3 — os integrantes do Corpo de Consultores
- 4 — os Auditores
- 5 — Tesoureiro Administrativo
- 6 — Assessores e Oficinas de Gabinete
- 7 — Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal

IV — de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre os vencimentos básicos:

- 1 — os Chefes de Seção
- 2 — os Auxiliares de Gabinete

V — de 80% (oitenta por cento) sobre os vencimentos básicos:

1 — os Motoristas de Gabinete e da Coordenadoria de Serviços Assistenciais.

Parágrafo único — É facultado aos ocupantes de funções discriminadas neste artigo optarem pela percepção da gratificação de 50% (cinquenta por cento) pela prestação de serviços extraordinários.

Artigo 59 — O exercício dos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro da CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ constitui a afetiva lotação dos respectivos titulares e os dispensa do expediente normal na Casa, pelo tempo de duração de seus mandatos.

Artigo 60 — Os atuais cargos de Assistente Técnico e de Secretário de Comissão, da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, passam a ter, respectivamente, a denominação de Procurador Legislativo e Assessor Legislativo, devendo a lei dispor sobre o retorno das duas categorias funcionais à Parte Permanente.

Parágrafo único — Obedecida a mesma simbologia, os atuais cargos de Diretor de Departamento, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, ficam transformados em cargos de Diretor dos Serviços Legislativos, Diretor Administrativo, Diretor de Finanças e Secretário de Divulgação.

Artigo 61 — Os Assessores Legislativos, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos termos em que a Lei dispuser, poderão ser readaptados, mediante concurso interno de seleção, nos cargos de Procurador Legislativo.

Parágrafo único — Os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, portadores de diploma de curso superior e ocupantes dos quatro últimos níveis da respectiva carreira, nos termos que a lei estabelecer, poderão ser readaptados, mediante concurso interno de seleção, nos cargos de Assessor Legislativo.

Artigo 62 — Caberá à Procuradoria Legislativa, por determinação da Comissão Executiva, promover, dirigir e supervisionar a realização dos concursos internos de seleção a que se referem o artigo anterior e seu parágrafo.

Artigo 63 — A Comissão de Promoções, à qual cabe organizar, com base nos dados e levantamentos fornecidos pela Seção de Administração de Cargos e Vencimentos, da Divisão de Regime Legal, do Departamento de Pessoal, a lista de funcionários habilitados à promoção, será presidida pelo Diretor Geral e integrada pelos Diretores, pelo Procurador Geral, pelo Consultor Geral, pelo Coordenador dos Serviços Assistenciais e pelo Chefe da Divisão Administrativa da Procuradoria Geral.

§ 1.º — As deliberações da Comissão de Promoções serão tomadas por maioria simples de votos.

§ 2.º — O Chefe da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos é o Secretário nato da Comissão de Promoções.

## CAPÍTULO II

### Das Disposições Transitórias

Artigo 64 — Para atender às necessidades estruturais e orgânicas decorrentes da reforma administrativa implantada por esta Resolução, a Lei criará os seguintes cargos de provimento em Comissão:

- I — 1 (um) Assistente Militar
- II — 1 (um) Secretário Geral
- III — 1 (um) Procurador Geral
- IV — 1 (um) Consultor Geral
- V — 1 (um) Assessor de Relações Públicas e Cerimonial
- VI — 5 (cinco) Auditores
- VII — 1 (um) Coordenador de Serviços Assistenciais

VIII — Outros cargos julgados necessários

Artigo 65 — A Lei criará, na Série de Classes de Assistente Legislativo, com amplitude entre os níveis 24 a 26 a que terão acesso os ocupantes dos últimos níveis das séries de Classe de Oficial de Administração, Oficial Legislativo e Contabilista.

Artigo 66 — Aos atuais funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, portadores de diploma de curso superior, é assegurada readaptação, após o retorno da categoria à Parte Permanente, em cargos de Assessor Legislativo, desde que comprovem haver, nos últimos cinco anos, realizado trabalho relevante de natureza técnica, de interesse da administração pública.

Parágrafo único — A readaptação será feita mediante concurso interno de

seleção, para número certo de vagas, nos termos e condições que vier a ser estabelecido em regulamento baixado pela Comissão Executiva.

Artigo 67 — Para integrar o Corpo de Consultores Jurídicos, a que se refere o artigo 28 desta Resolução, a Comissão Executiva, por meio de Decreto Legislativo, mudará a denominação de cinco cargos da Série de Classes de Advogado, dos níveis PL-28 e PL-30, os quais passarão a constituir a nova categoria funcional.

Artigo 68 — A reforma administrativa, estabelecida por esta Resolução, cabendo à Comissão Executiva expedir os atos complementares que se fizerem necessários.

Parágrafo único — Enquanto a Lei não dispuser sobre a criação de cargos não existentes que figuram na nova nomenclatura, os mesmos serão exercidos, sob o regime de função gratificada, por funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, com exceção do Assistente Militar e o Chefe da Divisão de Segurança.

Artigo 69 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em  
(a) Wilson Fortes

### JUSTIFICAÇÃO:

O presente Projeto de Resolução, que tomamos a liberdade de submeter à consideração da Casa, é fruto de um estudo a que procedeu uma Comissão Especial designada pela atual Comissão Executiva e que, originalmente, deveria corporificar-se em Lei por meio de delegação de poderes.

Não havendo sido possível, até o presente momento, conciliar divergências quanto à matéria da reorganização da estrutura e dos serviços da Secretaria da Assembleia e para que não se perca um estudo tão sério e criterioso como o que por realização, tomamos a iniciativa pessoal de apresentá-lo como Projeto de Resolução, certos de que assim estamos prestando um assinalado serviço ao Poder Legislativo.

A justificação da proposição em si está contida na exposição de motivos da Comissão Especial, que desejamos faça parte integrante deste Projeto.

### Comissão Especial de Reforma Administrativa Relatório Final

Egrégia Comissão Executiva da Assembleia Legislativa:

I — A Comissão Especial de Reforma Administrativa, instituída pelo Decreto Legislativo n. 230-72, de 16 de maio do corrente ano de 1972, pode agora, após mais de três meses de intensos trabalhos e sucessivas reuniões apresentar a Vossas Excelências as conclusões a que chegou e que se constataciam no incluso anteprojeto de reforma da organização e funcionamento da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

II — Inspirando-se na atual organização da Secretaria da Câmara dos Deputados, colhendo subsídios na organização de outras Assembleias Legislativas do País, mas, sobretudo, atenta à realidade da nossa Casa de Leis, com suas peculiaridades e estruturação orgânica, a Comissão Especial elaborou o presente estudo, partindo do princípio de que reformar não é simplesmente inovar, mas, sim, adaptação a condições e circunstâncias preexistentes, de tal modo que as modificações possam ser introduzidas sem abalo do arcabouço administrativo básico.

III — O ponto de partida, portanto, foi a própria organização estabelecida pelo Decreto Legislativo n. 573-67, de 29 de novembro de 1967, que regula, presentemente, o funcionamento dos serviços técnicos e administrativos da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Levando em linha de conta que a atividade da Casa se desenvolve em dois planos distintos, — o legislativo propriamente dito e o administrativo, ou burocrático, — o primeiro girando essencialmente em torno da Comissão Executiva e dos órgãos de elaboração legislativa e o segundo, em torno da Diretoria Geral, que supervisiona a execução dos serviços, foram estabelecidos grupamentos distintos de setores de trabalhos, de forma a simplificar e racionalizar a atuação de cada órgão da Secretaria.

IV — O primeiro grupamento abrange os órgãos do assessoramento que, pela natureza de suas funções, tem um relacionamento mais direto e íntimo com a Comissão Executiva, os Deputados e os setores de elaboração legislativa, ou seja, com a Casa considerada como organismo político, como um dos três Poderes do Estado.

É o caso da Secretaria Geral, da Procuradoria Legislativa, da Assistência Militar, da Assessoria Legislativa, da Secretaria de Divulgação e outros.

V — O segundo grupamento compreende os órgãos de assessoramento da Diretoria Geral e os órgãos de execução propriamente ditos.

São aqueles que movimentam a engrenagem administrativa da Assembleia Legislativa, considerada esta como unidade burocrática que executa e presta serviços.

Foram eles distribuídos por setores especializados e, como medida de racionalização do comando, obedecem à orientação de Diretorias, em número de três, ou da própria Diretoria Geral, nos casos em que, pela natureza e tipicidade de suas funções, a subordinação direta à chefia central é a mais aconselhável.

VI — Finalmente, o presente estudo de reforma administrativa, como não poderia deixar de ser, contém normas sobre Pessoal, porque a reformulação dos serviços implica, necessariamente, em reestruturação dos Quadros de Execução.

É bem verdade que, pela nova sistemática constitucional, cabe ao Poder Executivo a iniciativa das Leis que disponham sobre criação de cargos, ou sobre matéria de Pessoal que implique em aumento da despesa orçamentária.

Por isso mesmo, no incluso estudo estão inseridas, em matéria de Pessoal, como mandamento imperativo, tão somente as modificações de denominação e de nomenclatura, ou aquelas que, como a instituição do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, fórmula encontrada para a valorização e prestigamento dos cargos de direção, chefia e assessoramento, — vitais ao funcionamento da máquina administrativa, — encontram respaldo legal em diplomas já em vigor e cobertura financeira em dotações já consignadas em Orçamento.

As demais disposições sobre Pessoal tem caráter meramente normativo e servirão de base para futuras leis específicas, que deverão ser aprovadas dentro dos novos cânones constitucionais.

Serão elas, por sem dúvida, necessárias à complementação da reforma administrativa, porque se destinam ao rejuvenescimento dos quadros fun-

cionais e ao prestígio do Servidor que movimentam efetivamente a máquina burocrática.

VII — Com isto, esta Comissão Especial dá por encerrada a primeira etapa dos seus trabalhos, permanecendo, é bem ver à disposição da egrégia Comissão Executiva, para as providências que, a seguir, deverão ser adotadas, na concretização da reforma administrativa.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em Curitiba, aos 6 de setembro de 1972

RUBENS PADILHA MENDES — Presidente  
AIMORE OD ROCHA — Membro  
ESVERBEN GUIMARAES PLAISANT — Membro  
ELOI MEZZARDRI — Secretário

# PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 213-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Círculo de Trabalhadores Cristãos de Planta Capão Raso, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) Erondy Silvério.

## JUSTIFICATIVA:

O Círculo de Trabalhadores Cristãos de Planta Capão Raso, com sede à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 369, no Bairro de Planta Capão Raso, nesta Capital, é uma entidade de finalidade educacional e beneficente, mantendo cursos de formação e assistência social no bairro em que está situada.

A entidade tem seus estatutos sociais devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos, fazendo jus, portanto, a obtenção da declaração de utilidade pública, diante de suas altas finalidades, de interesse de toda a comunidade a que serve.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente srs. Deputados.

(Lendo): — "A realidade em torno das eleições municipais de 15 de novembro de 1972 deve ficar registrada nesta Casa, tal como é vista pelo modesto Deputado que ora ocupa a Tribuna, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná da bancada da Oposição, por honrosa delegação do nobre deputado Sebastião Rodrigues, Líder da Bancada do MDB nesta Casa.

Meu pronunciamento, pois, é meu próprio depoimento e a confissão do que fiz de pouco e do que não pude fazer de muito, pelo MDB, na luta pela reconstituição da Democracia de voto livre em nossa Pátria.

O atual sistema, como tem sido denominado o regime vigente que exerce o Poder neste País, precisa tomar conhecimento, uma vez que proclama os seus objetivos de criar realmente uma democracia brasileira — daquilo que entendo como sendo a realidade política do momento.

Não será demais incluir nesta análise que, dentro do próprio Partido situacionista existem algumas facções, não raro, em maior antagonismo do que o existente entre aquele e a Oposição.

Mesmo com essa divergência, porém, todas as arenas existentes fazem o mesmo jogo e usam das mesmas armas e dos mesmos métodos contra o MDB.

Métodos e armas, muitas vezes, condenáveis e qualificáveis como afrontosos ao Direito e infringentes da Lei, coonestados pelos Governos dos Estados e da União, indireta e não tão seguidamente.

Não é fácil descrever-se o tipo de ar que se respirou no recente período eleitoral, para repetir a difundida idéia que vê nas eleições os pulmões da democracia e no voto, o sangue que circula em suas artérias. Como sem pulmões e sem sangue não há vida, sem eleições e sem voto livre não há democracia. E quando qualquer mal ataca a ambos, ou mesmo a um somente, também todo o organismo se ressentente.

Olhando-se para o quadro atual, conclui-se, fatalmente que se é verdade que ainda há vida, parece incontestável que a democracia brasileira se compara a um doente de grave enfermidade, só curável a longo prazo. E isso, se passar a receber, urgentemente, a mais rigorosa e exata terapêutica.

Senhor Presidente! Senhores Deputados!

Sustenta-se que houve uma revolução no Brasil, em 1964, para combater a corrupção administrativa e a corrupção eleitoral, principalmente. Quanto à corrupção administrativa, que não é o tema principal desse depoimento, quem parece que se deu, realmente, um passo à frente, embora a censura pendente sobre os veículos de informações deslustrem esta afirmação. Muitas vezes, não obstante, a corrupção administrativa se confunde com a eleitoral, como no recente caso de Arapongas. Evidenciou-se ali que, há dois anos, ou seja, em 1970 o Prefeito Municipal fez contabilizar um pagamento da ordem de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos mil cruzeiros) adiantadamente, pagando por obra contratada com empreiteira especializada em problemas de erosão. Embora a obra, até esta data, permaneça inacabada, o Prefeito a incluiu entre as suas realizações folhetinescas, como se fora administração própria da Prefeitura para propaganda eleitoral e para justificar outras despesas com a mesma obra não concluídas e sequer iniciada num de seus importantes setores.

No tocante à corrupção eleitoral, ela campeia concentrada ou polarizada em favor do situacionismo corroendo o pouco que resta de democracia ao povo brasileiro com muito mais pertinácia que na época anterior a 1964.

Os crimes eleitorais mais graves são praticados abertamente de nada valendo a reforma eleitoral praticada com fulcro no artigo 4.º do Ato Institucional n. 1 de 9 de Abril de 1964 que instituiu em 1965 o Código Eleitoral vigente onde se acham definidos os crimes eleitorais. De que adianta, entanto, dispor a Lei que "a interferência do poder econômico e o desvio ou abuso de poder de autoridade" em desfavor da liberdade do voto serão coibidos e punidos" (artigo 237) e estabelecer uma sanção que pode ir até quatro anos de reclusão a quem praticar o crime de "dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou pro-

meter abstenção ainda que a oferta não seja aceita (artigo 299) se não existem os meios eficientes de coibir e punir os que lesionam tais dispositivos?

A realidade não é outra. Salvo honrosas exceções nos períodos eleitorais os Prefeitos Municipais se transformam em cabos eleitorais de seus candidatos e o fazem com desvio e abuso do poder.

A própria figura do Sr. Governador do Estado, professor Pedro Viriato Parigot de Souza, que tem merecido da Oposição as homenagens e o apoio de que se fez credora pela sua probidade administrativa, pela sua cultura e capacidade elevadas, acabou sendo envolvida pelas artimanhas da política e, contrariando todos os princípios anteriormente revelados, numa entrevista ao "Novo Jornal", de Londrina, edição de 11.11.72, proferiu as afirmações seguintes:

"Quanto à questão do tratamento aos prefeitos do MDB eu devo dizer que o Estado faz muito pouco por cada município.

Temos 288 municípios, que são como 288 filhos de um pai pobre. Evidentemente, os prefeitos do partido situacionista tem melhores condições de diálogo com o Governo. Nossos diálogos com os prefeitos do MDB serão sempre formais. Isso não significa que vamos deixar de atender as necessidades básicas de cada município. Mas os prefeitos do MDB que não esperem socorro do Governo em horas de dificuldades, porque o Governo não os socorrerá. Isso não quer dizer que vamos prejudicar os "seus municípios".

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de insistir no aparte porque o momento é oportuno. Lamentavelmente, eu já havia dito nesta Casa que alguém que ocupa a chefia do Executivo de um Estado não pode dizer que é político, ou se é bom político ou se é mau político.

E o Governador Parigot de Souza, lamentavelmente, mostrou aquilo que todo o Paraná já sabia, que é um incompetente político.

Porque S. Exa. aceitou passivamente ser envolvido pela política como bem citou V. Exa. Tanto aceitou que S. Exa. acabou sendo induzido por um roteiro de lágrimas eleitorais.

S. Exa. somente percorreu aqueles municípios onde a derrota do seu partido era certa. E hoje para infelicidade, formou-se a opinião generalizada de que onde o Governador foi, as eleições foram perdidas pelo seu Partido. Ora, se o sr. Governador do Estado, tivesse um pouco de sensibilidade política, tivesse um pouco de assessoria política, S. Exa. também, por certo, teria comparecido a algum município aonde o seu Partido tivesse obtido a vitória eleitoral.

Isso não ocorreu, e S. Exa. hoje, recebe aquilo que os políticos do seu partido queriam. Recebe o encargo da responsabilidade da derrota eleitoral, porque os políticos se justificam dizendo, se nem o Governador conseguiu votos, nós é que iríamos conseguir? E o sr. Governador fica como o grande derrotado eleitoralmente, pois o povo lhe atribue a derrota nos municípios onde a ARENA foi batida.

S. Exa. poderia ter chegado ao termo do seu mandato com o respeito inclusive da área política de todo o Estado do Paraná. O que não ocorrerá porque S. Exa. mostrou que é um incompetente político. Lamentavelmente, palavras como estas que V. Exa. citou e mostra à Casa, da entrevista de S. Exa. o Sr. Governador ao novo jornal, S. Exa. proferiu em vários municípios deste Estado, demonstrando a sua total incompetência, para quem detem mandato de Governador.

No que diz respeito ao aspecto político de suas declarações eu sei, tenho por convicção, que o próprio Governador do Estado não acredita nas palavras que proferiu. Proferiu-as porque foi induzido a isto.

E é o que nós paranaenses, que admiramos o Governador Parigot de Souza, lamentamos, quando vemos S. Exa. sabendo-se incompetente em política atirar-se à luta sem ter condições para isso.

Era o aparte que queria dar à V. Exa. por julgar oportuno, pedindo desculpas por ter interrompido o brilhante pronunciamento de V. Exa. muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Lendo): "O nome de Sua Excelência o Presidente da República e a Revolução, foram abusivamente invocados. E com o sentido de ligar o Poder mais alto à Revolução, e o MDB à subversão e a contra-revolução "visando claramente intimidar e amedrontar o eleitor menos esclarecido, afastando-o da Oposição pela intimidação e pelo medo".

O Sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. lembra muito bem que o nome do sr. Presidente da República foi usado indevidamente nesta campanha; e eu sou testemunha do que ocorreu na minha cidade.

No dia das eleições, os candidatos da ARENA e os carros da ARENA, chefiados por um Senador da República, ostentavam o retrato do sr. Presidente da República, todos os carros, todos. Davam a impressão até de que o Candidato a Prefeito era o ilustre General, Presidente da República, Garastazu Médici. Então, um eleitor perguntava se eu conhecia o outro candidato. Mas Deputado Nivaldo Kruger, diziam que o candidato era um jovem e eu vejo aí o retrato de um homem idoso, que história é essa? E quem não entendia bem da coisa, ficou confundido.

Realmente V. Exa. tem toda a razão, foi deplorável o que aconteceu em algumas seções da ARENA no Paraná, usando o retrato do Sr. Presidente da República e o nome de S. Exa. para justificar métodos políticos contra os quais se fez uma revolução; métodos de corrupção, de compra de votos, abertamente, de domínio e de ameaça, violência, pancadaria, prisões arbitrárias tudo isto em nome do Presidente da República. E aqueles que apresentam-se às vezes como leões, perante as ovelhas, vão se apresentar como ovelhas diante dos leões.

Isto ocorreu no meu município e apesar disso não logrou êxito, a campanha elaborada nestes termos. Veja V. Exa. que é oportuníssimo o pronunciamento de V. Exa. lembrando este aspecto negativo e que compromete profundamente o sentido de recuperação democrática e de reconstrução do sistema do regime em nosso país.

Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO. — Agradeço o aparte de V. Exa., que veio realmente dar vida a esta afirmação — (Lendo): — "E com o sentido de ligar o Poder mais alto à Revolução, e o MDB à subversão e à contra-revolução! visando claramente intimidar e amedrontar o eleitor menos esclarecido, afastando-o da Oposição pela intimidação e pelo medo. Essa tônica, usada pelos salteadores da honra partidária, velhos barregães que põem a serviço de todas as causas pudendas, envenenadores da honra dos estadistas

e dos povos, poderia ter influência menos ponderável num regime de plena vigência das garantias individuais. No sistema imperante, porém, se transforma e é explorada, deliberadamente, como coação das mais violentas, indezível e desmoralizante do pleito.

Pois bem! Como se não bastassem tais fatos, em ainda eis que se lhes junta o poder econômico, todo ele, bandeado para o situacionismo.

Via de regra, os grandes capitalistas não se omitem ante as solicitações dos partidários do situacionismo. Ressalvadas as honrosas exceções, visto acreditarem que o MDB não chegará aos Governos Estaduais nem à Presidência da República.

Sobrarão ao MDB o apoio dos pequenos e médios capitalistas, que logicamente se colocariam ao lado da Oposição, uma vez que esta tem procurado sensibilizar ao Governo Federal para o seu alarmante empobrecimento.

Mas, sem obter lucros em suas empresas e faltando-lhe a motivação ceifada pelo atual Sistema, o cidadão fica sem sobras para ajudar o Partido e sem incentivo para participar das eleições. Isola-se e vota por obrigação legal.

Como não existe o fundo partidário — outra realidade amarga se não como lei escrita não cumprida, o MDB funciona movido, apenas, pelo ardor patriótico de seus representantes e dirigentes, de seus filiados e simpatizantes e de seus candidatos, quando em campanha.

Fique bem claro que não se pleiteia o poder econômico ao lado da Oposição: combate-se o poder econômico avassalador e reivindicam-se condições materiais mínimas para a sobrevivência partidária. E, acima de tudo, o cumprimento da Lei, para que se respeite o Direito e sobrepaire a Justiça em todos os resultados das eleições.

Desvaidas, inoperantes e ridículas têm sido as disposições legais que obrigam os candidatos a estipularem o "quantum" disponível para sua propaganda eleitoral. E que dizer, senão que são letras mortas da lei a coibição e a punição daqueles que desviam o uso e abusam da autoridade tolhendo a liberdade do voto. Diante disso, que sobra ao povo brasileiro de esperança com relação aos seus ideais de liberdade e aos seus anseios por um regime democrático de voto livre e de soluções sociais cristãs? Quando haverá realmente empenho dos governantes e autenticidade dos líderes populares em fazer crescer, florescer e vicejar uma consciência cívica que se imponha definitivamente como dirigente dos destinos da Pátria e a conduza como uma Nação verdadeiramente democrática?

O Movimento Democrático Brasileiro do Paraná concorreu aos cargos de prefeito, e vice-prefeito, nas últimas eleições municipais, em apenas 83 municípios. Dos 124 Diretórios Municipais atualmente existentes dos quais 23 foram constituídos já na gestão da atual Comissão Executiva Regional, em 41 municípios o Partido se omitiu de concorrer às respectivas prefeituras, e as causas de tais omissões constituem matéria incluída em pauta pela Executiva Regional, agora as representações de Toledo (duas) e de Nova Londrina, já em andamento.

O MDB, foi o vencedor das eleições nos Municípios de Arapongas, Bituruna, Camba, Cambé, Campo Largo, Cascavel, Catanduvas, Cianorte, Clevelândia, Coronel Vidua; Enéas Marques; Francisco Beltrão; Guarapuava; Itauna do Sul; Jataizinho; Londrina; Maria Helena; Maringá; Matinhos; Nova América da Colina; Palmeira; Paraíso do Norte; Rio Negro; Sabaudia; São Tomé; São João, Munhoz de Mello, Tuneiras do Oeste, União da Vitória, Veré e Vitorino.

Ora, tendo sido o vencedor em 31 dos 83 municípios em que concorreu, verifica-se que o MDB alcançou um percentual de 38,5%.

Em Veré, Londrina e Cambé, onde os Prefeitos eleitos em 1968 mantiveram-se fiéis ao Partido, agindo com honradez e dignidade diante do povo que os elegeu, a Oposição manteve o predomínio eleitoral. Cumpre ressaltar, também, os resultados de Arapongas, onde há 18 anos o Município se encontrava sob o mando de uma oligarquia política. E em Guarapuava, Maringá, Cascavel, Francisco Beltrão e União da Vitória, municípios polarizantes de suas respectivas regiões, houve vitórias estrondosas dos candidatos da Oposição.

Num comparativo com as eleições municipais, de 1968, quando venceu em 24 municípios e as eleições legislativas de 1970, nas quais obteve 20% das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado, constata-se o crescimento do MDB, ao atingir o atual percentual de 38,5%.

Tais resultados são a evidência marcante de uma grande conquista do emedebismo, alcançada pelos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores recém-eleitos e pelos Diretórios de cada um desses Municípios, coadjuvados pela conduta e atuação vibrantes das Bancadas dos Deputados estaduais e federais com que conta o Partido e pelos reflexos que o programa de organização e ampliação do MDB do Paraná possa haver atingido.

Os novos representantes emedebistas — prefeitos, vice-prefeitos, vereadores municipais — ilustraram uma página admirável na história política do Brasil e na luta pela reconstituição da democracia. Tornaram-se credores, não só do profundo reconhecimento da Direção do MDB paranaense, como também, e principalmente, da fé e das maiores esperanças das populações que passaram a representar e, ainda, da admiração sem cor partidária de todo o Paraná.

São homens que, pela sua lealdade, firmeza e convicções partidárias, revelam desde já o caráter íntegro e probo dos grandes administradores. Engrandeceram à Democracia e ao Partido. Servirão, por certo, ao seu povo, como o trabalho patriótico esperado.

Há, portanto, uma manifestação soberana de opinião, revelando que o direito de opinar não foi relegado pelo povo, que o exerce heroicamente até, através do voto. O que, sem qualquer visio de tendenciosidade, fundamenta o que acima se asseverou e autoriza as conclusões que se seguem.

Senhor Presidente! Senhores Deputados!

Nem mesmo tais reafirmações dos centros politizados, superando — Deus sabe como — as pressões ora denunciadas, poderão servir de alento a novas jornadas cívicas da Oposição, sem que:

1.o — se restabeleçam as liberdades políticas e se assegure sua plena vigência, com todas as garantias ao povo e aos partidos, na forma em que é exercida e conceituada pelos governos dos povos livres;

2.o — se moralizem as eleições e se abram ao povo os horizontes dos governos estaduais e da própria República;

3.o — se revigorem as garantias constitucionais os direitos individuais, inclusive o "Habeas-Corpus" e a liberdade de imprensa, abolindo-se, da Carta Magna, os atos institucionais e os atos complementares;

4.o — se institua a Justiça Eleitoral de plena independência e desvinculada

da justiça comum; que disponha de recursos e material humano próprios para o exercício de suas atribuições e a fiscalização rigorosa das eleições, inclusive, das convenções partidárias;

5.o — se revogue a Lei n. 5.453, instituidora do pernicioso sistema de sublegendas, que vem desfigurando os partidos políticos, legalizando a fraude eleitoral e corrompendo a democracia, mistificand-a;

6.o — se inclua no rol dos crimes eleitorais, expressamente, o uso indevido do nome do Governo em campanhas políticas de qualquer âmbito;

7.o — se torne expresso o impedimento, também, do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos Municipais e dos Membros dos Poderes Legislativos que exerçam funções ou ocupem cargos da Mesa, de participarem de campanhas político-partidárias, constituindo crime eleitoral a sua prática, salvo licenciados, pelo menos, 90 dias antes do pleito; e, finalmente,

8.o — se inclua como crime eleitoral, além de outras penas que possam ser acumuladas, a prática do abuso ou desvio do poder de autoridade, pelos ocupantes de cargos eletivos ou de nomeação, pertencente a qualquer órgão do Poder.

O conceito de liberdade, tal como ditou estas conclusões, há-de ser entendido como bem o definiu e exemplificou Clarence Darrow:

"Só podemos proteger as nossas liberdades neste mundo protegendo a liberdade dos outros. Os senhores só poderão ser livres se eu for livre. A mesma coisa pela qual me pudessem prender, poderia ser usada para prender os senhores. E O GOVERNO QUE NÃO É SUFICIENTEMENTE FORTE PARA PROTEGER TODOS OS SEUS CIDADÃOS NÃO DEVE VIVER NA FACE DA TERRA".

Obrigada, srs. Deputados.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, atendendo a sua solicitação, não o apartamos antes que concluísse a sua belíssima oração.

Nobre Deputado Muggiati Filho nós que aprendemos a respeitá-lo nesta Casa pelos seus pronunciamentos e pela maneira com que V. Exa. trata dos problemas atinentes à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na correspondência exata do mandato que tão bem exerce neste Poder, queremos confessar que concordamos em muito com o seu pronunciamento. Porém, discordamos, data vênica a admiração e respeito que temos por V. Exa., quando comete uma injustiça contra S. Exa. o sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Percorremos quase que o Paraná inteiro nessa campanha política em Municípios de influência política nossa e em outros Municípios onde fomos apenas como homens da ARENA e em nenhum Município senti ou pude observar que houvesse pressão por parte do Governo e que o Governo houvesse colocado a máquina administrativa em favor de seus candidatos.

O Governador do Estado foi de uma isenção total. Visitou, isto é verdade, alguns Municípios a convite de companheiros nossos e de Prefeitos.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. há de convir que eu não disse que a máquina administrativa do Governo do Estado esteve empenhada nessa campanha.

O sr. João Mansur — V. Exa. disse que houve pressão e perseguição.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pressão menos amíde e seguramente do que por parte dos Governos dos Municípios e a prova está aqui na entrevista do sr. Governador. Tudo aquilo que está aqui foi divulgado pelo rádio e pela televisão. Se V. Exa. quiser poderá ler.

O sr. João Mansur — Desconheço essa declaração do sr. Governador.

Nobre Deputado, V. Exa. falou em poder econômico, em homens fortes que apoiaram certos e determinados candidatos. Quero dizer que no Município de Londrina parece que os homens fortes estavam do lado do candidato do MDB.

Com relação ao uso do nome de S. Exa. o Sr. Presidente da República temos a dizer que não foi usado indevidamente como afirmou V. Exa., mas muitos candidatos o usaram como uma bandeira porque o Presidente Médici é um dos maiores Presidentes que o nosso País já teve.

Assistimos a diversos programas de televisão do candidato a Prefeito de Londrina, o nosso amigo José Richa e ele em instantes nenhum deixou de focalizar a grande obra que o Presidente Médici vem fazendo em favor do Brasil.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. está cometendo um equívoco, permita-me dizer. Não condenei o uso do nome do Presidente, mas sim o uso indevido do nome do Presidente da República.

Quanto a essa parte do poder econômico confesso desconhecer. Estou prestando um depoimento daquilo que vi e ouvi.

O sr. João Mansur — Apenas quero, nobre Deputado Muggiati Filho é ressaltar a autoridade, a integridade do Governador Parigot de Souza, que em instante algum pos a máquina administrativa a funcionar em favor de qualquer candidato da ARENA. Inclusive tenho conhecimento que, em Rio Negro, Sua Excelência lá esteve e, juntos, candidatos da ARENA e MDB se confraternizaram, numa demonstração de democracia pura. De modo que, reafirmo, em instante algum houve tal manobra, Sua Excelência jamais colocou a máquina administrativa, em favor de qualquer candidato. Inclusive, aproveito, com a permissão de V. Exa., para discordar do aparte do nobre Deputado e Prefeito eleito de Guarapuava, deputado Nivaldo Kruger, quando ele alega que lá a ARENA comprovou voto. Então comprou muito pouco, comprou muito pouca gente, porque a diferença com que o nobre Deputado venceu o seu opositor, foi muito grande. Assim sendo, eu não posso acreditar que houvesse esse tipo de pressão, de perseguição.

Desejamos é uma democracia plena, uma democracia autêntica, que chegará no seu devido tempo, basta que os homens públicos deste País saibam compreender a situação vigente no nosso País. Nós haveremos de chegar diante de uma democracia plena.

Eu queria apenas, com a permissão de V. Exa. a quem respeito e admira, deixar patenteada a integridade do Governador Parigot de Souza que, em instante algum repito, colocou a máquina administrativa em favor deste ou daquele candidato da ARENA, e a prova aí está, o MDB foi o grande vencedor das últimas eleições, eis que, disputando em poucos municípios, ganhou nos maiores colégios eleitorais, prova evidente que as eleições correram num clima de paz e de tranquilidade, onde todos votaram nos candidatos de suas simpatias.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. me honrou, nobre Deputado, líder do Governo e, como sempre, com um aparte dos mais ilustrados.

Apenas quero também fazer esta ressalva: que a ressalva de V. Exa. eu

a recebo com grande prazer, porém, em momento algum neste meu pronunciamento, eu disse que a máquina administrativa do Governo fora colocada a serviço de quem quer que seja, e disse mesmo, que a participação do Governo do Estado na campanha política foi quase uma exceção. Isto é o que está escrito. Não disse, absolutamente, que a máquina administrativa do Governo houvera sido colocada a serviço do Partido. não foi dito isto, por mim, mas eu senti que a honrosa liderança colocou esta ressalva em ponto de destaque e eu desejaria que ficasse esclarecido, porque pode haver uma interpretação dubia daquilo que se diz. A ressalva de V. Exa. é das mais oportunas possíveis, mas não vem ferir em absoluto aquilo que eu disse, eis que eu não falei, não disse que o Governador se servisse da máquina administrativa, apenas, acentuei que os Governos do Estado e da União, menos seguidamente interferiram através de elementos que pensam ainda que o exercício, que a atividade administrativa é para fazer política facciosa, política de pressão. Quero dizer a V. Exa. que em nosso município e em todos os municípios que estive, raramente ouve-se uma queixa contra os Delegados de Polícia, que sempre foram elementos que trabalharam em eleições. Eu, em minha região, não tive e não tenho queixa alguma contra o Delegado de Polícia, até Arapongas sente-se hoje, com a ida do atual Delegado de Polícia, que conseguiu inclusive e isto tem sido reconhecido pela Oposição, acabar com o estado de desespero em que se encontrava o município repleto de bandidos, de puxadores de automóveis. Hoje, Arapongas é um município cujo Delegado de Polícia cumpre, pelo menos até a presente data como ninguém cumpriu, com as atribuições da Polícia.

E também digo a V. Exa., aqueles que não fazem política, mas fazem a politiquice, a politicagem, se preparam para substituir o atual Delegado de Polícia, se tentarem fazer isso, a conduta deste delegado continua sendo como está sendo até a presente data, ele terá na pessoa deste Deputado, um intransigente defensor.

E digo mais, eu o defendo com a consciência tranquila, porque não o conheço pessoalmente, não tive nenhum contato pessoal com este homem, mas tenho acompanhado as suas atividades como homem público, como uma autoridade e como tal, é aquilo que realmente se deseja num regime democrático.

O sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. acaba de trazer uma peça necessária e indispensável, que servirá de alerta, depois das eleições que se realizaram no Paraná.

V. Exa. como Deputado evidentemente, que tem a responsabilidade de presidir um partido, é um alerta, porque nós, que lutamos com lealdade em busca de um fortalecimento desprovido de todos os meios, de todas as vantagens, de todas as conveniências, e que mesmo assim, obtivemos êxito em alguns municípios como V. Exa. bem presenciou, faz com que nossas esperanças de recondução democrática se reascendam neste País.

Os vezes apontados por V. Exa. tem um sentido purificador, de corrigir. V. Exa. aponta os vezes mas aponta também soluções.

Quero cumprimentar V. Exa. por ter em seu município uma unidade policial correta e digna. Certamente, a limpeza feita pelo Delegado de Polícia no Município de V. Exa., reduziu em sujeira desaguada.

Em nosso município, com a proteção de um Delegado de Polícia, polí-tiques, irresponsáveis, violentos, achacadores, como é público já nem se vai mais bater à porta da delegacia, vai-se ao quartel diretamente, porque não se acredita numa autoridade que já foi escorraçada e afastada com alguns processos.

Isso já é do conhecimento do sr. Secretário de Segurança que o mantem no cargo talvez por interesses políticos-eleitorais.

Outro dia assassinaram um homem do comércio na rua 15, de Guarapuava, alguns dias depois, o suspeito estava fantasiado de político eleitoral ao lado dos políticos da situação. Num distrito do meu município ocorreram só depois deste, 36 assassinatos num mês.

E porque um político atingido por Ato Institucional, caçado por Sentença Judicial, que é inelegível, mas acobertado com uma sentença do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, dando-lhe o direito de eleições, foi eleito e está exercendo funções. Manda e desmanda na delegacia de polícia de uma circunscrição. Tira armas, devolve, liberta assassinos; e assim por diante.

E alguns casos gravíssimos de presos por roubo e condenados, foram não sei por que passe de mágica libertados, mágica da política e dos políticos locais, elevados a chefes de campanha eleitoral na minha cidade de arma na cinta e em punho, em plena rua XV de Novembro, de uma das cidades mais civilizadas do Paraná, que é Guarapuava, tentando impedir a passeata do MDB.

Um dono de hotel foi retirado de sua casa, pelo delegado e sua amante, armados de revólver, com um cinto de balas 38, atravessado na barriga, em nome da justiça; 16 horas depois da eleição, quando não se pode prender ninguém. Ela e ele, o delegado e a sua amante, que dão batidas a qualquer momento, em qualquer parte, da cidade ostentando a incidência e a imoralidade, acobertados pelo situacionismo político da minha cidade. E certamente o sr. Governador não conhece isso; O sr. Secretário de Segurança não conhece isso. Nem era meu desejo trazer ao conhecimento da Assembleia estes fatos tão indignos para um Estado como o Paraná; é encubante, mas ocorreu.

Então, sr. Presidente, srs. Deputados, Deputado Muggiati Filho, V. Exa. é feliz porque na sua cidade há polícia. Na minha não há. Noutro dia, acontecia um caso e os jornalistas podem registrar, pois o impossível acontece. O Juri estava marcado para as 12 horas e apresentou-se uma pessoa mal vestida e humilde. Chega ao juiz, pega na manga e diz: Sou eu. — Eu quem? — Sou eu o réu. Porque eu não cometi o crime e quero ser absolvido. Não havia polícia para acompanhá-lo. Mas a polícia da minha cidade participava à frente do movimento eleitoral, assustando, prendendo, coagindo. Isto ocorreu, razão porque os métodos empregados foram negativos; e nós que não tínhamos nada, ficamos com quase 70 por cento da população, mesmo com os métodos da compra, interesses e corrupção e da distribuição de mais de 700 carteirinhas de investigador de polícia. E encontramos um indivíduo condenado por roubo, com uma carteirinha de investigador de polícia. Imaginem indivíduos como esse velando pelo bem-estar da minha cidade. E tudo isso ocorreu em Guarapuava, nesses dias pré-eleitorais. Quanto à compra, o gasto não surtiu efeito, porque o povo de Guarapuava não se vende; não se dobra, não se assusta; é um povo viril, do qual eu me orgulho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Nivaldo Kruger e não só agradeço como é com satisfação que registro o aparte esclarecedor de V. Exa. que se fazia necessário neste momento. E nada mais há do que de fato lamentar os acontecimentos negativos enumera-

dos por V. Exa. disse vem casar perfeitamente, enluba com aquilo que nós já estamos prevendo em Arapongas onde os elementos que arvoraram como representantes da situação não vêem com bons olhos a presença de um Delegado integro na cidade. Este Delegado se encontra em Arapongas há menos de 90 dias e V. Exa. deve ter visto noticiários sobre o Município que estava sendo transformado em sede da criminalidade no Paraná, ou na região norte, o que provocou inclusive, manifestações nossas nesta Casa.

Era a mesma situação, Deputado Nivaldo Kruger, que V. Exa. vive em Guarapuava e que outros Municípios também vivem.

Daí afirmamos em nosso pronunciamento, o contrário daquilo que pretende o ilustre líder do Governo, Deputado João Mansur, quando diz que nossa posição é uma posição cômoda.

Resalvamos nossa posição neste depoimento, e Deus sabe como o MDB venceu nestes trinta e um Municípios. E um dos exemplos mais vibrantes esta aí na pessoa deste ilustre colega que foi candidato a Prefeito Municipal.

O Sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pretendemos, ilustre Deputado Muggiati Filho, desfazer aqui uma dúvida deixada no pronunciamento do ilustre líder João Mansur, com relação ao pleito eleitoral de Londrina. S. Exa., num aparte, dizia que em Londrina o poder econômico estaria ao lado dos candidatos do MDB. Como fomos também candidato a Prefeito Municipal, gostaríamos de deixar claro que nossa campanha em momento algum teve qualquer apoio do Prefeito de Londrina, do Presidente do Diretório do MDB, do Deputado Federal de nosso Partido e nem dos políticos tradicionais. Tivemos, isto sim, o apoio do povo de Londrina. Contestando o nobre deputado João Mansur, gostaríamos de lembrar um detalhe publicado na primeira página da "Folha de Londrina".

No dia das eleições tivemos apenas dez carros de amigos que trabalharam ajudando nossa candidatura. Vejam, apenas dez carros de companheiros, no dia das eleições, nos ajudando. E, segundo ainda a "Folha de Londrina", em artigo publicado na primeira página, o candidato do Governo tinha, no dia das eleições, 1.050 automóveis, a grande maioria constituída de carros de aluguel. E o que sabemos é que cada automóvel estava cobrando 300 cruzeiros, fora a gasolina. Por aí vejam bem quanto dinheiro desperdiçado na campanha eleitoral de Londrina. Participando do pleito eleitoral, numa forma indireta para causar simpatia ao povo de Londrina, visitavam Londrina toda a semana Secretários e auxiliares do Governo que, objetivando fortalecer a campanha do candidato do Governo, disfarçavam estar preocupados com os problemas do povo do norte do Paraná. Toda a semana dois ou três auxiliares do Governo estavam dialogando com o povo. Passado o pleito eleitoral nenhum auxiliar do Governo voltou a Londrina e temos a impressão de que somente daqui a um longo tempo retornará aquela cidade, quando estiverem objetivando buscar o voto do povo para algum candidato do Governo. Estas viagens eram feitas com o dinheiro do Governo, com o dinheiro do povo. O próprio Governador esteve fazendo pronunciamentos em caráter político. Quem pagou a viagem do Governador, ilustre Deputado Muggiati Filho?

Talvez o próprio Deputado João Mansur poderia esclarecer à Casa todo esse giro político que o sr. Governador deu por este Paraná a fora. Se foi gasto particular, ou do Governo, porque não era assunto povo, apenas interesse político.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MUGGIATI FILHO. — Com muita honra concedo novo aparte a V. Exa.

O sr. João Mansur. — Abusando da gentileza de V. Exa., por um minuto apenas. Quero por um dever de justiça dizer que quando falei dos candidatos, referia-me apenas a um dos candidatos do MDB, porque, realmente, tive conhecimento que o nobre Deputado Antonio Belinati não contou com o apoio de todos os correligionários de Londrina.

Apenas por um dever de justiça queria fazer essa ressalva.

O SR. MUGGIATI FILHO. — Agradeço o aparte dos nobres Deputados Antonio Belinati, Nivaldo Kruger, Sebastião Rodrigues, meu ilustre líder, e do nobre Líder do Governo, reiterando que deram um colorido, o colorido que possa ter este pálido pronunciamento, e pelo que verifico, a reconstituição da Democracia no Brasil é de interesse geral. Não é interesse só do Movimento Democrático Brasileiro.

Por isso, ao encerrarmos a nossa missão nesta Tribuna, nesta tarde, que remos registrar a nossa confiança de que, embora todas as dificuldades apontadas, é possível que a nossa geração — e há alguma notícia alentadora, de última hora, inclusive publicado no "O Estado de São Paulo" — que talvez a nossa geração, alcançará, e poderá ver vigir, no Brasil, um regime realmente democrático.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente. Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, primeiramente, desejaria que V. Exa. informasse quantos minutos me restam.

O SR. PRESIDENTE — Sete minutos, nobre Líder do Governo.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendi trazer ao conhecimento da Casa uma notícia estampada no jornal "O Correio da Manhã" de 30 de novembro, "Aspectos Conjunturais do Desenvolvimento Paranaense", e que vem de encontro as afirmações que fizemos quando do pronunciamento, nesta Tribuna, do nobre Deputado Nivaldo Kruger.

Infelizmente, o tempo que resta não me dá as condições necessárias, porque o artigo é muito grande.

Então, desejava apenas requerer de V. Exa., Sr. Presidente, a transcrição nos Anais da Casa deste artigo do "Correio da Manhã" um dos grandes matutinos do nosso País.

Vou ler apenas alguns tópicos:

(Lendo): — "AÇÃO DO GOVERNO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Estes os aspectos mais significativos que devem ser considerados na atual conjuntura do desenvolvimento paranaense. Levando em conta as contradições apontadas as novas perspectivas representadas pelo crescimento acelerado da agricultura e pela arrancada no setor industrial exigem do governo estadual um ação mais coerente e mais direta no sentido de apoiar, com decisão a evolução do processo.

De que maneira? Incentivando, por todos os meios, o empresariado. Oferecendo-lhes recursos financeiros através de instituições de crédito oficiais, como o Badep — Banco de Desenvolvimento do Paraná, Banestado — Banco do Estado do Paraná, e outras organizações financeiras vinculadas ao Governo. Con-

cedendo incentivos fiscais através da Secretaria da Fazenda, sempre que seja possível e que não resultem em conflito com os demais aspectos do desenvolvimento estadual.

Aqui, torna-se necessário um destaque. Os incentivos fiscais, no Paraná, não podem ser concedidos nas mesmas condições que o Governo federal oferece, para outras regiões. A economia paranaense tem uma dinâmica diferente. Não estamos apenas rompendo horizontes para uma nova etapa da nossa industrialização: estamos aprofundando um caminho já percorrido. Neste aspecto, ao lado do apoio que tem sido dado para a atração de investimentos de fora, o Governo Estadual procura fortalecer as empresas paranaenses que dispõem de know-how, têm tradição e contam com um conhecimento mais profundo do meio regional, fator positivo em termos de desenvolvimento regional e estadual.

#### EMPREENHIMENTOS GOVERNAMENTAIS

Os projetos governamentais também vão ter, nos próximos anos, influência significativa na vida e no desenvolvimento do Paraná. Basta registrar a instalação de uma refinaria da Petrobrás, com investimento da ordem de um bilhão de cruzeiros e a construção da usina de Sete Quedas, no Rio Paraná, com investimento superior a dois bilhões e meio de dólares. Usinas Hidrelétricas, estradas de rodagem e de ferro, ampliação e reequipamento do Porto de Paranaguá são empreendimentos governamentais que estão sendo realizados com financiamentos externos de vulto, o que significa injeção de novos e valiosos recursos na economia do Estado.

#### AS MEDIDAS ESTIMULANTES

O atual Governo do Estado levou em conta, desde o início, que a crise de crescimento que apontamos não se transformaria, necessariamente, num fator restritivo ao desenvolvimento, desde que diagnosticada a tempo — como o foi, pela equipe de planejamento governamental — e encarada na dinâmica do processo de tal forma que a ação do poder público e da iniciativa privada considerassem sua existência e fundamentassem todos os seus planos, programas e projetos compreendendo as dificuldades que terão de ser enfrentadas.

O levantamento dos fatores adversos, a definição dos objetivos estaduais atuais e a escolha das políticas de consecução a serem adotadas foram tarefas realizadas no documento "Diagnóstico e Diretrizes de Ação", demonstra que o Paraná vai bem e o seu processo de desenvolvimento é uma realidade irreversível.

Ao tempo em que tomava estas providências básicas, de realizar um diagnóstico e planejar sua ação futura, o Governo procurou dinamizar os instrumentos de que dispõe para fomentar o desenvolvimento. O Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP, só no primeiro semestre deste ano, excedeu em 9,7 por cento o total das operações efetuadas em todo o exercício anterior. No momento, o BADEP e outros órgãos financeiros, com os quais está de alguma forma ligado, têm pedidos de financiamentos para novas indústrias e grandes empresas agrícolas e ampliação de outras, no Estado, que representam investimentos acima de um bilhão e cem milhões de cruzeiros. Com estes empreendimentos em plena produção, admitindo-se, com pessimismo, um faturamento pelo menos igual ao investimento, no período inicial de operação, teremos um acréscimo de cerca de oito por cento na Renda Interna bruta do Estado.

De maneira, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que é muito longa a consideração que faz o "CORREIO DA MANHÃ", de 30 de novembro de 1972, e eu solicito, Sr. Presidente, que, ouvida a Casa, se registre nos Anais desta Casa, essa entrevista sobre "ASPECTOS CONJUNTURAIS DO DESENVOLVIMENTO PARANAENSE". — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emendas ao Projeto de Lei n.º 195/72, de autoria dos Srs. Deputados: Erondy Silvério, Domicio Scaramella, Muggiatti Filho e Nivaldo Krüger, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiadas.** Serão anexadas ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n.º 198/72. — **Aprovado.**

De acordo com o Requerimento de preferência de discussão e votação aprovado:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 58/72, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização ao Poder Executivo, para oferecer as quotas do Imposto Único sobre energia elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a COPEL assumirá, em empréstimo de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 30/72 — ex-Proposição n.º 134/72, aprova o Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, objetivando instituir a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 31/72 — ex-Proposição n.º 188/72, aprova o acordo n.º 4/72, celebrado em 26-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da SUDESUL. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 32/72 — ex-Proposição n.º 191/72, aprova os Convênios celebrados em 21-7-72, pelo Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Porecatú, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniáçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre com as finalidades que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 33/72 — ex-Proposição n.º 193/72, aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando aparelhamento da Delegacia local, mediante dotações do FUNRESPOL e verbas Orçamentárias do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 34/72 — eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13 da Resolução n.º 2/64 de 20-2-64. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 144/71, cria, um Ginásio Estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n.º 175/72. — **Aprovado.**

De acordo com o Requerimento de preferência de discussão e votação aprovado:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, assegura o direito de lecionarem o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano letivo, aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n.º 15.861 de 5-7-69 e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/71, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 240/71, declara de Utilidade Pública, a Associação Metodista de Assistência Social (AMAS), da cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 249/71, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 79/72, que autoriza o Poder Executivo criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada, Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 101/72, institui o símbolo Paranaense de qualidade Turística e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102/72, declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", pertencente a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná. Fundação de Ensino Superior de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106/72, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 2.843,94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professora do Ensino Primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 138/72, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira, do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 145/72, dispõe sobre os proventos de aposentadoria do Funcionário Civil ou Militar do Estado, abrangido pelo artigo 148 de Constituição Estadual, quando submetido ao regime de trabalho de tempo integral pelo período de um ano e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 154/72, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente denominada Casa da Amizade das Senhoras de Rotaryanos de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 157/72, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 160/72, declara de Utilidade Pública a Diaconia, Sociedade Civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 174/72, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universitária Estadual de Maringá, os bens que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 199/72, denomina "Ernesto Milani", a Unidade Escolar do Distrito de Borda do Campo, Município de Quatro Barras. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 203/72, acresce de mais quatro (4) passando de dezessete (17) para vinte e um (21), o número de VEREADORES junto à Câmara Municipal de Maringá. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Planchita, Município de Santo Antonio do Sudoeste. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/72, de autoria do Dep. Igo Lossco, declara de Utilidade Pública, o Instituto Bíblico Batista A. B. DETER, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 39/72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva, a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs. 4.763, de 5-11-63 e 54/63 de 22-11-63 e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL.** — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado pelo Substitutivo Geral.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 40/72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa majorar para dois salários mínimos da Capital, a pensão mensal de Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/72, de autoria do Dep. João Mansur, autoriza o Poder Executivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteiras do Exército em Foz de Iguaçu. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 51/72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa abrir crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinados a subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de capital da Petróleo Brasileiro S/A. — PETROBRÁS. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/72, de autoria do Dep. Emílio Carazzini, autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n.º 5.204 de 13-12-65, a sua filha Jacy Bacellar Giamberardino. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 52/72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos do senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, versando sobre a matéria, solicitando que o Projeto de Lei n.º 195/72, seja retirado da Ordem do Dia, para reexame. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Através de Mensagem, o Sr. Governador encaminhou a esta Casa, em 12 de outubro de 1972, ante projeto de lei denominado Lei Orgânica do ICM. Acho que por ser Lei Orgânica a técnica não poderá obedecer ao ritual estabelecido por esta Casa. Todavia, sobre a matéria, outros ilustres Deputados, com muito mais capacidade que a minha, já externaram seus pontos de vista. Quero, também, dar meu ponto de vista sobre a matéria propriamente dita e estranhar que esta matéria já tenha vindo a esta Casa e que o Sr. Governador encarecesse a necessidade de aprová-la antes ainda do término deste período legislativo que encerrar-se-á amanhã.

Ora, se a matéria veio para esta Casa em 12 de outubro do corrente ano, não se pode pretender que em apenas um mês se vote matéria de tão grande relevância para todo o Estado do Paraná.

Sabemos perfeitamente que o Governo do Estado, além da participação em recursos federais, só dispõe do recurso tributário do ICM. É evidente que o Governo precisa de uma legislação clara para arrecadar este referido imposto. Todos os Srs. Deputados, nesta Casa reivindicam por melhores escolas, melhores estradas, melhores vencimentos ao funcionalismo estadual. Então, é necessário que se dê ao Governo meios para isso.

Portanto, não se quer negar, ao Governo, o direito de cobrar impostos. É constitucional. E esta Casa deve dar todo apoio ao Governo para arrecadar impostos.

Mas, é preciso que se diga que essa Mensagem foi estudada, por dois anos, na Secretaria da Fazenda. Foi estudada por um grupo de advogados que militam em Direito Fiscal. E esse Grupo esteve estudando exaustivamente a matéria. E, unanimemente, concluíram pela rejeição da matéria por ela não valer nada. Nem para o Governo, nem para o povo. Esta é a realidade. O Governo submeteu esta matéria a esse grupo de advogados, as maiores sumidades em Direito Fiscal. Esse grupo estudou exaustivamente a matéria e concluiu que ela não vale nada. Depois, a matéria retornou à Fazenda. E, fazendo um parêntesis, quando a matéria foi estudada por esse grupo de técnicos em Direito Fiscal, eles omitiram, não sei se a propósito ou por esquecimento, as penalidades da lei, as multas e hoje ela volta, em forma de mensagem, com o capítulo das multas e penalidades. Mas, mesmo examinando a matéria sem as multas e penalidades, ela foi julgada imprétable para o Estado. Muito bem!

O estudo voltou à Secretaria, ao grupo de trabalho que, se não me engano, foi presidido por um ex-Secretário da Fazenda e, com uns pequenos retoques na sua estrutura, mas alguns retoques sem importância, a matéria veio para esta Casa em 12 de outubro de 1972.

Na Comissão de Constituição e Justiça dei meu voto favorável, porque a Comissão a quem competia estudar a matéria, sob o ponto de vista técnico, era outra Comissão, era a Comissão de Finanças.

Jamais esperava que essa Comissão, a toque de caixa, aprovasse o parecer. Quanto ao aspecto legal, não há dúvida, é perfeitamente legal. Mas não esperava apressamento do Governo para aprovação dessa matéria. Com a mesma independência com que tenho ocupado esta Tribuna, elogiando o Governo nos seus atos mais dignos e justos, também a ocupo neste momento para verberar o seu procedimento, no caso do aqodamento com que quer que se aprecie a matéria.

Infelizmente, na primeira e segunda discussão da matéria, estive, por motivos particulares, ausente desta Casa. Só tive conhecimento da mesma na 3.a discussão. Solicitei, então, ao Sr. Líder do Governo, que me atendeu prontamente, para que se retirasse a matéria por 24 horas para que pudéssemos estudá-la. Entretanto, não foi possível apresentar trabalho, porque o tempo foi curto, mas tais aberrações pude verificar, que apresentamos algumas Emendas, do mais alto valor para o contribuinte e até mesmo para o Estado.

Confesso aqui particularmente, que não pude, de maneira nenhuma, apresentar estudo melhor sobre a matéria, por isso o apelo que fazemos ao Líder do Governo e à própria Casa, para que, embora exista dispositivo constitucional que matéria tributária aprovada num mesmo exercício não possa ser aplicada naquele exercício, e sim no exercício fiscal seguinte, o Governo que continue arrecadando como arrecadou até agora, com os instrumentos legais de que dispõe, deixando para aplicá-la corretamente no exercício de 1974. Então seria estudado por esta Casa e escoimado de seus vícios e erros de origem. Poderia se apresentar um instrumento fiscal que viria atender não só os propósitos do Governo, mas resguardar direitos dos contribuintes. E tem aspectos sutis aqui nesta lei, onde o direito do contribuinte é relegado para um esquecimento total.

Vejam os Srs. Deputados, observando aqui apenas um artigo, o artigo 24, parágrafo 2.º, incisos 1, 2, 3 e 4.

“Quanto à irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio tributário, na data da denúncia espontânea, o recolhimento do tributo devido, e do acréscimo do imposto, correspondente a mora de:

- 1 — 5% até trinta dias da data da expiração do prazo normal para pagamento.
- 2 — 10% de trinta e um até sessenta dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento.
- 3 — 20% de sessenta e um até noventa dias, contados da data da expiração do prazo normal para pagamento.
- 4 — 40% a partir do termo final do prazo referido no item anterior.”

Para esclarecimento dos nobres Deputados, que por certo conhecem bem a matéria, o que se paga hoje no caso de denúncia espontânea é apenas 10%. Porque o contribuinte, por um erro de sua contabilidade, ou por um engano, ou outra circunstância que deve ser levada em consideração, foi ele que denunciou espontaneamente. Então, a legislação anterior é sábia, aplica 10% de multa. O contribuinte recolhe o imposto que havia deixado de recolher e mais 10% de multa. Vem o Governo querendo que ele pague 5% ao mês de 31 a 60 dias, terá que pagar 10%; de 61 a 90, terá que pagar 20%. De 90 a 180 dias, serão 40%. É um juro exorbitante. São 40% sobre o total da denúncia espontânea. Ora, vejamos os srs. Deputados, que o Governo que é muito zeloso na cobrança desse juro, já não age da mesma forma para com o contribuinte que recolheu a mais:

Muito sutilmente o Governo, no que se refere a restituição, diz:

“A restituição poderá ser processada, após o despacho favorável, mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado, nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.”

Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do despacho concessório da restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser restituída, o contribuinte poderá escriturar com crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente”.

O Governo cobre 6% de imposto para o contribuinte que espontaneamente declarou, por omissão de sua contabilidade, o recolhimento do imposto. Agora, quando o contribuinte age de maneira inversa, recolhe a mais, não fixa prazo para a devolução. A Mensagem diz: “Após decorridos 180 dias do despacho concessório da restituição”. Porém, não fixa um prazo para o despacho.

Caso o Líder do Governo não concorde em que a matéria tenha sua discussão e votação protelada para o novo Período Legislativo, apresentamos uma Emenda modificativa deste parágrafo 4.º, do Art. 40, que diz o seguinte:

(Lê a emenda): “Decorridos 180 dias contados da protocolização.

Se o contribuinte provar que recolheu a mais requer à autoridade competente a restituição.

Assim como o Governo tem pressa em receber, em taxar com pesadas multas ou juros o contribuinte que deixou de recolher a importância do ICM, deve, com a mesma lisura e rapidez, restituir as importâncias que o contribuinte recolhe a mais.

A Mensagem é muito longa, a matéria é muito extensa. É humanamente impossível, mesmo conhecendo a Legislação Tributária, oferecer um estudo em 48 horas de matéria tão complexa como esta.

Existem outras redações que procuramos corrigir com emendas.

O Art. 54 em seu parágrafo 1.º, itens 3 e 4 diz que será 200% de multa da importância que deixou de recolher. Mesmo nas declarações espontâneas tem que pagar 200% de multa, mais a importância que ele se creditou indevidamente são 300% de multa, ora, a legislação federal prevê na mais pesada das multas, que é a do Imposto de Renda que é sempre acompanhada de um processo de sonegamento fiscal, quando uma infração dessa natureza é observada no Imposto de Renda, a multa máxima são 100% e mais 50% do produto dessa multa, que dá mais ou menos 133%. De modo que, se o próprio Governo Federal utiliza como multa máxima 150%. não é justo que o Estado verha cobrando 200% de multa que, em resumo equivale a 300, porque o contribuinte creditou-se indevidamente e assim por diante.

De maneira que, são essas as 3 Emendas que nós vamos oferecer à matéria, caso haja persistência na decisão de aprovação da Matéria hoje, para ser aplicada no exercício de 73. Mas o aconselhável seria, para o próprio Governo, que esta matéria retornasse às Comissões para ser estudada com mais tempo, porque o que o Governo precisa lembrar, é que o contribuinte é a estrutura que nasceu do poder público, é galinha dos ovos de ouro do poder público, e não se pretende matar esta galinha antes do tempo, porque o povo não suporta tantas obrigações fiscais; é verdade que o Governo necessita das arrecadações para cumprir os programas de desenvolvimento, de obrigações assumidas perante o povo, mas, é preciso também que não se vá com tanta sede ao pote, que não se sufoque o comércio e a indústria com impostos às vezes insuportáveis.

Então, é necessário que uma Matéria desta seja estudada dentro de um mais largo tempo, para que o Governo tenha as suas devidas arrecadações, porém, que o contribuinte tenha a sua defesa, eis que este é o nosso papel dentro desta Casa, aqui, todos os Deputados representam o povo do Paraná em todas as correntes da opinião pública, porisso não podem votar Matéria desta natureza sem que seja estudada convenientemente

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — (Para discutir).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à Tribuna tão somente para uma justificção.

Disse e disse muito bem o nobre Deputado Erondy Silvério, que Matéria desta natureza não poderia e não pode ser discutida assim, inopinadamente. Eu sou Contador, fui Professor de Contabilidade Pública, e antes de assumir o meu mandato aqui na Assembléia, era Advogado especializado em assuntos fiscais. Gostaria de dar a minha contribuição como quem entende da Matéria, a uma legislação desta natureza; infelizmente porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse processo me chegou às mãos com o prazo de 5 minutos para elaborar o Parecer. Sr. Presidente e Srs. Deputados, 4 horas seriam insuficientes para ler, talvez fosse necessário o dia inteiro para ler e compreender, para, então, começar-se a tirar as deduções. Em 5 minutos daria tão somente para rabisar 3 ou 4 linhas.

Assim, entendo que a esta altura dos acontecimentos, à Matéria tão importante não cabe Emenda, que deveria ser suspensa a sua discussão, para retornar a uma Comissão Especializada onde fosse esmiuçado folha por folha, item por item, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, possa dar ao povo paranaense uma legislação fiscal adequada...

Nós somos Deputados, representantes do povo e temos que agir em matéria desta natureza com justiça, e com equidade.

Temos que verificar os interesses do Governo e os interesses do povo também.

Não quero ou melhor, não quis nem ler uma página deste documento, porque não podendo ler completamente, dar um parecer adequado e competente, não teria nem trazido ao conhecimento do que aqui está escrito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos defender os interesses do povo, mas defender os interesses do governo também, a um assunto tão pequeno e tão simples mas que tem um valor extraordinário em benefício dos cofres do Governo e contra os sonegadores.

Nós devemos ser contra os sonegadores, não contra os que trabalham, os que lutam, os que ajudam a conseguir no silêncio e no anonimato a grandeza da Nação brasileira.

Um pequeno item não sei se consta ou não consta, porque isto, em nosso Estado ora existe ora não existe, a obrigatoriedade de se registrar uma firma comercial e industrial antecipadamente na Junta Comercial para só então inscrever no ICM, a falta deste dispositivo, se aqui não estiver implica em prejuízos formidáveis para os cofres do Estado em benefício, para os sonegadores.

Poderão ver, ilustres colegas que é grave uma matéria desta natureza, para ser discutida, para ser votada de um momento para outro. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa, durante o Expediente de hoje, um requerimento em que solicitamos, ouvido o Plenário, a retirada pelo prazo de oito dias, do Projeto em exame, tendo em vista a relevância da matéria. Não fora isso e, principalmente a relevância da matéria e não estaríamos aqui novamente nesta Tribuna, numa mesma sessão, a tomar o valioso tempo de VV.Exas.

Apresentamos também duas emendas prevendo, na hipótese da recusa do pedido de retirada, pelo menos salvaguardar o comércio e a indústria do discricionarismo fiscal.

Vou explicar modestamente, é claro, o pedido de retirada, que se fundamenta inclusive no que diz respeito ao mérito do projeto, ao projeto em si, ras próprias emendas apresentadas.

Vejam os Srs., para dizer logo sobre as emendas, que no artigo 56, o qual por si só contém mais números que vários códigos por aí existente, no número 9, do citado artigo 56, ou melhor dizendo no número 11, contém matéria da mais alta importância. "A apreensão de mercadorias" — Vejam os Senhores, como dispõe a lei, ou melhor, o projeto de lei — "x" n.º 11 — É admissível a apreensão de mercadorias, livros e documentos, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

n.º 12 — As mercadorias apreendidas devem ser removidas para depósito;

n.º 13 — Não sendo possível nem aconselhável a remoção, as mercadorias poderão ser depositadas em mãos de pessoas idôneas ou do próprio agente passivo."

n.º 16 — O pedido da hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas em um rito processual sumário serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

Isso é ditar o discricionarismo ou legalizar a arbitrariedade contra o comércio e a indústria e todos aqueles que estão sujeitos à legislação do imposto de circulação de mercadorias.

Para corrigir estas distorções, propusemos uma emenda ao número 11 do artigo 56, que ficaria com esta redação: "É admissível a apreensão de mercadoria, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito. E aditará "quando flagrante a infração". Isto para que não fique o comerciante, a qualquer hora do dia ou em qualquer fase do processo fiscal, sujeito a ver suas mercadorias e livros apreendidos. "Ficando o infrator com cópia de todos os atos devidamente autenticados, porque seria esta uma garantia expressa e um instrumento com o qual ele recorrerá ao Judiciário daquilo que considerasse injusto.

E, quanto ao número 16, que delega poderes ao Sr. Secretário da Fazenda para legislar sobre o rito processual sumário e a hasta pública administrativa, suprimiríamos "em instrução ao Secretário da Fazenda", ficando o artigo com esta redação: "o rito da hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário serão fixados por lei".

Aí principia a justificativa do requerimento.

Porque estamos vendo que se trata, ao que parece, de codificar, de legislar sobre o ICM ou, pelo menos, elaborar uma lei estrutural do ICM, ou, como diz o projeto, uma Lei Orgânica. Porque, para dizer a verdade, quero confessar que não sei realmente ainda hoje se se trata de um projeto de Lei Orgânica, se é uma Lei Estrutural, se é uma Consolidação, se é um Código ou, simplesmente, um Projeto de Lei ordinária. Este, tenho certeza de que não é. Ou é um Código, ou uma Consolidação, ou uma Lei Estrutural, que é um neologismo na terminologia jurídica do País, porque em todos os dicionários que se manuseie, não se encontra ainda uma definição do que seja Lei Estrutural, tratada na Constituição Estadual, através da emenda do ex-Governador Haroldo Leon Pères.

Com relação à Lei Orgânica, há uma definição de um livro especializado, que coloca em choque o projeto quanto à definição jurídica do que seja Lei Orgânica. O projeto diz que é Lei Orgânica, mas está enfiando todas as legislações existentes sobre ICM, está adotando princípios em vigência e criando novos órgãos de administração fazendária.

Mas, na definição de José Náfel o que são Leis Orgânicas Leis Orgânicas são as que criam órgãos da administração pública ou qualquer instituição de índole pública, tratando-lhe da competência, regulando-lhe a função.

Então seria um Código ou uma Lei Orgânica aquela que exclusivamente tratasse da criação de órgão da administração pública ou da criação de qualquer instituição de índole pública. Verificamos que não é isto o que existe no projeto. Que se ele cria órgão de administração, segundo relato, inclusive no seu arrazoado inicial, está enfiando a lei, a legislação do ICM, e o Código de Multas. Há, dentro do Projeto um verdadeiro Código de Multas, além de processos administrativos, de ritos processuais, e até delegação de poderes para legislar.

Vêm os Srs. Deputados, que, realmente, nós teríamos, desde logo, o amparo da carta federal.

A Constituição Federal, em seu Artigo 51, parágrafo 6.º, estabelece justamente a exceção. Encontramos: "Art. 51. — O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projeto de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de 45 dias, a contar de seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal". O parágrafo 5.º, do mesmo Artigo, diz: "§ 5.º Os prazos do artigo 49, deste artigo e dos seus parágrafos e do parágrafo 1.º do artigo 55 não correrão nos períodos de recesso do Congresso Nacional". E no parágrafo 6.º "§ 6.º O disposto neste artigo não se aplicará aos projetos de codificação". É uma disposição genérica do parágrafo 6.º quando diz "aos projetos de codificação".

Parece, e eu quero retificar o que disse anteriormente em pronunciamentos que fiz, e estudando um pouco mais a matéria, chega-se à conclusão que não se trata de uma consolidação de lei, parecendo que o projeto aproxima-se — e é quase certo que o seja — de uma codificação. Aí está toda a codificação que precisa existir em torno do ICM para garantir para si, e para os contribuintes também, uma política fiscal limpa, isenta de lei contraditória, como há muitos casos atualmente, e de falta de regulamento. Há um regulamento, neste projeto, para casos especialíssimos.

Consequentemente, a impressão que se tem — embora isso não seja um pronunciamento definitivo de quem fala a Vs. Exas., pode ser codificado — é que é uma codificação que estamos manuseando neste momento. Sendo codificação não está sujeita às deliberações do Artigo 45, ou melhor, não pode ser objeto da parte do Sr. Governador, de invocação do disposto na Constituição Estadual. Face a exceção constante na Constituição Federal, os projetos de codificação não estão sujeitos a este prazo.

E com justa razão, estabelece a Carta Magna, esta exceção quando dá ao Governador a atribuição de invocar o dispositivo constitucional. Porque não é possível que o Poder Legislativo, sem laborar em equívoco, sem ser amanhã acusado de displicência, de negligência, elaborar um código em 45

dias, salvo também se houvesse uma exceção de alguma matéria, que fosse de pleno conhecimento de todos os Srs. Deputados e, principalmente, é nesse ponto que reside o fundamento do regime democrático, o fundamento da representação popular, o fundamento da soberania popular. A lei terá que surgir para solucionar problemas relativos ao povo. É por isso que se legisla em torno de problemas de interesse imediato do povo e como este, talvez nunca nenhum trouxesse para perto de si tanto interesse popular, como traz hoje, porque indiretamente, todo dinheiro do ICM é pago pela bolsa do povo, quando não sai diretamente.

Os problemas, portanto, mais graves ou menos graves, que possam resultar para os comerciantes de uma legislação que sai de afogadinho desta Casa, são problemas que irão cair, irremediavelmente, sobre nossas costas, sobre as costas já cansadas do povo brasileiro, no caso, do povo paranaense.

Por isso, pedimos a retirada do projeto pelo prazo de 8 dias, para que se chegue a uma conclusão, e inicialmente se verifique se se trata realmente de uma codificação. E, se assim for, que se pondere a S. Exa. o Sr. Governador do Estado sobre a necessidade de que a mensagem seja reformulada. Tenho certeza de que S. Exa. que enviou a mensagem louvado nos seus ilustres técnicos que redigiram o projeto, haverá de convir, se a consciência jurídica desta Casa assim houver de acertar nesta augusta Assembléia, de que nada mais haverá de oportuno, do que retardar a elaboração legislativa para que ela entre no seu verdadeiro e legítimo rito e seja aprovada sem as nulidades apontadas, que a tornariam ineficaz sempre que arguidas essas nulidades no Poder Judiciário.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Só para que eu possa me ilustrar, desde que a Presidência terá forçosamente que colocar o requerimento de V. Exa. à consideração do Plenário. Gostaria de por ocasião da votação, estar esclarecido. No seu requerimento. V. Exa. afirma que a tramitação desse projeto de lei, consequência da mensagem governamental, está ferindo dispositivo regimental. Eu só perguntaria a V. Exa., sobre deputado, se considera este plano de lei como um código ou consolidação de lei. Porque se assim for, nós teríamos que nos referir ao artigo 189, do Regimento Interno, que realmente trata da tramitação especial de matéria dessa natureza. Então perguntaria se V. Exa. chegou à conclusão de que esse plano de lei pode ser considerado consolidação de leis?

O SR. MUGGIATI FILHO — Tenho grande satisfação em responder a V. Exa. e fazer uma remissão ao que disse ainda há pouco, de que na sessão do dia 30, quando abordei esse assunto baseado no que diz a própria Mensagem em suas razões de encaminhamento, e, além disto, que trata de consolidar vários dispositivos de lei. Entendi que, talvez, se tratasse de uma consolidação de leis de acordo com o que confessa a própria Mensagem. Porém, melhor verificando e por uma questão de coerência, porque consolidar é reunir aquilo que existe, cheguei à conclusão de que não está consolidando. Não está reunindo aquilo que existe, senão para revogar. O último artigo tem, realmente, todas as leis que existem do ICM para serem revogadas.

No processo Legislativo em andamento existe uma deficiência. Quando se faz uma referência a determinada lei, ela deveria constar do processo para que o Legislador a manuseie sem precisar fazer uma busca. Em razão dessa deficiência que existe no processo legislativo não sabemos quais os termos, quais as leis que foram aproveitadas.

Tenho aqui alguns dados sobre o que seja "codificar" e o que seja "código", do jurista de apromorado sentido que é José Náfel.

"CODIFICAR — Elaborar corpos sistemáticos e orgânicos de leis relativas a um determinado ramo do direito. Reunir num só corpo todas as leis esparsas sobre um determinado ramo do direito, acrescentadas de outras normas até então inexistentes. Elaborar um sistema de normas sobre um determinado ramo do direito, servindo-se para isso daquelas já existentes, do direito comparado, dos costumes e dos princípios gerais".

"CÓDIGO — Modernamente, é o corpo metódico e sistemático das normas relativas a um determinado ramo do direito. É redigido sob forma de artigos que, algumas vezes se subdividem em parágrafos, incisos e alíneas, os quais são agrupados em capítulos, títulos e livros. Ex.: Código Civil, Código Penal, Código Comercial, etc. etc."

Lendo o projeto vê-se que a Mensagem diz que é consolidar, mas ela não consolida; Parece, salvo melhor apreciação ou estudo sobre ela, porque a matéria é complicada, que está bem difícil definir a espécie de projeto que está em andamento. Se é código, se é lei orgânica conforme ela própria diz. Há esta contradição dentro da Mensagem. Ao enviar a Mensagem o Governo diz que trata de consolidar, mas ao dar o título diz "Lei Orgânica".

Veja V. Exa., quão delicada é esta matéria que exige realmente um estudo apurado de V. Exas., para que se chegue a uma conclusão definitiva, e que nós possamos dizer o que realmente está tramitando por esta Casa. Daí a razão com que eu afirmei que estou acreditando, embora não seja uma opinião definitiva, que se trate de uma codificação em torno do ICM. Se assim for, não restaria outro caminho, senão seguir o artigo 189, o que poderia ser feito em regime de urgência. Inevavelmente o artigo não tira aos Projetos a oportunidade de tramitarem em regime de urgência. Daí a justificativa pretendida ao nosso pedido de retirada por 8 dias. Se for conseguida esta retirada, então a Casa deve, na minha opinião, constituir uma Comissão Especial para analisar esta Matéria, porque a Matéria é de transcendental importância.

Mas isto será assunto para outro e oportuno entendimento.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Muggiati Filho, com satisfação que uma vez mais esta Assembléia recebe de V. Exa., esclarecimentos a respeito de Matéria de tal envergadura e de tamarinha importância, e acompanhamos, como em todas as ocasiões, com muito cuidado o desenvolvimento do seu raciocínio.

V. Exa., na sessão do dia 30, alegava, baseado naquilo que está escrito na própria Mensagem, que o Projeto de Lei n.º 195-72 seria finalmente uma consolidação. Discordávamos já naquela ocasião dessa sua alegação com relação ao problema, baseado naquilo mesmo que informa a Mensagem.

Partindo do pressuposto de que este Projeto engloba legislação existente, não seria por si só uma consolidação, que, em última análise é a reunião daquilo que existe sobre o único diploma sem estar inovando, foge da característica jurídica de consolidação.

Procurei também ler alguma coisa sobre o assunto, e trago à consideração da Casa e de V. Exa., o que diz Orlando Gomes em uma de suas obras jurídicas. Com relação ao assunto, diz o jurista baiano:

"Não é nova a ideia de condensar as normas jurídicas, introduzindo-as num sistema. A condensação obedece outros processos. A consolidação e a codificação, pelo primeiro faz-se justaposição das normas em vigor, articulando-as de acordo com determinada orientação; pelo segundo, não se aproveitam apenas as regras vigentes, mas, procedem-se eliminações, fazem-se

atribuições, introduzem-se inovações, elaboram-se numa palavra uma obra modificada e sistematizada; as duas distinguem-se em conteúdo da estrutura — a primeira é obra de adaptação morfológica, a segunda, de criação. Expressam, todavia, a mesma tendência e atendem aos mesmos objetivos representando a codificação, representando a fase superior no processo de condensação. De acordo com o que preleciona Orlando Gomes, este projeto jamais seria uma consolidação, uma vez que não reúne no mesmo diploma legal, toda a legislação existente e além disso, inova em alguns casos.

V. Exa. diz da possibilidade de se tratar de uma codificação. Como todo o respeito que me merece a inteligência jurídica de V. Exa., creio também Sr. Deputado, a não ser diante de novos argumentos que este projeto não significa também uma codificação porque não engloba toda matéria atinente ao assunto.

Na minha maneira de entender, trata-se de um Projeto de Lei, de uma lei ordinária, que engloba outra lei ordinária existente. Nenhuma consolidação anterior, baseada no Código Nacional Tributário que o Sr. Governador do Estado encaminha a esta Assembleia, um projeto de lei tentando unificar, concordo com V. Exa. que o termo "consolidação" foi mal aplicado, porque não se trata de uma consolidação de leis com o objetivo de facilitar. Estou de acordo com o raciocínio de V. Exa., de que especialistas nesta matéria jurídica estão asseverados em função de um grande número de leis. Então, a tentativa é aglutinar toda a unificação sobre a matéria, de acordo com o dispositivo da legislação federal existente sobre o assunto, conforme o que ficou explicitado na mensagem governamental. Além do mais, não se tratando de consolidação ou de codificação, sendo perfeito um projeto de lei ordinário, o prazo de 45 dias foi invocado por S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Foi bem invocada ainda esta mensagem aportada a esta Casa em 12 de outubro do corrente ano, que estaria em dezembro com 45 dias passados. Se retirarmos o Projeto da Ordem do Dia para uma análise mais acurada, nós veremos esta lei de fundamental importância, lei analisada na Comissão de Justiça, na Comissão de Finanças, que mereceu inúmeras emendas propostas em Plenário. nós veremos estas emendas nem sequer com oportunidade de serem discutidas porque o projeto será transformado em lei automaticamente conforme dispositivo da Constituição Federal.

Era o esclarecimento que queria aduzir ao vosso brilhante discurso.

O SR. MUGGIATI FILHO — Inicialmente, agradecendo o ilustre aparte de V. Exa. sempre brilhante dentro da cultura jurídica que V. Exa. é possuidor, sempre teve presença marcante nesta Casa. Devo dizer, contudo, que o prazo de 45 dias não tem curso no recesso.

Que a Casa deve entrar em recesso amanhã e consequentemente, suspende-se a decorrência do prazo da Mensagem do Sr. Governador. Nessa parte, por consciência, há absoluta sobra de tempo para analisar a matéria. Com relação às afirmações de Orlando Gomes feitas e invocadas por V. Exa., não me parece que ele dê razões somente ao ponto de vista de V. Exa. mas sim, também aqueles que pretendem ver no projeto, um projeto de codificação.

V. Exa. não disse, mas eu tomo a liberdade de presumir, que V. Exa. não concorda com a denominação de Código, ao Projeto 195-72. Unicamente talvez porque não ter em seu bojo os dispositivos referentes ao imposto de transmissão "causa mortis" e "intervivos", que é parte do direito tributário. Mas V. Exa. haverá de convir que no tocante ao ICM o projeto é o mais amplo possível e enfaixa toda a matéria, inclusive métodos relativos a processos administrativos. E quanto a essa classificação também citada por V. Exa. classificação de leis e não codificação de leis, quer me parecer ter sido infeliz, infeliz à consciência, à inteligência jurídica de V. Exa. que eu sempre reverencie nesta Casa. Que unificar leis seria transformar numa só lei até certas vezes antagônicas, contraditórias e, codificar, é justamente enfiar num Código diversas normas sobre um determinado campo do direito. Ora, se nós estamos no campo do direito fiscal e que dentro do campo do Direito Fiscal, o ICM é a matéria preponderante e dentro do projeto não somente veio a instituição ou a criação do ICM, não veio somente a obrigatoriedade do pagamento do imposto de circulação de mercadorias, por parte do comerciante; e direito do Estado lembrar mais uma série de normas relativas inclusive ao processo fiscal, às multas, a ponto de considerar se só a parte relativa às multas comportaria na elaboração de um Código que se denominasse Código de multas! Não existe, por exemplo, o Código Comercial e quem pode admitir que fora dele se adie a Lei de Falência, se ela é inerente ao comerciante? Entretanto existe. Não será por isso que se deixe de considerar um Código, o Código Comercial e nem se considera Código, a Lei de Falências; ela existe separadamente do Código Comercial.

Pois bem, como existem também normas de processo judiciário, que não estão incluídas no Código de Processo Civil, inclusive porque muitas delas funcionam como direito substantivo.

Então vejamos os senhores que nós, se seguirmos neste caso o culto e sempre admirado pensamento jurídico do Deputado Cândido Martins, nós estaríamos sendo irredutíveis e intransigentes para com o nosso vernáculo e com o nosso dicionário jurídico.

Intransigente a este ponto, nobre Deputado, não quero ser, porque acho que devemos ser, contrariamente, intransigentes contra aquilo que nos faça outorgar ao povo um diploma de leis que muitos aspectos irá funcionar como uma espada mais perigosa do que a de Dâmocles sobre a cabeça dos comerciantes. Estes, quando se virem coagidos, violentados muitas vezes até em seu domicílio, irão cobrar mais de quem? Irão salvar-se de seus prejuízos, como? Em cima do povo. É normal, é lógico que o comerciante procure desaparecer no consumidor? E este, como ficaria?

Então nós, que representamos a soberania popular nesta Casa devemos, em nome desta soberania, verificar esta matéria conscienciosamente, com toda a beleza jurídica a que se referiu o Deputado Cândido Martins de Oliveira, mas sem a intransigência, sem a sua pressa, sem o seu apressamento desnecessário.

Porque, se estamos vivendo até agora com esta lei — podemos raciocinar a contrário senso — não seria um interregno de 60 dias que causaria prejuízos pela ausência de um Código que, ao contrário, isto sim, viria dar estabilidade ao Orçamento e garantia ao consumidor e manteria, acima de tudo, o povo dentro daquilo que normalmente deve permanecer.

Esta lei tem influência até certo ponto social porque poderia ocasionar o empobrecimento da população consumidora, com a elevação dos impostos ou a apreensão injusta de mercadorias, o que levaria o comerciante a procurar algum meio de sair de seus prejuízos.

Era o que nos competia dizer nesta oportunidade, repetindo que tanto a emenda como o pedido de retirada representam apenas aquilo que seria a manutenção da soberania desta Casa, com a discussão em campo e terreno

próprios, de um projeto, talvez o mais importante que nesta Legislatura aqui veio.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queria, nesta oportunidade, reiterar o que já afirmei, quando propus algumas emendas a este projeto na sessão de 5a. feira. V. Exa. apontou muito bem este aspecto de alcance social de um projeto desta natureza. Daí por que quero reafirmar minha posição diante deste problema e não vejo porque o apressamento.

Prejuízo ao Governo? Nenhum. Prejuízo ao povo? Não se pode avaliar até que ponto o povo possa ser atingido, assim de momento. Então, nada mais ponderável, nesta Casa de Leis, do que estudar com profundidade e apresentar suas conclusões nesse sentido. E isso me parece, é o objetivo de V. Exa.. Aperfeiçoar, corrigindo certos aspectos e orientar melhor a política fiscal que se pretende aprovar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Permita-me apenas uma intervenção para não perder a oportunidade. É preliminarmente isso que pretendemos com nosso requerimento, saber precisamente o que estamos votando nesta Casa. Ainda poderei me convencer, como disse o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, com novos argumentos de que se trate de um puro e simples projeto de lei e que está com a tramitação certa, adequada, conveniente, nesta Casa.

O Sr. Nivaldo Krüger — Perfeitamente, ilustre Deputado. Esse aspecto que foi tão bem evidenciado por V. Exa., porque, como diz V. Exa., há uma certa indefinição para se enquadrar essa Mensagem nas normas regimentais desta Casa.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. há ainda de convir que se não verificarmos, se não nos convenceremos e se não agirmos com verdadeira consciência legislativa, amanhã, ou depois, seja qual for o governador, podera mandar, à esta Casa, um Projeto para ser apreciado em 45 dias. E, nessas condições, chegarmos um dia em que não haverá necessidade de Plenário, basta que cada Deputado fique em seu gabinete, receba os projetos e aí os aprecie. Não haverá necessidade de Plenário.

O Sr. Nivaldo Krüger — Aceitamos a argumentação que foi aduzida por um Sr. Deputado, nesta Casa, que uma equipe de técnicos do Governo já havia estudado a questão, e que o projeto foi criação dessa equipe.

O SR. MUGGIATI FILHO — O que foi violentamente contestado, nesta Tribuna, por um ilustre Sr. Deputado pertencente à ARENA.

O Sr. Nivaldo Krüger — Também na Bancada governista existe oposição à essa mensagem. Porque, Sr. Deputado, este nosso cuidado de sentido oposicionista, não é para reter, atrapalhar. Mas, ao contrário, para evitar atrasos retenções, atrapalhos, no futuro.

Devemos prevenir hoje, neste momento, por isso aconteça, retirando esse Projeto por mais oito dias. Evitaremos, com isso, atrapalhos tremendos para a vida legislativa do Paraná.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas secundando o nobre Deputado Nivaldo Krüger, devo dizer que embora o projeto tenha sido oriundo do estudo de uma comissão técnica, a responsabilidade da aprovação é nossa. E não temos o direito de transferir-la a ninguém. Já são poucas as prerrogativas deste Poder e não podemos, não devemos abrir mão do pouco que nos resta, sob pena de perdarmos o respeito do povo porque, como muito bem disse V. Exa., o projeto encerra, inclusive, aspectos de interesse social, porque analisando profundamente a matéria, recairá sobre o contribuinte, em última instância, as consequências do projeto. Quero me manifestar inteiramente solidário com V. Exa., no que diz respeito ao exame apressado da matéria.

Esse aspecto do enquadramento da lei, no Regimento Interno ou em dispositivo constitucional, se é lei ordinária ou não, é de importância secundária, porque o que interessa é o elevado significado da lei, para a vida financeira do Estado e dos contribuintes. Esse aspecto é que merece consideração especial. Não podemos voltar ao regime de 2 anos atrás, quando chegavam mensagem do governo com ordens de aprovação no menor prazo possível. Esse é um período superado, que todos nós vemos com satisfação que está verdadeiramente superado. Não podemos retornar àquele passado. Creio que esta Casa entende a argumentação de V. Exa. naquilo que ela tem de mais substancial, como também entende a argumentação do Deputado Erondy Silvério, que tenho certeza é também o entendimento da maioria dos Deputados. Essa matéria é de responsabilidade da Casa. É uma das poucas responsabilidades que esta Casa contraiu neste ano legislativo que finda. Responsabilidade séria, que merece tratamento sério, para que possamos dar ao Paraná, ao Governo do Estado, ao contribuinte, uma legislação fiscal eficiente. Não podemos fazer um estudo e aprovar projeto dessa natureza a toque de caixa. Tenho certeza que o nobre Líder do Governo, poderá muito bem atender o apelo de V. Exa. para retirar o projeto da Ordem do Dia por 8 dias, para que possamos verdadeiramente, com conhecimento de causa, com segurança, nos manifestarmos acerca de tão importante matéria.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço os apartes dos Deputados Nivaldo Krüger e Sebastião Rodrigues.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Lamento interromper o raciocínio de V. Exa., mas é que meu nome foi citado como pertencente à Bancada Governista nesta Casa, então quero desfazer um equívoco. Pertencço à ARENA, partido criado pela Revolução de março de 1964 e os Deputados que integram essa facção política têm o dever de defender a filosofia e doutrina revolucionária, doutrina e filosofia de governo, mas jamais emprestar sua colaboração irrestrita a erros do próprio Governo. Entendo a representação popular dessa forma, representando o povo com dignidade, porque em suma é ele que nos paga, é ele que devemos nossa permanência nesta Casa. Portanto, não quero me situar em Oposição ao Governo nesta Casa, mas também não posso dar o meu apoio incondicional, em matéria tão importante para a vida do Estado e do seu povo. Posso até discordar da concepção de V. Exa. sobre a fixação doutrinária dessa lei, se é orgânica, ordinária, consolidação ou código. Posso até discordar, porque V. Exa. não trouxe elementos que convencessem a Casa de que não se trata de uma Lei Orgânica. Um dos argumentos usados por V. Exa. foi que o Governo, na própria justificativa, afirmara que era uma consolidação de leis e se V. Exa. ler atentamente, vai notar que não foi o Sr. Governador que disse isso, mas o Sr. Secretário da Fazenda, na exposição de motivos ao Sr. Governador. Disse que se tratava de consolidação das diversas leis que regiam a matéria. Mas o Governo situou a lei como Lei Orgânica do ICM em sua justificativa.

No meu entender é uma Lei Orgânica, mas não tenho argumentos sólidos que possam provar minha convicção, nem V. Exa. e nenhum Deputado. No meu entender o impasse está nesta parte, está no bojo da matéria. Daí não podemos votar apressadamente matéria de tanta importância. Disse isto

ao refutar as afirmações do Secretário da Fazenda contidas na justificativa, pois que a matéria submetida ao Conselho de Contribuintes, ao Instituto dos Advogados Seção Tributária recebeu total reprobção como matéria que não viria solucionar nem o problema do contribuinte e nem as necessidades do Estado.

Apesar disto e estranhamente a matéria foi ao Governador e posteriormente encaminhada à apreciação do Poder Legislativo.

Quanto ao apelo feito pelo Deputado Sebastião Rodrigues, ao Líder da situação para que seja adiada a votação por oito sessões a fim de que a matéria seja apreciada com maior cuidado e que todos os Srs. Deputados possam apresentar as emendas necessárias, creio que há um perigo neste retardamento. Ou a matéria é rejeitada ou é aprovada com as necessárias emendas na tarde de hoje ou amanhã, ou então inexoravelmente o Governador a sancionará porque estarão decorridos os 45 dias que a Constituição nos dá para a apreciação das Mensagens do Governo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Este é um ponto que pode haver dúvida. A partir do dia 5 não corre mais o prazo porque a Casa estará em recesso.

O Sr. Erondy Silvério — Realmente, V. Exa. tem razão. A Mensagem somente será apreciada no próximo período legislativo, com aplicação para 1974, salvo que o Governador tendo interesse em que a matéria seja aprovada, para que o Estado possa se munir de meios necessários, convoque a Casa extraordinariamente para apreciar ainda no corrente ano a matéria. Talvez seja este o único caminho que reste ao Governo caso não seja aprovada a Mensagem na tarde de hoje em 3a. discussão. Muito obrigado. Dou razão a V. Exa. pois não me lembrei que uma vez a Casa em recesso não se conta prazo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Já estava de saída da Tribuna. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora reconheça que o tema esteja um tanto maçante, nem por isto considero definitivamente discutido para que esta Assembléia possa afinal chegar a uma conclusão quanto o impasse criado com relação à natureza jurídica da lei encaminhada a esta Assembléia, consolidando, conforme os termos da Mensagem que a encaminha, o Imposto de Circulação de Mercadorias no Estado do Paraná.

Eu entendo que poderiam haver três alternativas para se avaliar a natureza jurídica deste Ante Projeto de Lei. Ou esta Lei é um Estatuto, ou esta Lei é uma Consolidação, ou esta Lei é um Código, e qualquer das três alternativas, entendo que haveria de ser retransmitida, para se adequar ao Regimento Interno da Casa, porque, preliminarmente já manifesto o meu ponto de vista de que o processo abreviado de 45 dias invocado por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, foi mal invocado porque, conforme lembra muito bem o eminente Professor e Catedrático de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, hoje Senador Franco Montoro, trabalho publicado na Revista de Informação Legislativa, num artigo intitulado As Diversas Espécies de Lei, define os Códigos da seguinte maneira:

"As Leis Codificadas, ou Códigos, constituem um corpo orgânico de normas sobre determinado campo do Direito".

E parece que esta definição dá o exato timento à Lei que ora se discute nesta Casa, porque se ela se denomina Lei Orgânica, e se Código é um corpo orgânico de normas sobre determinado campo do Direito, dúvida ainda existe que se trata realmente de um Código.

Entendimento referendado por um de nossos maiores juristas, quero me referir ao Professor Vicente Rhau, que conceituando o Código aduz o seguinte:

"E de fato, por toda parte onde reina um sistema de Direito predominantemente legislativo, não mais se discute a utilidade das codificações, em substituição à multiplicidade desordenada de Leis esparsas, não só porque os Códigos tornam o Direito mais certo, menos sujeito às muitas resultantes do entrelhecho das Leis, senão ainda porque imprime ao Direito o corpo de unidade de sistema que mais e melhor lhe faculta a aplicação e o aperfeiçoamento".

E mais adiante ainda complementa:

"O que caracteriza a codificação é a sistematização, é a disposição lógica do material a que se aplica, inovando embora a codificação, consolida um estado de coisas pré existentes, pois é nos códigos que se condensa e organiza o Direito criado pela vida jurídica de um povo. Neles o Direito Nacional se revela e a sua consciência própria, a codificação não tem por fim apenas consolidar e simplificar o Direito, ela conduz à unificação".

Como se não bastasse esta preciosa lição de Vicente Rhau, também José Cretella Júnior define o Código como sendo "a redução a um corpo jurídico único e sistemático das normas jurídicas referentes a um determinado campo de Direito".

Ora, eu entendo que sendo um Código um corpo que congrega normas jurídicas referentes a um determinado campo de Direito — e não se pode negar dada a importância e o vulto que assume a discriminação de Rendimentos do ICM para o Estado Federado — é evidente, para mim até intuitivo, que se trata de um Código. E nestas circunstâncias, e se tratando de um Código, não era de se invocar um dispositivo da Constituição, que permita ao Governo o processo abreviado da tramitação do Projeto.

Todavia, se não entender como código, não há dúvida de que a alternativa mais próxima seria considerar esta matéria como um estatuto, o Estatuto do ICM. Estatuto, segundo a Constituição vigente do Estado do Paraná, está redigido da seguinte forma:

"O Governador poderá enviar a Assembléia Legislativa. Projetos de Leis sobre qualquer matéria que se assim o solicitar, serão apreciadas dentro de 45 dias a contar do seu recebimento, salvo matéria estatutária. Portanto, há uma vedação constitucional ao processo abreviado quando se trata de matéria estatutária".

O Estatuto, segundo ainda José Cretella Júnior, é o conjunto especial de normas, originário, mas derivado, editado por entes públicos descentralizados ao qual se reconhece força normativa.

E mais à frente, define o Estatuto como conjunto normativo decorrente de poder próprio da administração pública sobre determinado assunto e matéria. De maneira que ainda que não se considere como código, não há porque lhe negar a natureza de um estatuto. Em qualquer das duas circunstâncias, fora está da possibilidade constitucional invocada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

E afora destes aspectos eminentemente técnicos, é oportuno lembrar, que a retirada da Ordem do Dia, não iria conflitar com a aspiração e o desejo do Governo com relação à implantação deste corpo normativo que consubstancia o ICM em nosso Estado. Pois o penúltimo artigo no seu § Único deste projeto de lei dispõe o seguinte:

Enquanto não forem expedidos os atos que copossibilitem a aplicação do dispositivo destas leis que não sejam auto-executáveis, ou enquanto a aplicação de tais dispositivos dependem de metódica implantação de novos órgãos.

O serviço ou rotina administrativa continuará em vigor com as normas de legislação tributária anterior, compatíveis com este diploma e com as normas gerais do Direito Tributário.

Ora, se o próprio Estado do Paraná não tem pressa, ou pelo menos imediata pressa em aplicar esta nova lei do ICM, porque se negar a esta Casa o direito de analisá-la detidamente para que aqui seja purificada, para que aqui tenha a unção popular, porque não é outra a função, não é outra a missão atribuída constitucionalmente às Assembléias Estaduais, se não ungirem, se não debaterem, se não analisarem todas as leis que tenham imediata implicação social ou pública; poucas terão tanta repercussão social como o projeto que ora se examina.

Não quero me alongar mais, não poderia deixar de vir à Tribuna para manifestar meu ponto de vista que é o já exposto e lembrar o pensamento de um dos mais eminentes pensadores desse século, e quero me referir ao filósofo Ortega e Gassé, quando lembrava que a grande característica da Democracia pode ser enfocada nos seguintes termos — "é que se passou de um sistema de princípios, para um sistema de princípios". — Daí evidentemente o sentido simbólico, figurado, de princípios, querendo de certa forma ferir-se uma sinonímia com a palavra Estado, sendo o que eu queria manifestar. Levo à consideração dos Srs. Deputados, o meu ponto de vista, no sentido de que se dando a tramitação que eu considero adequada, melhor se examine a matéria ou se confira melhor elaboração legislativa.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. ao lado de Dep. Muggiati Filho, trouxe à luz dos debates, autoridades reconhecidas no campo jurídico, secundando e amparando o ponto de vista que ambos defendem, com relação à caracterização nominal do projeto que estamos a analisar.

Concordo com V. Exa. e com o eminente Deputado, com relação ao prazo que esta Assembléia deveria ter tido para uma análise mais profunda do assunto; entretanto, discordo com relação ao cerne da discussão. Se esta casa considerar o projeto de lei como um projeto de código, efetivamente a tramitação está errada. Entretanto, se este projeto for considerado como de lei ordinária, a tramitação está correta. Se é lei ordinária, a invocação do prazo de 45 dias está correta pelo Sr. Governador do Estado. V. Exa. entende que o projeto é de codificação, o Deputado Muggiati Filho entende que era de consolidação e evoluiu para codificação e trouxe em seu socorro vários estudiosos do direito. Ocorre, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares que este projeto quando aportou a Assembléia Legislativa deveria ter sido para a sua tramitação, analisado pela Comissão Executiva, que entendeu que o mesmo deveria ter uma tramitação normal...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Entendeu mal.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — E o encaminhou para a Comissão de Justiça, que aprovou o Parecer já exarado, dando também uma tramitação de projeto ordinário; o projeto foi à Comissão de Finanças que, analisando o seu mérito, exarou Parecer favorável; veio à consideração do Plenário e em segunda discussão essas questões estão sendo levantadas. Não me rebelo contra o levantamento destas questões. Ocorre que na sessão de sexta-feira, o Sr. Deputado Muggiati Filho encaminhou à Mesa um Requerimento, solicitando ao Plenário que o votasse, dando à tramitação desse projeto de lei, uma forma diversa, constituindo uma Comissão Especial. O Plenário desta Casa já se manifestou a respeito. O requerimento não teve a aprovação do Plenário da Casa. O Plenário entendeu, portanto, que esta Mensagem consubstanciava um projeto de lei ordinária, não um projeto de codificação ou de consolidação. Isto já foi assunto discutido e votado em Plenário. Quando este derrubou o requerimento do Deputado Muggiati Filho, firmou posição entendendo que era projeto de lei ordinária, não de consolidação ou de codificação. Portanto, aceito com muita satisfação a discussão do assunto em termos jurídicos, inclusive estou aprendendo com V. Exa. e com o Deputado Muggiati Filho, mas entendo que estamos apenas discutindo teoria de direito com relação a consolidação, código e tramitação, teoria que será útil para o futuro, nesta Casa. Mas, com relação a este projeto a discussão está superada porque o Plenário recusou o requerimento do Deputado Muggiati Filho.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, agradeço o seu valioso aparte e tenho a seguinte posição com relação à questão posta como sempre brilhantemente por V. Exa.

Entendo que o fato do Plenário ter entendido na sessão anterior da maneira como V. Exa. relatou, não quer dizer que seja coisa julgada. Voltamos a Plenário tentando dar mais luminosidade ao problema. De maneira que se o Plenário já entendeu como V. Exa. relatou, não quero dizer que necessariamente ratifique a posição assumida.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Como foi ventilado o requerimento que a Casa recusou na última 5a. feira, gostaria apenas, e a título de subsídio ao que V. Exa. muito bem explicou, de acrescentar que este requerimento teve o seu princípio fundamental na própria Mensagem que dizia que se tratava de uma consolidação. Pelos termos da Mensagem entendi, pelo menos eu, que se tratava de consolidação. Portanto, era um projeto de consolidação. Daí o seu fundamento no art. 189, 2.a parte do Regimento Interno. Hoje, no entanto, nós na Tribuna e depois de ter conseguido estudar um pouco mais a matéria, verificamos que não se trata de uma consolidação, por motivo de ordem doutrinária já debatido. No entanto, apesar dos apertes, principalmente do brilhante aparte proferido pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, estamos sem saber qual a definição a dar a este projeto. Quero dizer, se V. Exa. me permite, o seguinte: a lei ordinária pode ser código. Há código que é lei ordinária. Geralmente todo código é lei ordinária. A lei especial é que tem caráter diverso muitas vezes e a codificação não cogita se é lei ordinária, lei especial, ou faz restrição a qualquer tipo de lei. A intenção é saber o que está sendo processado neste projeto, porque senão ficaremos dentro desta augusta Assembléia Legislativa a cumprir exclusivamente aquilo que se diga por parte do Poder Executivo. E como o Executivo, no meu entendimento, definiu mal essa matéria, dizendo que é lei orgânica quando não é acho que a presença de V. Exa., na Tribuna, tem o mais amplo objetivo.

Porisso, quero agradecer a V. Exa. pelos ensinamentos que colhi de V. Exa. e também do aparte do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte de V. Exa. e com ele não concordo apenas no que diz respeito à possível aprendizagem de V. Exa. porque a reciprocidade seria mais verdadeira.

Apenas para encerrar, gostaria de lembrar que parece que sendo a natureza desta lei, seu caráter estrutural, seu caráter mais consistente, razão pela qual nosso Regimento Interno dá uma outra elaboração, a fim de que o projeto saia daqui purificado, sem essas incoerências tecnicistas. Porque, se os técnicos têm uma visão unilateral da matéria, cabe a nós, políticos, fazer encaixes humanos e sociais.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o que assistimos nesta tarde toda, foram discussões e apartes em torno da Mensagem 195/72. E, como disse o nobre Deputado Muggiati Filho, até mesmo Deputados que integram a Aliança Renovadora Nacional também, de uma ou de outra forma, têm se manifestado contrários à aprovação desta Mensagem na forma em que ela foi enviada a esta Casa, pelo Executivo; prova evidente da maneira que sempre conduzimos nossos trabalhos nesta Assembleia Legislativa. E disso todos os Srs. Deputados são testemunhas, quantos vezes quando aqui tínhamos dúvida na tramitação de uma mensagem, cujas dúvidas eram levantadas, nesta Tribuna, por Srs. Deputados, nós sempre propunhamos que essa matéria fosse examinada pelo Poder Executivo. E só assim nós procedemos com relação a essa mensagem porque, talvez, nenhum de nós teve tempo suficiente para estudar devidamente a matéria. Embora essa mensagem tenha chegado à esta Casa há quase dois meses, mas coincidiu com o período eleitoral, quando a maioria dos Srs. Deputados estava defendendo a posição de seus candidatos a postos eletivos. Razão porque não houve, realmente, o tempo suficiente. Mas, se não for em vinculação do princípio das nulidades, não estaria aqui debatendo, já teria na primeira oportunidade retirado esta matéria da pauta, já teria analisado junto ao Sr. Secretário da Fazenda, junto com os Srs. Deputados todas aquelas dúvidas que, porventura, pairam sobre determinados artigos.

Se essa Mensagem não for aprovada na tarde de hoje, só poderá ser implantada em 1974, e vejamos, nobres Deputados, quantos prejuízos sofreria o Estado. Nós que permanentemente estamos reclamando do Governo mais obras, mais atendimento, especialmente ao interior do Estado, na hora em que o Governo necessita desse diploma a fim de atualizar, através da Secretaria da Fazenda, o órgão arrecador, que venha dar melhores condições ao Governo para poder melhor arrecadar, e consequentemente aplicar em favor do povo e dos nossos municípios, não encontra apoio. Porque veja, nobre Deputado nós ouvimos e eu pretendia apartar a nobre Deputado Muggiati Filho, mas infelizmente quando pretendia, já tinha se esgotado o prazo regimental de que dispunha o nobre Deputado para a discussão da matéria, mas estamos na dúvida ainda, se se trata de lei ordinária ou de Código. Se não for aprovada, hoje, não temos outro remédio, só poderemos discutir isso o ano que vem, para ser implantada em 1974. Mas se for aprovada hoje, e se, porventura existirem, como alegam muitos dos Srs. Deputados, tópicos que não se coadunam com a realidade, com as dificuldades até mesmo porque passa a indústria e comércio, e o povo de nosso Estado, nós ainda teríamos remédio, porque, inclusive, há pouco conversando com o Secretário da Fazenda, S. Exa. se pos à disposição para vir aqui discutir o assunto. Mas hoje não é mais possível, porque estamos no final da Sessão. Mas a qualquer momento, está S. Exa. disposto a discutir com os Deputados e analisar o problema e, se porventura houver qualquer matéria que esteja em desacordo, nós poderíamos ainda corrigir. O que não podemos corrigir, é que se essa matéria não for aprovada na tarde de hoje, só poderemos discutir na próxima legislatura. E o Governo só poderá aplicar em 74, com grande prejuízo para o Estado, para os Municípios que tem a sua quota-parte através dessa lei. Esta a razão, respeito a opinião de todos os Deputados que desfilarão pela Tribuna da Assembleia, mesmo aqueles que através de aparte manifestaram o seu ponto de vista, mas apelo para que possamos dar um "aprovado" a essa Mensagem e me comprometo com esta Casa, de que o Sr. Secretário da Fazenda virá, através de um entendimento, discutir juntamente com a sua assessoria, com os Srs. Deputados, para chegarmos a um denominador comum. Tenho certeza de que assim estamos prestando um grande serviço a esta Casa, e esta Assembleia estará cumprindo com o seu dever perante o povo paranaense.

Muito obrigado pela concordância de V. Exa., pois até certo ponto atraiu-me o belíssimo discurso e o raciocínio de V. Exa., porque confesso que para um simples roceiro como eu, apartar bacharéis da envergadura de V. Exa. e do Deputado Muggiati Filho, é quase uma temeridade.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, estarei propenso a fazer uma troca com V. Exa. Darei o meu diploma a V. Exa. e V. Exa. me dará a sua sagacidade. Posso garantir que V. Exa. sairá perdendo, mas de qualquer maneira recebo honrosamente o aparte de V. Exa. e gostaria apenas de fazer duas considerações a propósito. A primeira, se refere nobre Deputado ao parágrafo único do penúltimo artigo do projeto de lei que dá a indicação precisa de que não será aplicada esta lei no ano vindouro porque a sua aplicação irá requerer o que a própria lei denomina de metódica elaboração de novos órgãos, serviços ou rotinas administrativas.

Sendo como é a estrutura fazendária paranaense extremamente obsoleta e excessivamente burocratizada. A prática e o bom senso, no meu entendimento, dão a impressão de que esta lei, em hipótese alguma, será aplicada no ano vindouro. Esta a primeira consideração que queria fazer.

A segunda consideração se refere a uma divergência de postura em face da realidade e em razão do que lembra V. Exa. de haver possibilidade desta Casa retificar alguns dispositivos deste Código que não atende aos legítimos interesses sociais e públicos.

Na realidade as coisas não funcionam assim. A prática ensina que, via de regra, todo e qualquer projeto de lei que tenha suas nascentes nesta Casa e que trate de problema tributário é vetado pelo Governador, evidentemente por razões de ordem prática.

E a terceira consideração é que o momento oportuno para debater a lei seria agora enquanto não fosse aprovada, porque daria muito mais condições de analisar como um todo e não fragmentariamente como parece que V. Exa. está propondo. Por esta razão, embora acatando e acolhendo as considerações de V. Exa., continuo no entendimento de que esta Assembleia Legislativa no momento em que aprovar esta lei estará delegando a outro Poder uma atribuição exclusivamente sua. Quero deixar aqui, mais uma vez, consignado que por certo tenho certeza, o gênio e a criatividade deste Plenário só irá favorecer a lei; além do mais é ilegal, anti-regimental e inconstitucional a votação desta lei nos termos em que está sendo colocada; e, finalmente, quero lembrar que não se trata apenas de uma postura bacharresca ou bacharelista e que tem repercussões concretas como todos devem reconhecer.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não entendi bem a explicação do Líder da Bancada do Governo, mas desejo deixar S. Exa. à vontade. Se o nobre Deputado deseja requerer a retirada do

projeto para o mesmo fim, como disse, deixo S. Exa. à vontade para que requeira. Retirarei o meu requerimento apenas se for esta a intenção do Sr. Líder do Governo.

Em segundo lugar, assim como V. Exa., eu também trocava de bom grado o meu diploma, pela roça do eminente Deputado João Mansur, e finalmente, ainda acrescentaria o seguinte: — conforme o tipo de Lei que esteja tramitando, exigiria para sua aprovação, pela Constituição do Estado, não o voto da maioria simples que tem sido observada para este Projeto, mas, da maioria absoluta da Casa, dependendo de se definir o tipo de Lei que está tramitando pela Casa.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado, a V. Exa. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, do seguinte teor: (Lê)

Senhor Presidente:

Considerando que os debates em torno do Projeto de Lei n.º 195/72, devem se prolongar, proponho com audiência da Casa, e com fundamento no Art. 103, do Regimento Interno, preferência para apreciação dos projetos que se seguem ao antes referido.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni.

Em votação o Requerimento. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quiêse Crisóstomo, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 202/72. — Aprovado.

De acordo com o requerimento de preferência aprovado:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 59/72 encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FURESAN, e altera a tabela integrante da Lei n.º 5.511 de 10-2-67, que dispõe sobre a taxa de saúde. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289/71, de autoria do Dep. Quiêse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, o Rolo Compactador com características que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/72, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima", do Município de Guaraniãçu. Parecer favorável da C.C.J. COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado, artigo por artigo, pelo Substitutivo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 77/71, aprova o Convênio de ajuda financeira celebrado em 25-3-71, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlinópolis, com objetivo de beneficiar o ensino da Região, conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. Em REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 199/72, aprova os termos do Convênio celebrado em 26-9-72, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo no Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/72

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do convênio celebrado em 26 de setembro de 1972, entre o Governo do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente  
Ovídio Franzoni — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO N.º 199/72

##### PARECER

Através Mensagem Governamental n.º 53/72, o Exmo. Sr. Governador encaminha a esta Casa Legislativa, cópia autêntica do convênio celebrado em 26-9-72, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo, em toda área territorial desta Unidade da Federação.

O encaminhamento da matéria a esta Assembleia é em obediência a disposição constitucional, não havendo óbice para sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que apresentamos em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente  
Ovídio Franzoni — Relator  
Erondy Silvério  
Santos Lima  
Muggiati Filho  
Emílio Carazzai  
Jorge Sato

MENSAGEM 53/72

Curitiba, 19 de outubro de 1972

##### PROPOSIÇÃO N.º 199/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de setembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização

do Cooperativismo, visando ao seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/ Capital

Termo de Convênio celebrado entre o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização ao Cooperativismo, visando ao seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

Aos 26 dias do mês de setembro de 1972, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, doravante apenas mencionada INCRA/MA, neste ato representada por seu Presidente Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti e o Governo do Estado do Paraná, doravante designado por GOV/PR, neste ato representado pelo Dr. Roulien Basaglia, Secretário da Agricultura, resolveram assinar o presente, de acordo com a legislação vigente.

CLAUSULA PRIMEIRA — Pelo presente Convênio, fica o GOV/PR pelo seu Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura incumbido da execução, articulado com a Coordenadoria Regional do INCRA/MA, dos serviços relativos à promoção da legislação específica, em toda área territorial dessa Unidade da Federação.

CLAUSULA SEGUNDA — Ao INCRA/MA compete:

- contribuir com a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) colocando à disposição do Coordenador do Convênio, sendo que essa contribuição correrá à conta da Atividade 10.02.6.2.01 do Orçamento-Programa do INCRA/MA para o exercício de 1972, a qual só poderá ser movimentada depois de aprovado pelo DD/DDC, um Plano de Trabalho Integrado do qual resultará o Plano de Aplicação;
- designar um Coordenador para o presente Convênio que será o Coordenador Regional do INCRA/MA ou outro funcionário da Coordenadoria Regional a critério da Presidência que representará o INCRA/MA junto ao Órgão Executor, ficando responsável pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros alocados ao Convênio pelo INCRA/MA;
- Ao Coordenador do Convênio, designado conforme disposto na alínea "B" desta cláusula, caberá apresentar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do ano do convênio, completa prestação de contas dos recursos recebidos do INCRA/MA, observadas as normas baixadas pela Secretaria de Finanças.

CLAUSULA TERCEIRA — à Coordenadoria Regional do INCRA/MA compete:

- acompanhar a execução do Convênio;
- participar na seleção dos técnicos a serem contratados para prestação de serviços ao presente Convênio;
- participar na elaboração dos planos de trabalho;
- colaborar, dentro das suas possibilidades, com pessoal especializado na execução de serviços relativos a planos e projetos específicos, vinculados aos objetivos do presente Convênio;
- conduzir estudos sobre avaliação dos resultados alcançados, bem como verificar a eficiência das atividades do Convênio e disto dar conhecimento ao DD/DDC;
- dirigir-se à entidade vinculada ao Convênio, ou outras que eventualmente colaborem na sua execução, solicitando as providências necessárias ao bom andamento do trabalho;
- elaborar relatórios trimestrais informando o andamento dos trabalhos relativos ao presente Convênio;
- analisar, opinar e remeter ao DD/DDC processos relativos à autorização de funcionamento de cooperativas e demais documentos do órgão executor do Convênio;

CLAUSULA QUARTA — Ao GOV/PR compete:

- designar para Executor um técnico cooperativista de reconhecida capacidade, preferencialmente portador de diploma universitário;
- executar os trabalhos previstos no presente Convênio, através do órgão ao qual estejam afetos os assuntos do Cooperativismo no Estado;
- assumir as obrigações legais com o pessoal convocado à execução do presente Convênio, excetuados os servidores do INCRA/MA;
- fazer observar as instruções que tenham sido ou venham a ser baixadas pelo Departamento de Desenvolvimento Rural do INCRA/MA, sem prejuízo do que tenha sido acordado no presente Convênio;
- fazer cumprir a legislação vigente e as normas aplicáveis às cooperativas, assim como fiscalizar o funcionamento de cada entidade, pelo menos uma vez por ano, dando sempre imediato conhecimento ao INCRA/MA das irregularidades apuradas, bem como as providências adotadas;
- lavrar os autos de infração decorrentes de não cumprimento da legislação cooperativista em vigor e fazer a devida comunicação ao INCRA/MA;
- remeter todos os documentos de interesse das cooperativas com destino ao INCRA/MA para a Coordenadoria Regional;
- proceder ao exame contábil das cooperativas para verificar se estas observam as instruções e normas técnicas estabelecidas pelas determinações estatutárias e legais;
- colaborar na elaboração da Política de Ação do INCRA/MA nos assuntos pertinentes ao cooperativismo;
- manter atualizados o sistema de Relatório do Convênio e os arquivos relacionais com o mesmo, bem como um fichário contendo informações sobre as entidades cooperativas;
- elaborar relatórios especiais quando solicitados pelo INCRA/MA;
- organizar e encaminhar à CR—INCRA/MA, até 30 (trinta) dias após o término do "ano-convênio", relatório circunstanciado e documentado dos trabalhos desenvolvidos.

CLAUSULA QUINTA — O GOV/PR se compromete a colocar à disposição

do Executor do presente Convênio a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) necessária à complementação para execução do Plano de Trabalho Integrado, independente de outras formas de participação.

CLAUSULA SEXTA — O presente Convênio terá a duração de 1 (um) ano a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, denominado "ano-convênio" e poderá ser renovado por igual período desde que os resultados obtidos assim o aconselhem.

CLAUSULA SÉTIMA — O nome do INCRA/MA constará ao lado do GOV/PR em todos os trabalhos, impressos, publicações, veículos e material de informação adquiridos ou elaborados com recursos do Convênio.

CLAUSULA OITAVA — Sem prejuízo da autonomia administrativa, operacional e financeira das partes contratantes, o Ministério da Agricultura, através de seus órgãos centrais exercerá a fiscalização e controle do presente instrumento;

CLAUSULA NONA — Cabe ao Governo Estadual adotar as providências legais junto aos órgãos competentes de sua estrutura administrativa com relação à contrapartida financeira, conforme estabelece a Cláusula Quinta.

CLAUSULA DÉCIMA — A emissão de comprovante de entrada de documentos em protocolo, para efeito do contido no artigo 18 e seus parágrafos e artigos 19 e 20 da Lei n.º 5.764, de 16-12-71 é de competência exclusiva da Coordenadoria Regional do Estado do Paraná, sendo indelegável esta competência para qualquer parte deste Convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Todos os bens de natureza permanente que venham a ser adquiridos com recursos do INCRA/MA a ele reverterão após o término ou rescisão do presente Convênio.

§ Único — Os bens a que se refere esta Cláusula serão relacionados por ocasião da apresentação da prestação de contas, devendo uma cópia da relação ser imediatamente encaminhada ao Serviço de Patrimônio do INCRA/MA.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Este Convênio poderá ser rescindido, automaticamente, por inadimplemento de qualquer de suas Cláusulas, ou denunciado quando de interesse de qualquer das partes convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Os termos que forem adotados no presente Convênio bem como a sua rescisão ficam sujeitos às disposições da Cláusula Oitava.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja, para solução de questões relativas a este instrumento, quando as mesmas não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes signatárias.

É, para clareza e validade do que ficou conveniado, lavrou-se este termo que, lido pelas partes convenientes e testemunhas presentes e achado conforme, vai por elas assinado.

Brasília, DF.

aa) — JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI

Presidente do INCRA/MA

ROULIEN BASAGLIA

Secretário de Agricultura/Pr.

Testemunhas:

aa) SILVIO GALDINO DE CARVALHO LIMA

ENNIO MARQUES FERREIRA.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/72, le autoria do Dep. Erondy Silvério, acresce do Parágrafo que especifica, o artigo 140 da Lei n.º 6.174, de 16-11-70. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 65-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — O artigo 140, da lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do seguinte parágrafo.

"§.º — O disposto pelo item III, deste artigo, aplica-se ao funcionário aposentado por invalidez".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

a) Dep. Erondy Silvério.

**JUSTIFICATIVA:**

Com o presente plano de lei, pretendemos obter a igualdade de tratamento para aqueles funcionários públicos que, infelizmente, se vêem na contingência de serem aposentados por invalidez, com os servidores que são aposentados a pedido.

Pela redação que foi dada ao artigo 140, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado — a Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 — o funcionário que se aposentar a pedido terá direito a perceber as vantagens do cargo em comissão, ou a função gratificada, desde que tenha exercido por mais de cinco anos esse cargo ou função.

Todavia, o funcionário que for aposentado por invalidez estará excluído desse benefício, o que, data venia, não é justo nem humano.

Daí a razão da nossa iniciativa o que, certamente, merecerá a atenção e o apoio dos nobres pares.

LEI N. 6.174

Data: 16 de novembro de 1970.

Súmula: Estabelece o regime de jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO III

##### Da aposentadoria

Art. 140 — O funcionário efetivo será aposentado a pedido:

I — com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo.

II — ... vetado ...

III — se houver exercido por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses.

§ 1.º — A aplicação do estabelecido em qualquer dos incisos deste artigo exclui as vantagens instituídas nos demais incisos.

§ 2.º — No caso do funcionário que para o exercício de cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no art. 159, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

§ 3.º — Se, nas condições dos incisos II e III, deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar a simbologia estabelecida para os cargos em comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do de maior símbolo. Nas mesmas condições, igual benefício será assegurado pelo exercício de cargo diretivo de órgãos da administração indireta do Estado.

§ 4.º — Vetado...

Art. 141 — ...

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 65-72

De iniciativa do Deputado Erondy Silvério, o plano de Lei em exame visa, acrescer ao Artigo 140, da Lei n. 6.174 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) um parágrafo estendendo o disposto pelo item III ao funcionário aposentado por invalidez.

Pela redação dada ao Artigo 140 da citada lei, o funcionário que se aposentar a pedido terá direito a perceber as vantagens do Cargo em Comissão ou Função Gratificada, desde que tenha exercido por mais de cinco (5) anos esse Cargo ou Função.

Todavia, o funcionário aposentado por invalidez não se utiliza deste benefício, o que não é justo e nem humano.

Não havendo óbice legal e constitucional, nosso parecer é pela **Aprovação**. Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Cândido M. de Oliveira — Relator  
Maurício Fruet  
Ovidio Franzoni  
Santos Lima  
Emílio Carazzai

#### Comissão de Finanças

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 65-72

Autor: Dep. Erondy Silvério

Nada em contrário ao presente projeto de Lei, que visa dar igualdade aos que, por motivos alheios à sua vontade são obrigados a se aposentar. Somos, pela **aprovação**.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente  
Antonio L. Junior — Relator  
Maurício Fruet  
Jorge Sato.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 130-72, de autoria do Dep. Igo Losso, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Roland Zimmermann, Consul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado**.

#### PROJETO DE LEI N. 130-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roland Zimmermann, Digníssimo Consul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1972

aa) Igo Losso

João Mansur  
Borsari Netto  
Antonio Maciel  
Hélio Manfrinato  
Muggiati Filho  
Aguinaldo P. Lima  
Nivaldo Kruger  
Odilon Reinhardt  
Paulo Camargo  
Antonio Lopes Júnior  
Wilson Fortes  
Alvaro Dias  
Ovidio Franzoni  
Gilberto Carvalho  
Pinto Dias  
David Federmann  
João Fadel  
Wilson Brandão  
Quielise Crisóstomo da Silva  
Gabriel Manoel  
Francisco Escorsin  
Lázaro Dumont  
Emílio Carazzai  
Santos Lima  
Arthur de Souza  
Cândido M. de Oliveira  
Ivo Thomazoni  
Luiz R. Soares  
Armando Queiroz  
Marciano Braniuk  
Antonio Belinati  
Fuad Nacli  
Domício Scaramella  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Arizone Araújo  
Leopoldo Jacomet  
Erondy Silvério  
Xenofonte Vilanueva  
Jorge Sato  
Fabiano Braga Cortes  
Basilio Zanusso  
JUSTIFICATIVA:  
O Excelentíssimo Senhor Consul Dr. Roland Zimmermann acaba de

receber comunicação de seu país, que o transfere para alto cargo a ser desempenhado na República Federal da Alemanha, onde com brilhantismo já exerceu uma série de outros encargos de mais alta responsabilidade, antes de vir ao Brasil.

Ao tomar conhecimento de tal fato, apressei-me em apresentar o presente título, atualmente a mais alta honraria concedida a pessoas ilustres no âmbito estadual, uma vez que Sua Excelência, de forma nenhuma, poderia se ausentar de nosso país e particularmente de nosso Estado, sem que, oficialmente tivesse um pequeno reconhecimento do povo e do Governo, pelo muito que aqui fez, visando acima de tudo um entrelaçamento cada vez maior do Brasil com a Alemanha, numa amizade franca e leal, de quem quer juntos, trilhar os caminhos do progresso e desenvolvimento, não meramente formal, mas acima de tudo, marcado pelo verdadeiro sentido humano que deve unir todos os povos, nos mais nobres e altos ideais de paz e concórdia.

O Senhor Cônsul Roland Zimmermann, tem sido durante os quase cinco anos que aqui conviveu conosco, a prova mais evidente e real do que acabamos de afirmar. Em toda a sua jurisdição diplomática, no Paraná e Santa Catarina, autoridades e povo, aprenderam a apreciar ainda mais o altruísmo e a magnitude do país alemão, através da sua atuação comedida e prática. Sem nunca transigir na defesa dos propósitos a que foi designado, com sabedoria e inteligência aqui entre nós, conseguiu com sua capacidade solucionar todos os problemas em nome do país que representa.

Além deste aspecto, queremos dizer que a gratidão do povo paranaense ao ilustre homem público, é imensa. Graças a sua personalidade marcante e presença constante em todos os problemas tivemos a oportunidade de receber durante a sua gestão benefícios com inúmeros projetos da mais alta envergadura social equivalente a vultosa importância de Cr\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de cruzeiros) em doações que se espalham por toda a jurisdição consular, num verdadeiro espírito de solidariedade e interesse na solução de nossos problemas. Entre estes projetos houve alguns que aqui no Estado mereceram especial e pessoal destaque de Sua Excelência, como por exemplo: Hospital de Clínicas (equipamento de angiografia); Casa do Estudante Universitário Evangélico; Equipamento para o Banco de Sangue em Curitiba (Colsan); Cooperativa Central Agrária Ltda. de Entre Rios em Guarapuava; Escolas Roland de Rolandia e muitas outras. Verificamos que somente estes projetos especiais já executados vão a quase Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros).

Sabemos que sem a direta atuação de Sua Excelência, com suas exposições e relatórios, jamais receberíamos tantos benefícios, pois nunca os tivemos antes. Estes projetos, já executados trazem soluções e progressos consideráveis nos setores estudantis, saúde, agrícola e de educação.

Sem qualquer menosprezo aos demais consules anteriores, o Sr. Roland Zimmermann, ao sair deixará a mais positiva impressão de seu país e de seu governo, no seio do povo brasileiro e paranaense, que só tem a lamentar, não permaneça Sua Excelência aqui para continuar a construir esta magnífica impressão e obra que até agora desenvolveu.

Concluindo ainda, além destes aspectos aqui abordados, a sociedade curitibana e paranaense encontrou na esposa do homenageado Sra. Dorothea Zimmermann, a verdadeira figura da prestativa mulher alemã dotada de excelente espírito filantrópico, soube ela liderar e reunir constantemente as senhoras da colônia alemã, que sob a sua liderança patrocinaram através de promoções sociais ajudas financeiras significativas a instituições sociais como o Hospital Adauto Botelho (pavilhão infantil); Patronato Santo Antonio, de São José dos Pinhais; Asilo de Velhos da Igreja Luterana; Feira das Bandeiras (Hospital do Câncer); e outros.

Este é outro aspecto de trabalho conjunto que marcou ainda mais a imagem popular de um Cônsul e esposa, que compartilham juntos da responsabilidade do trabalho e do sentido humano de fazer juntos da responsabilidade do trabalho e do sentido humano de fazer o bem, deixando assim, o respeito e a estima entre todos.

Encerrando, pelas amplas razões aqui expostas, esperamos que a aprovação unânime da presente proposição, seja a mais viva expressão de nossos aplausos a feliz e acertada iniciativa do Governo da República Federal da Alemanha em tê-lo enviado para nosso Consul; represente a consagração de seu trabalho profícuo desenvolvido entre nós e seja finalmente a prova de nossos melhores votos de grande sucesso na nova missão que lhe será confiada.

Anexo o "Curriculum Vitae" do homenageado.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PROJETO DE LEI N. 130-72

AUTOR: Deputado Igo Iwant Losso

Súmula: Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Dr. Ronald Zimmermann, Digníssimo Consul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná.

#### PARECER

Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Igo Iwant Losso, com o objetivo de conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roland Zimmermann, Digníssimo Cônsul Geral da República Federal da Alemanha em Curitiba, com jurisdição para os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Diplomata de carreira, com larga folha de serviços prestados à diplomacia da República Federal da Alemanha, o Cônsul Roland Zimmermann, representou com invulgar capacidade e raro brilhantismo o seu país em nosso Estado, deixando através sua marcante personalidade e grande cultura, a admiração, o respeito e a gratidão do povo do Paraná.

Sem dúvida, medida das mais oportunas e felizes, onde se procura homenagear o digno representante consular em Curitiba, ao ser transferido para alto cargo a ser desempenhado na República Federal da Alemanha.

Nenhum óbice legal ou constitucional à apreciação da proposta de Lei em referência, pelo que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26-10-72.

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Paulo Camargo — Relator  
Maurício Fruet  
Santos Lima  
Igo Losso  
Luiz R. Soares  
Cândido M. de Oliveira

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 131-72, de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública, o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 131-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja que também é conhecida como "O Brasil para Cristo".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1972.

a) Dep. Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Pentecostal de Curitiba, cuja Igreja também é conhecida como "O Brasil para Cristo", tem seus Estatutos devidamente registrados no livro "A" n. 1616 das Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

A finalidade deste Departamento está expressa no Art. 2.º item "d" e suas letras, que dispõe que a Igreja através deste órgão, fará o devido atendimento aos necessitados, sem qualquer recepção de pessoas ou credos. Visará ainda a fundação de escolas, orfanatos, asilos ou outras instituições caritativas, numa complementação do trabalho ministerial Evangélico.

O Departamento vem funcionando plenamente com o atendimento de grande número de pobres que recebem alimentos, roupas, orientação moral e espiritual.

Dai, a razão pela qual o reconhecimento da Utilidade Pública pelos relevantes serviços que vem prestando ser um estímulo a um trabalho ainda maior.

Espero assim a devida aprovação por parte dos nobres colegas, ao apresentar o presente projeto, que por equívoco de interpretação deixou de ser apreciado devidamente.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N. 131-72

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

SUMULA: Declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja que também é conhecida como o "Brasil para Cristo".

#### PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Igo Losso, visa declarar de Utilidade Pública, o "Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja que também é conhecida como o "Brasil para Cristo".

Pelos relevantes serviços que a entidade enfocada vem prestando à coletividade, pela forma desinteressada que atende aos necessitados, sem qualquer aceção de pessoas ou credos e julgando oportuna a iniciativa, opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Candido Martins de Oliveira

Igo Losso

Muggiati Filho

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 197-72, de autoria do Dep. Quielise Crisostomo da Silva, concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao General Luiz Carlos Tourinho. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 197-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao General Luiz Carlos Pereira Tourinho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 1972.

a) Deputado Quielise Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICACÃO:

O brilhante currículo, anexo ao presente Projeto de Lei, é, por ele mesmo, suficientemente expressivo dos méritos incontestáveis do ilustre General Luiz Carlos Pereira Tourinho, para receber a homenagem e o reconhecimento que ora se propõe.

#### Curriculum do Engenheiro Civil Luiz Carlos Pereira Tourinho

##### 1 — GENERALIDADES:

— Nascido a 19 de dezembro de 1913, em Curitiba Pr.

— General de Brigada R-1 do Exército, Arma de Engenharia.

— Professor Titular da Cadeira de Estatística, Economia Política e Finanças da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná.

— Diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná.

— Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pr.

##### 2 — CURSOS:

— Arma de Engenharia, Escola Militar do Realengo, 1933.

— Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia do Paraná, 1938.

— Aperfeiçoamento de Oficiais, ESAO, 1946.

##### 3 — TÍTULOS:

— Livre docência da Escola de Engenharia da U. Pr. 1949.

##### 4 — NÍVEL DE EXPERIENCIA COMO ENGENHEIRO:

— 1934 a 1939 — no 5.º B. Eng.:

Rodovias: Curitiba-Ribeira, Curitiba-Joinville, Rio Negro-Lages, São José dos Pinhais-Rincão.

1940 — Engenheiro Assessor Inspetoria Engenharia Exército.

1941 a 1942 — Eng.º Chefe Construção Quarteis 13.º RI e AD-5.a em Ponta Grossa, Pr.

1943 a 1946 — Projeto e construção do Quartel do 15.º R.C.I. em Guapuva e projeto do 1.º Btl. Front. de Laranjeiras do Sul.

1951 a 1954 — Diretor do DER, do Estado do Paraná, onde organizou o Plano Rodoviário.

#### I — SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS:

— Elaboração da Lei 1052 que reorganizou o DER do Paraná, dando-lhe autonomia administrativa e financeira;

— Elaboração do novo organograma, com centralização do Planejamento e descentralização da Execução;

— Racionalização dos serviços com implantação do Cadastro Mecanográfico;

— Reestruturação do Pessoal.

#### II — SERVIÇOS TÉCNICOS:

— Elaboração do Plano Rodoviário;

— Instalação dos serviços de aerofotogrametria;

— Projetos geométricos:

T-1 — Paranaguá — Curitiba — C. Largo — Purunã-Palmeira.

T-2 — W. Braz-Quatigú — J. Távora-S.A. Platina.

T-3 — Assai — Jataizinho.

T-4 — Purunã — P. Grossa — Ortigueira.

T-5 — Jandaia — Porto S. José.

T-1 — Cambará — Londrina — Apucarana.

L-3 — Jacarezinho — S.A. Platina.

L-4 — Guarapuava — Pinhão — Palmeira.

L-5 — Maringá — Campo Mourão.

R-2 — J. Távora — Carlópolis — Passo dos Leites.

R-5 — Cornélio Procopio — T-3.

R-6 — T-4 — Londrina.

R-7 — Rolândia — Porecatu.

R-12 — Curitiba — Rio Branco.

R-16 — Morretes — Antonina.

#### IMPLANTAÇÃO:

T-1 — Paranaguá — Relógio.

T-2 — Antonina — Cacatú.

Cerro Azul — Ribeira

W. Braz — S. Campos — Quatigú — S.A. Platina.

T-5 — Jandaia do Sul — Paranavai

T-7 — Lapa — S. Mateus

P-1 — Melo Peixoto — Londrina — Apucarana

P-2 — Ribeirão Claro — Jacarezinho

P-3 — Tomazina — Curiuva

P-4 — Sengés — Itararé

L-2 — Castro — Sengés

L-4 — Guarapuava — Pinhão

R-2 — Itararé — J. Távora

R-10 — Ortigueira — Tibagi

R-12 — Curitiba — Rio Branco do Sul

#### PAVIMENTAÇÃO:

P-1 — Santa Mariana — Londrina — Apucarana

— 1968 a 1969 — Consultor Técnico da Rodopavi S.A.

— 1970 — Coordenador de Engenharia da Serete S.A., para o Estudo da Viabilidade Econômica da Ferrovia Eng. Bley — Curitiba — Paranaguá.

#### 5 — NÍVEL DE EXPERIÊNCIA EM OUTRAS FUNÇÕES:

— 1947 a 1950 — Instrutor Chefe do Curso Engenharia — CPOR — Ctba.

— 1947 — Professor de Economia Industrial na EOEIG, Ctba.

— 1949 a 1954 — Catedrático Interino da Cadeira de Estatística, Economia e Finanças da Escola Engenharia da U.P.

— 1955 a 1958 — Deputado Federal

— 1959 a 1960 — Diretor Técnico da COPEL

— 1962 a 1964 — Professor de Economia Industrial do Instituto Técnico Paranaense.

1968 — Interventor Federal no IBRA.

— 1967 a 1970 — Professor Titular da Cadeira de Economia Estatística e Finanças da Escola de Engenharia da U.P.

#### 6 — TRABALHOS PUBLICADOS:

— Fator Natureza e sua influência na Produção Paranaense — Tese - 1949

— Plano Rodoviário do Estado do Paraná — 1951

— Momento para discussão dos problemas da bacia Paraná-Uruguaí - 1951

— Variável Aleatória, Instrumento Matemático — Tese - 1961

— Probabilidade, Economia, Estatística — Tese - 1965

— Relatório da Intervenção do IBRA - 1969

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 197/72

#### PARECER

O nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, propõe a concessão do título de cidadão benemérito do Paraná, ao Gal. LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO.

Efetivamente, o "curriculum vitae" do ilustre militar é dos mais significativos, destacando-se, no seu conjunto, as atividades realizadas em benefício de nosso Estado.

Personalidade de singular projeção nos meios culturais e sociais de nossa comunidade, o Gal. LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO desfruta de unânime simpatia entre tantos quantos representam o povo nesta Casa. Este relator sente-se envidado de poder integrar essa unanimidade esclarecida, razão pela qual profere o parecer favorável ao projeto em estudo.

Sala das Comissões, 22-11-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Jorge Sato

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 195/72.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem)

Sr. Presidente

Apenas para solicitar a V. Exa. que coloque em votação a matéria. Feita a votação então pediria a verificação da existência de quorum, se não teríamos que fazer a chamada nominal sem que tenha sido constatada a existência de quorum.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem).

Sr. Presidente.

Há um requerimento que prejudica a votação deste Projeto, se for aprovado. Pedi a retirada por oito dias.

O SR. PRESIDENTE — Realmente, nobre Deputado Muggiati Filho, a Mesa pede desculpas a V. Exa., pois existe um Requerimento redigido pelo nobre Deputado, que pede a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei 195/72 — Está em votação o Requerimento. — Rejeitado.

Existe também um Requerimento de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares que fica prejudicada com a rejeição do Requerimento do Deputado Muggiati Filho.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem)

Sr. Presidente.

Pego verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Deputados que rejeitam, comportem-se como estão. (Pausa). Não há quorum para votação

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria que a Mesa esclarecesse de que então não ficou prejudicado o meu Requerimento, em sua votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que a verificação foi feita após a votação do Requerimento. O Requerimento foi votado, foi anunciada a sua rejeição e em seguida foi pedida a sua verificação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, tão somente para uma justificação.

O Requerimento de S. Exa. o Sr. Deputado Muggiati Filho foi votado e V. Exa. havia realmente constatado a rejeição. Todavia, parece-me que o objetivo do Requerimento era impedir a votação da matéria. E isto o Sr. Deputado atingiu com o pedido de verificação de votação. Portanto, se o Sr. Deputado renovar o pedido na Sessão de amanhã com requerimento nos mesmos termos, não haverá prejuízo para S. Exa. nem para a Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — O Deputado Muggiati Filho, na sessão de amanhã poderá encaminhar à Mesa idêntico Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Romanus. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Ministro da Agricultura e da Fazenda, no sentido de que sejam adotadas várias medidas essenciais e urgentes para a ramicultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira, Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Paulo Sá, responsável pela brilhante encenação, no Teatro Guaira, da Peça Via Crucis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", órgão de nossa imprensa cidadã, que acaba de receber moderno maquinário para seu parque gráfico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado telegrama de congratulações e os votos da Assembléia Legislativa do Estado pela saúde do nosso Presidente da República que hoje se aniversaria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de que aquela autoridade federal encontre soluções para evitar o fechamento do Ginásio Ferroviário "Gal. José Machado Lopes". — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei ns. 164-71 — 209-71 — 283-71 -- 11-72 — 31-72 — 53-72 — 54-72 — 77-72 — 95-72 — 110-72 — 129-72 — 139-72 — 143-72 — 146-72 — 175-72 — 177-72 — 187-72 — 189-72 — 198-72 — 201-72 — 35-72 — 36-72 e 195-72.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 298-71 — 128-72 — 164-72 — 202-72 — 37-72.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 38-72 e dos Projetos de Lei ns. 65-72 — 130-72 — 131-72 — 197-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 1772 — 103-72 e 105-72. Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI REQUERIDA PELO SR. DEPUTADO JOÃO MANSUR, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 4-12-1972, COM O TÍTULO:

#### ASPECTOS CONJUNTURAIS DO DESENVOLVIMENTO PARANAENSE

"O Paraná atravessa uma fase de profunda transformação da sua economia. Ao mesmo tempo — e como consequência —, constata-se uma modificação fundamental no ideário da sua sociedade, mediante um processo acelerado de modernização. A população se urbaniza, em ritmo intenso, e a densidade populacional rapidamente se aproxima dos 40 habitantes por quilômetro quadrado.

Comodidades como a eletrificação rural, disseminando a utilização dos eletrodomésticos de toda natureza; acesso rodoviário, facilitando o intercâmbio com a cidade; telecomunicações, vulgarizando o uso do telefone e da televisão, levam à vida rural uma influência urbanizadora tão acentuada que não se pode mais distinguir, nitidamente, diferenças entre os estilos de vida do campo e da cidade.

#### A REVOLUÇÃO DAS ASPIRAÇÕES CRESCENTES

A consequência desse processo é a exigência, cada dia mais aguda, das populações rurais, de contarem com as facilidades que já beneficiam os habitantes das cidades. As aspirações do campo se aproximam, rapidamente, das aspirações urbanas, graças à crescente homogeneização da vida rural, segundo padrões urbanos.

Do mesmo modo, nas regiões mais populosas do interior, de urbanização recente, aumento a demanda de serviços e equipamentos urbanos ainda inexistentes. Os benefícios de natureza educacional, por exemplo, tais como cursos técnicos, profissionais e universitários, que dependem da aplicação de recursos superiores às possibilidades do erário público, são reivindicações que se avolumam e precisam, de alguma forma, ser atendidas.

Nas cidades, como no campo, reclama-se por mais educação, acesso mais fácil à cultura e à profissionalização, melhores serviços em setores como saneamento e saúde pública, novas obras de infra-estrutura. Aumenta a pressão no sentido de que o Governo mobilize recursos cada vez maiores para realizar empreendimentos e ampliar os serviços públicos. É a crescente aspiração das massas pela elevação dos índices da "qualidade da vida".

Trata-se de uma tendência que varre todo o Brasil, pode-se dizer. Mas, no Paraná, as manifestações desse fenômeno são particularmente acentuadas. As tensões sociais daí resultantes representam, provavelmente, o problema mais sério com que o Estado se defronta, no momento, e vai defrontar-se, daqui para o futuro, na medida em que novas etapas sejam alcançadas na caminhada para o desenvolvimento.

#### OS DESAJUSTES DO CRESCIMENTO

A transformação da agricultura paranaense, nos últimos anos, além de provocar modificações profundas na vida das áreas rurais, influenciou, também, o desenvolvimento urbano das cidades. Aqui, outro fator de tensões sociais de considerável importância para uma análise da conjuntura estadual.

O Paraná possuía, até há a alguns anos, um bilhão e trezentos milhões de cafeeiros. A erradicação reduziu este total para cerca de oitocentos milhões. Um contingente, que pode ser estimado entre um terço e a metade da mão-de-obra que se dedicava à cafeicultura, teve de abandonar essa atividade.

O café é uma das culturas mais distributivas, no que se refere à mão-de-obra, fatos que absorve, sob a forma de pagamento, cerca de 60 por cento dos custos operacionais da produção. A renda daí resultante se redistribui em compras no comércio das regiões cafeeiras, o que confere à cafeicultura um elevado poder de dinamização da economia.

A massa de trabalhadores rurais que abandonou a cultura do café migrou para as cidades, onde vive mais ou menos marginalizada. Os empregos disponíveis, para o nível de qualificação que possuem, são limitados. O acesso a ocupações de melhor categoria é praticamente impossível, quer pela falta de qualificação, quer pela deficiência de recursos de capital do empresário paranaense, para promover uma alta absorção da mão-de-obra disponível no Estado.

Os problemas sociais e as tensões, decorrentes dessa conjuntura, têm reflexos até nas atividades políticas, principalmente nas épocas de eleições, como a que acabamos de atravessar. Avultam os movimentos contestatórios, sem possibilidade de uma resposta pronta e adequada, pois, o problema é complexo e tem que ser pensado, equacionado e resolvido em profundidade e a longo prazo.

#### NOVAS EXIGÊNCIAS

Por outro lado, uma parcela da mão-de-obra dispensada da cafeicultura passou a ser utilizada em outras culturas e outros gêneros de atividade. A pecuária, por exemplo, que ocupa relativamente pouca mão-de-obra. Ou as culturas extensivas, como as do trigo e do soja, que utilizam mão-de-obra qualificada, principalmente tratoristas. Trata-se de um novo tipo de trabalhador rural que necessita de conhecimentos especializados, para manipular insumos e implementos agrícolas de toda natureza, exigindo um preparo técnico consideravelmente maior do que o homem que trabalhava, anteriormente, nos serviços do café.

Num Estado que precisa criar continuamente, nesses próximos anos, 80 mil empregos por ano, constata-se uma das contradições do desenvolvimento: apesar da economia estar se diversificando, ampliando e desenvolvendo, o desemprego estrutural que daí resulta tende a aumentar, aguçando o problema social, gerando tensões, provocando dificuldades que não podem ser superadas a curto prazo.

Desse modo, a diversificação da agricultura paranaense se processa mediante uma verdadeira crise de crescimento. Seus efeitos têm reflexos sobre o erário e a administração pública, porque exige estruturas mais complexas e mobilidade de ação muito maior, dos órgãos governamentais, do que a conjuntura anterior.

#### DESATUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Antes, a ação do erário se exercia sobre uns poucos produtos e os serviços de arrecadação de rendas atuavam de maneira quase constante, sobre um pequeno grupo de operações sistematizadas e já há muito conhecidas. De um momento para outro o sistema de arrecadação rotineiro e tradicional viu-se a braços com uma multiplicidade de novos produtos, cada qual com características diferentes de produção e comercialização.

Na mesma época em que tais transformações se processavam, na produção agrícola do Estado, a legislação tributária do País sofreu radical modificação, com a implantação do ICM.

Desatualizaram-se os órgãos arrecadadores estaduais. Reduziram-se as rendas públicas no momento em que o Estado mais precisava de recursos para operar seu sistema de meios e atender, com maior volume de obras e serviços, suas novas necessidades de crescimento. Da mesma forma, a máquina administrativa tornou-se obsoleta, aplicando com baixa eficiência os recursos existentes, tanto na prestação de serviços públicos como na realização dos programas de obras governamentais. A tendência para a estagnação comprometia o esforço produtivo do setor privado da economia e os anseios de desenvolvimento.

#### NOVOS DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

Os novos desafios e os novos problemas gerador pelo desenvolvimento desordenado da agricultura paranaense, nas circunstâncias descritas, não representaram, para o Governo que assumiu há um ano o comando da administração estadual, fator de perplexidade ou esmorecimento. Pelo contrário, serviram de motivação e estímulo.

A acelerada expansão da produção agrícola representava, também, uma oportunidade excepcional para um ressurgimento da industrialização do Paraná. Bastava que soubesse ser aproveitada e que o papel coordenador do Governo fosse exercido com vista a consolidar, no Estado, o aumento pre-

visto da Renda Interna, resultante da produtividade excepcional do setor agrícola.

Há poucos anos, a produção de soja não tinha nenhuma significação na economia do Paraná. Este ano, a safra elevou-se a um milhão de toneladas. Nos próximos três anos deveremos atingir entre dois e dois e meio milhões de toneladas. É um aumento de produção que vai significar, sozinho e diretamente, cerca de dez por cento de acréscimo na Renda Interna do Estado.

Ocorre o mesmo com o milho. O Paraná tem capacidade para produzir, nos próximos três anos, mais dois milhões de toneladas comerciáveis. Mantida a atual conjuntura de preços, esse acréscimo significa mais de cinco por cento de aumento na Renda Interna.

No café, as previsões são semelhantes. No triênio 72-74, a expansão das safras deverá provocar um aumento de quatro milhões de sacas em relação às atuais colheitas — cálculo baseado em previsões conservadoras — refletindo-se numa elevação da ordem de nove por cento na Renda Interna.

Só o aumento da produção previsto para estes três produtos serão responsáveis, nos próximos três anos, por um salto espetacular da Renda Interna gerada no Estado, com considerável reflexo positivo nos índices da renda per capita paranaense.

#### AS MEDIDAS ESTIMULANTES

O atual Governo do Estado levou em conta, desde o início, que a crise de crescimento que apontamos não se transformaria, necessariamente, num fator restritivo ao desenvolvimento, desde que diagnosticada a tempo — como o foi, pela equipe de planejamento governamental — e encarada na dinâmica do processo, de tal forma que a ação do poder público e da iniciativa privada considerassem sua existência e fundamentassem todos os seus planos, programas e projetos compreendendo as dificuldades que terão de ser enfrentadas.

O levantamento dos fatores adversos, a definição dos objetivos estaduais atuais e a escolha das políticas de consecução a serem adotadas foram tarefas realizadas em curto prazo. Uma avaliação política da conjuntura, consubstanciada no documento "Diagnóstico e Diretrizes de Ação", demonstra que o Paraná vai bem e o seu processo de desenvolvimento é uma realidade irreversível.

Ao tempo em que tomava estas providências básicas, de realizar um diagnóstico e planejar sua ação futura, o Governo procurou dinamizar os instrumentos de que dispõe para fomentar o desenvolvimento. O Banco de Desenvolvimento do Paraná — Badesp, só no primeiro semestre deste ano, excedeu em 9,7 por cento o total das operações efetuadas em todo o exercício anterior. No momento, o Badesp e outros órgãos financeiros, com os quais está de alguma forma ligado, têm pedidos de financiamentos para novas indústrias e grandes empresas agrícolas e ampliação de outras, no Estado, que representam investimentos acima de um bilhão e cem milhões de cruzeiros. Com estes empreendimentos em plena produção, admitindo-se, com pessimismo um faturamento pelo menos igual ao investimento, no período inicial de operação, teremos um acréscimo de cerca de oito por cento na Receita Interna bruta do Estado.

#### O ENCADEAMENTO DO ESTÍMULO INDUSTRIAL

É fácil compreender o efeito multiplicador que tais empreendimentos industriais deverão exercer no conjunto da economia estadual. No eixo Londrina-Paranaíba, por exemplo, diversos projetos de ampliação e implantação de frigoríficos estão sendo executados. A capacidade de abate atual será elevada para mais do dobro, dentro de dois a três anos, para um total de duas mil e duzentas a duas mil e quinhentas reses, por dia.

Atualmente, não existe uma indústria de curtume, no Paraná, com dimensões apreciáveis e tecnologia moderna adequada. Os couros são simplesmente salgados e vendidos, sem outros beneficiamentos. Uma disponibilidade de dois mil a dois mil e quinhentos couros por dia criará condições para a instalação de grandes e modernos curtumes. Uma melhoria na qualidade dos couros multiplicará o valor do produto, especialmente os destinados à exportação, e abre perspectivas para a instalação de novas indústrias de artefatos de couro no Estado.

O exemplo mostra um aspecto particular, comum aos empreendimentos destinados ao beneficiamento inicial dos produtos agropecuários. Em si, podem não ter significação muito grande na economia. Criam, porém, um encaideamento industrial que resulta em novos empreendimentos. É o caso dos frigoríficos que estão sendo ampliados ou implantados no Norte do Paraná.

Num extremo do processo trata-se de um benefício direto e específico à pecuária; no outro extremo, cria oportunidades para a implantação de novas fábricas de artigos de couro, de calçados, de bolsas, cintos e outros produtos sofisticados que, no conjunto, valem muito mais do que os empreendimentos que lhes deram origem.

O mesmo ocorre com os produtos vegetais, tais como, soja, algodão e demais plantas oleaginosas. Mais de cem produtos industrializados podem ser obtidos, a partir de seu beneficiamento inicial, desde que se disponha de matéria-prima, tecnologia adequada e recursos de capital.

#### EMPREENHIMENTOS GOVERNAMENTAIS

Os projetos governamentais também vão ter, nos próximos anos, influência significativa na vida e no desenvolvimento do Paraná. Basta registrar a instalação de uma refinaria da Petrobrás, com investimento da ordem de um bilhão de cruzeiros e a construção da usina de Sete Quedas, no Rio Paraná, com investimento superior a dois bilhões e meio de dólares. Usinas hidrelétricas, estradas de rodagem e de ferro, ampliação e reequipamento do Porto de Paranaguá são empreendimentos governamentais que estão sendo realizados com financiamentos externos de vulto, o que significa injeção de novos e valiosos recursos na economia do Estado.

#### AÇÃO DO GOVERNO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Estes os aspectos mais significativos que devem ser considerados na atual conjuntura do desenvolvimento paranaense. Levando em conta as contradições apontadas, as novas perspectivas representadas pelo crescimento acelerado da agricultura e pela arrancada no setor industrial exigem do governo estadual uma ação mais coerente e mais direta no sentido de apoiar, com decisão a evolução do processo.

De que maneira? Incentivando, por todos os meios, o empresariado. Oferecendo-lhes recursos financeiros através de instituições de crédito oficiais, como o Badesp — Banco de Desenvolvimento do Paraná, Banestado — Banco do Estado do Paraná, e outras organizações financeiras vinculadas ao governo. Concedendo incentivos fiscais, através da Secretaria da Fazenda, sempre que seja possível e não resultem em conflito com os demais aspectos do desenvolvimento estadual.

Aqui, torna-se necessário um destaque. Os incentivos fiscais, no Paraná, não podem ser concedidos nas mesmas condições que o Governo Federal oferece, para outras regiões. A economia paranaense tem uma dinâmica diferente. Não estamos apenas rompendo horizontes para uma nova etapa da nossa industrialização: estamos aprofundando um caminho já percorrido. Neste aspecto, ao lado do apoio que tem sido dado para a atração de investimentos de fora, o governo estadual procura fortalecer as empresas paranaenses que dispõem de know-how, têm tradição e contam com um conhecimento mais profundo do meio regional, fator positivo em termos de desenvolvimento regional e estadual.

#### MOTIVAÇÃO E RESPOSTA

Uma ação complementar tem sido exercida no sentido de motivar o empresariado. Há uma ligação constante e efetiva do governo com os órgãos representativos de classe e com os empresários, diretamente. Instituições como o Centro de Comércio Exterior do Paraná — entidade mista de empresários e representantes do governo — o Centro de Promoções Econômicas do Paraná — órgão governamental — e outras, foram instituídas e atuam com o objetivo específico de incentivar, orientar e melhorar o nível de informações do empresariado, de maneira que este se sinta atraído, consciente e seguro para novas realizações.

A resposta está sendo a melhor possível. O desafio paranaense está sendo vencido, porque existem as condições básicas para o desenvolvimento: a segurança do regime e a tranquilidade social e política que o País atravessa; o apoio decidido do Governo federal ao empresariado; o conjunto de obras que a União e o Estado vêm realizando, com o objetivo de reduzir custos e melhorar a eficiência do sistema econômico; a ação do governo do Estado no sentido de dar ao empresariado novos e mais aperfeiçoados instrumentos, além daqueles que o Governo federal oferece; finalmente, o clima de entendimento entre o capital e o trabalho, objeto da ação coordenadora do Governo através de contatos diretos com entidades de classe de trabalhadores e empresários, visando à consolidação, no Estado, de uma das grandes conquistas da Revolução de março de 64, qual seja a mobilização pacífica de todas as classes sociais no esforço comum para o desenvolvimento nacional.